

CRISTIANE NATALÍCIO DE SOUZA

**CORPO, TRABALHO BRAÇAL E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO  
INDIVIDUAL: OS SIGNIFICADOS SOBRE SEGURANÇA E RISCO  
ENTRE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2005**

CRISTIANE NATALÍCIO DE SOUZA

**CORPO, TRABALHO BRAÇAL E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO  
INDIVIDUAL: OS SIGNIFICADOS SOBRE SEGURANÇA E RISCO  
ENTRE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Tese apresentada à Universidade  
Federal de Viçosa, como parte das  
exigências do Programa de Pós-Graduação  
em Economia Doméstica, para obtenção do  
título de *Magister Scientiae*.

**APROVADA:** 15 de Abril de 2005.

---

Prof<sup>a</sup>. Maria de Fátima Lopes

---

Prof<sup>a</sup>. Maria Isabel Vieira Botelho

---

Prof<sup>a</sup>. Patrícia Fernanda G. da Silva  
(Conselheira)

---

Prof<sup>a</sup>. Karla Maria D. Teixeira  
(Conselheira)

---

Profa. Tereza Angélica Bartolomeu  
(Orientadora)

*Aos meus filhos, Sérgio Augusto e Luís Guilherme.  
Ao meu marido, Sérgio.  
À minha mãe, Margarida.  
Ao meu pai, Teotônio.*

*Dedico.*

## CIDADÃO

Lúcio Barbosa

Tá vendo aquele edifício moço?  
Ajudei a levantar.  
Foi um tempo de aflição,  
eram quatro condução,  
duas pra ir duas pra voltar.  
Hoje depois dele pronto,  
Olho pra cima e fico tonto,  
mas me chega um cidadão  
e me diz desconfiado,  
tú tá aí admirado  
ou tá querendo roubar?  
meu domingo tá perdido  
vou pra casa entristecido  
dá vontade de beber.  
E pra aumentar meu tédio  
eu nem posso olhar pro prédio  
que ajudei a fazer.

Tá vendo aquele colégio moço?  
Eu também trabalhei lá.  
Lá eu quase me arrebento  
pus a massa fiz cimento  
ajudei a rebocar.  
Minha filha inocente  
vem pra mim toda contente  
pai vou me matricular,  
mas me diz um cidadão

criança de pé no chão  
aqui não pode estudar.  
Esta dor doeu mais forte  
or que que eu deixei o norte  
eu me pus a me dizer  
lá a seca castigava,  
mas o pouco que eu plantava  
tinha direito a comer.

Tá vendo aquela igreja moço?  
Onde o padre diz amém,  
pus o sino e o badalo  
enchi minha mão de calo  
lá eu trabalhei também.  
Lá sim valeu a pena  
tem quermesse, tem novena  
e o padre me deixa entrar.  
Foi lá que Cristo me disse  
rapaz deixe de tolice  
não se deixe amedrontar.

Fui eu quem criou a terra  
enchi o rio fiz a serra  
não deixei nada faltar.  
Hoje o homem criou asas  
e na maioria das casas  
eu também não posso entrar.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi sendo desenvolvido ao longo de uma trajetória e aprendizado pessoal e acadêmico. Vivência permitida pela minha localização no mundo social, que acabaram por definir minhas escolhas permitidas e realizadas e minha relação com o “outro”. Posição que faz desse trabalho não uma verdade absoluta, mas uma riqueza de singularidades. É nesse sentido que os agradecimentos ocupam uma posição fundamental neste resultado.

Começo agradecendo a Deus pela minha vida.

Agradeço ao meu pai Teotônio e a minha mãe Margarida que além de me proporcionarem um lugar no mundo foram fortes definidores dessa caminhada. Presença sólida de respeito, amor e carinho, que sempre apoiaram minhas escolhas. Juntamente com meus pais, meus irmãos Carla, Júnior e Lucas que mostrando ter orgulho das minhas decisões sempre me incentivaram.

Aos meus amores Sérgio, meu marido; Sérgio Augusto e Luís Guilherme, meus filhos. Sem eles ao meu lado, pouca coisa na minha vida teria sentido. Pessoas que me fizeram levantar a cabeça e perceber uma solução nos momentos mais difíceis.

À minha sogra Regina que foi a mãe dos meus filhos quando eu estava ausente.

Às professoras, Nanci dos Santos, Tereza Bartolomeu, Rita Farias e Márcia Barroso, da área de vestuário do Departamento de Economia Doméstica que

despertaram em mim a paixão pela área, inclusive o interesse em estudar o Equipamento de Proteção Individual (EPI) no mestrado.

À Universidade Federal de Viçosa pela minha formação acadêmica. Às professoras dessa instituição que me transmitiram conhecimentos e experiências nesse processo de formação. Às minhas amigas de curso, especialmente Maria Aparecida e Flávia, pela amizade e companheirismo. Aos funcionários Roberto, Efigênia e João do Departamento de Economia Doméstica que estavam sempre dispostos a me ajudar.

À professora Maria das Dores Saraiva de Loreto, com a qual trabalhei durante, praticamente, toda a graduação. “Dorinha” foi a grande responsável por orientar a maioria dos meus trabalhos. Transformou-se rapidamente em grande amiga, de modo que tem lugar de destaque não apenas na esfera acadêmica, mas também, na pessoal. Conviver com ela não deixa outra alternativa a não ser reconhecê-la como uma pessoa de valor inestimável, destas cuja presença em nossa vida provoca muitas e boas transformações.

Ao CNPq que caminha comigo desde a graduação. Sua existência permite que sejam concretizadas grandes propostas de pesquisa.

À minha turma de mestrado que transformaram, cada um à sua maneira, a vida cotidiana em experiências generosas. Pela força de uma relação construída e consolidada no curto tempo de convívio. Pessoas que deixarão saudades. Em especial aos amigos Rita Pereira, Silvane e Alex. Rita caminhou junto comigo desde o processo de seleção até a etapa final do mestrado, em todas as disciplinas e na maioria dos trabalhos. Presente nos momentos alegres e tristes desta caminhada estava sempre disposta a ouvir meus comentários sobre o desenrolar da pesquisa. Silvane pela sua amizade, sua alegria, sua força e sua garra me fez valorizar as coisas que antes passavam despercebidas. Alex um grande amigo foi o responsável pela minha decisão em discutir a categoria gênero na dissertação.

Aos professores do Programa de Pesquisa e Pós Graduação, que foram cada um à sua maneira, de grande importância pela seriedade e pela qualidade do curso que oferecem no mestrado. Em especial, às professoras Maria de Fátima, Ana Louise e Patrícia Fernanda por apontar a importância da pesquisa qualitativa para quem propõe estudar sujeitos sociais. Professoras fundamentais na definição dos objetivos desta pesquisa. Patrícia Gouveia como minha conselheira e Maria de Fátima como membro da banca de defesa da tese foram pessoas necessárias para o resultado final do meu trabalho. Aos funcionários da pós-graduação, em especial à Aloísia, secretária deste programa que tornou mais fácil a minha formação no mestrado.

À minha conselheira, Karla Damiano que facilitou o meu trabalho pela sua dedicação. Sempre disposta a melhorar minhas idéias e sugestões.

À professora Maria Isabel pela prontidão em participar da banca de defesa da minha tese. Pessoa que ofereceu ótimas sugestões na construção do meu trabalho.

À minha debatedora Márcia Barroso, professora da área de vestuário do Departamento de Economia Doméstica, pelo interesse em ler meu trabalho e contribuir na melhoria do mesmo.

Aos proprietários, engenheiros, secretários e encarregado geral da “obra” selecionada como local do estudo por me permitirem realizar o trabalho. Aos trabalhadores do setor de edificações da construção civil, pela acolhida e disposição em colaborar com a pesquisa. Pessoas com quem eu muito aprendi.

Resta a tentativa de descrever, de forma sucinta e precisa, a experiência de ser orientada por Tereza Angélica Bartolomeu. Experiência que representa a garantia da autonomia que toda atividade de pesquisa deve ter. Respeito, atenção, tolerância, paciência e amizade são algumas palavras que não carregam exagero algum. Tereza Angélica é também uma doçura de pessoa.

## BIOGRAFIA

Cristiane Natalício de Souza, filha de Teotônio Natalício e Margarida Roque Natalício, nasceu em 12 de março de 1975, no município de Viçosa, Minas Gerais.

Em 1998 iniciou o curso de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Em 1999 realizou atividades de pesquisa, ensino e extensão, como bolsista do CNPq. Experiência que durou até o final de 2001. Durante o ano de 2002 foi monitora da área de Vestuário e Têxteis do referido Departamento. Concluiu em março deste ano, o Bacharelado e, em setembro do mesmo ano, a Licenciatura no curso.

No ano de 2003, ingressou no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de mestrado, em Economia Doméstica na UFV, submetendo-se à defesa de tese em março de 2005.



## CONTEÚDO

<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> -----	<b>xi</b>
<b>ÍNDICE DE ABREVIATURAS</b> -----	<b>xii</b>
<b>RESUMO</b> -----	<b>xiii</b>
<b>ABSTRACT</b> -----	<b>xiv</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> -----	<b>01</b>
APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA-----	01
OBJETIVOS -----	05
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO-----	06
CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO-----	07
INSERÇÃO EM CAMPO-----	09
COLETA E CONSTRUÇÃO DOS DADOS-----	11
<b>CAPÍTULO 1. CONCEITOS E CATEGORIAS ANALÍTICAS .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 RISCOS E PROTEÇÃO INDIVIDUAL NO SETOR DE EDIFICAÇÕES .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL.</b>	<b>20</b>
<b>1.3 DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO .....</b>	<b>22</b>
<b>1.4 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO 2. O SETOR DE EDIFICAÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL --</b>	<b>29</b>
-----	-----
<b>2.1 SETOR DE EDIFICAÇÕES E CONTEXTO LOCAL.....</b>	<b>29</b>
<b>2.2 O PERFIL SOCIOCULTURAL DO TRABALHADOR.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3 PRÁTICA DE TRABALHO NO SETOR DE EDIFICAÇÕES .....</b>	<b>41</b>

<b>CAPÍTULO 3. ARMADORES, CARPINTEIROS E SERVENTES E O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL: SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS NA VALIDAÇÃO DO EPI.....</b>	<b>49</b>
<b>3.1 O CONHECIMENTO PRÁTICO E A PERCEPÇÃO DOS RISCOS .....</b>	<b>49</b>
<b>3.2 A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO EPI.....</b>	<b>52</b>
<b>3.3 O APRENDIZADO TÉCNICO NA PRÁTICA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES .</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO 4. SIGNIFICADOS MORAIS DO TRABALHO .....</b>	<b>66</b>
<b>4.1 OS SENTIDOS DO TRABALHO.....</b>	<b>66</b>
<b>4.2 AS PERSPECTIVAS FUTURAS NO MUNDO DO TRABALHO .....</b>	<b>74</b>
<b>4.3 A MORAL DO TRABALHADOR .....</b>	<b>78</b>
<b>CAPÍTULO 5. UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CORPOS.....</b>	<b>84</b>
<b>5.1 AS MARCAS DE GÊNERO E A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS.....</b>	<b>84</b>
<b>5.2 A PRESENÇA FEMININA NUM ESPAÇO VIRIL .....</b>	<b>94</b>
<b>5.3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MASCULINA .....</b>	<b>100</b>
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>110</b>

**ANEXOS**

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS: TRABALHADORES DA OBRA-----	117
ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS: ESTAGIÁRIA DE ENGENHARIA CIVIL---	
-----	121
ANEXO C – CATEGORIAS DE ANÁLISE-----	123
ANEXO D – PERFIL SOCIOCULTURAL DOS TRABALHADORES-----	126
ANEXO E – FOTOS DOS TRABALHADORES E DO SETOR DE EDIFICAÇÃO----	129

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Times de futebol.....	11
Figura 2 - Distribuição etária dos trabalhadores.....	32
Figura 3 - Distribuição dos trabalhadores segundo o nível de escolaridade .....	33
Figura 4 – Quadro de Santa Luzia.....	36
Figura 5 - Atividades de lazer realizadas .....	37
Figura 6 - Distribuição dos trabalhadores segundo o tempo de profissão .....	38
Figura 7 - Carpinteiro desmontando pilar .....	42
Figuras 8 e 9- Estrutura da laje armada .....	43
Figura 10 – Serra circular .....	44
Figura 11 - Equipamento policorte.....	44
Figura 12 – Cartaz afixado na parede do refeitório .....	80

## ÍNDICE DE ABREVIACÕES

ABPA	Associação Brasileira de Engenharia de Segurança
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CA	Certificado de Aprovação
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
EPI	Equipamento de Proteção Individual
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NR	Norma Regulamentadora
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
SAT	Seguro Acidente do Trabalho
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINDUSCON	Sindicato das Construtoras
SINTICOMV	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Viçosa/MG
UFV	Universidade Federal de Viçosa

## RESUMO

SOUZA, Cristiane Natalício de, M.S., Universidade Federal de Viçosa, Abril de 2005. **Corpo, trabalho braçal e equipamento de proteção individual: os significados sobre segurança e risco entre trabalhadores da construção civil.** Orientadora: Tereza Angélica Bartolomeu. Conselheiras: Patrícia Fernanda Gouveia da Silva e Karla Maria Damiano Teixeira.

Apesar do progresso científico e tecnológico ter criado métodos e dispositivos altamente “sofisticados”, a luta contra os acidentes ocupacionais não tem alcançado resultados satisfatórios. A incidência desses acidentes tem sido relacionada ao conjunto de ações que o próprio sujeito desempenha em interação com o trabalho. Essas ações visíveis no plano da prática são orientadas em grande parte pelo quadro de representações construídas, pela posição que ocupa o trabalhador no mundo. Diante dessa realidade, a presente pesquisa buscou entender, a partir de um setor da construção civil do Município de Viçosa/MG, o grau de eficácia do equipamento de proteção individual (EPI) como medida de prevenção de acidentes. Além de entender a realidade objetiva dos riscos ocupacionais e dos EPIs, procurou-se compreender como os trabalhadores, enquanto “homens”, responsáveis pelo trabalho realizado em “obra”, percebem e utilizam esse equipamento que protege o corpo, articulando o processo de risco e de prevenção. Na construção dos dados recorreu-se à observação direta e à entrevista semi-estruturada, buscando acessar o quadro de representações sociais que informam as práticas, definidoras da validade do EPI, de determinados “homens” oriundos de “classes populares”. Os dados apreendidos permitiram nos compreender os significados como socialmente construídos pela experiência da ação dos corpos dos sujeitos sociais e de suas escolhas possíveis. Enfim, problematizou-se o sentido da atividade humana como um domínio decisivo no processo de adoção das medidas preventivas de acidentes.

## ABSTRACT

SOUZA, Cristiane Natalício de, M.S., Universidade Federal de Viçosa, April de 2005. **Body, Manual Work and Individual Protection Equipment: the meanings of security and risk among civil construction workers.** Adviser: Tereza Angélica Bartolomeu. Committee Members: Patrícia Fernanda Gouveia da Silva e Karla Maria Damiano Teixeira.

Despite the scientific and technological progress having bred highly “sophisticated” methods and devices, the struggle of human being against occupational accidents has not reached satisfactory results. The incidence of these accidents has been related to the set of actions that the human being, itself, plays in interaction with work. These actions, visible in a practical way, are vastly guided by the square of representations constructed by the position that the worker occupies in the world. Ahead this reality, in this present research it was searched to understand, in an edification of the civil construction sector in the city of Viçosa / MG, the degree of effectiveness of an individual protection equipment (IPE) as a measure for accidents prevention. Besides understanding the objective reality of the occupational risks, it was looked to understand how workers, as “men”, responsible for the work carried through in a “workmanship”, perceive and use this equipment that protects the body, articulating the prevention and risk process. During the data construction it was appealed to a direct observation and to a half-structuralized interview, searching to access the square of social representations that informed about the practices, defining of the validity of IPE, of determined “men” who are originated from “popular classes”. The apprehended data had allowed to understand the representations as socially constructed by the social citizens’ bodies’ action experience and by their possible choices. At last, the meaning of the human being activity was taken as a decisive domain in the process of adoption of accidents prevention writs.

## INTRODUÇÃO

### APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Esta pesquisa tomou como objeto reflexivo os significados que um grupo específico de trabalhadores do setor de edificações<sup>1</sup> da construção civil do Município de Viçosa<sup>2</sup>, MG, atribui aos Equipamentos de Proteção Individual<sup>3</sup> (EPIs). Buscou-se compreender como esses equipamentos são representados e experimentados por esses trabalhadores, colocando em discussão o papel desses sujeitos no processo de prevenção dos acidentes e das doenças de trabalho.

Dennis de Oliveira Ayres e José Peixoto Corrêa<sup>4</sup> (2001), com base nas informações contidas no Código Civil, afirmaram que,

---

<sup>1</sup> Dennis de Oliveira Ayres e José Peixoto Corrêa (2001) definiram como setor de edificações a construção e a reforma de residências, de pontos indústrias e de pontos comerciais.

<sup>2</sup> Conforme dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2001), o Município de Viçosa situado na Zona da Mata Norte, no Estado de Minas Gerais, possui uma área de 300,2 Km<sup>2</sup> na qual estão distribuídos um número total de 64.957 habitantes. Do total da população viçosense, 92,2% residem no meio urbano e apenas 7,8%, no meio rural. Dados que apontam Viçosa com uma cidade.

<sup>3</sup> Adotou-se neste trabalho a definição de Ayres e Corrêa (2001), que consideraram equipamento de proteção individual todas as vestimentas e os dispositivos de uso individual, como capacete, máscara, calçado, botas impermeáveis, luvas de borracha, protetor facial, óculos e cinto de segurança, que são utilizados pelo trabalhador na proteção dos riscos suscetíveis de ameaçar a sua segurança e saúde no trabalho.

<sup>4</sup> Dennis de Oliveira Ayres é graduado em Engenharia de Minas e Metalurgia pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). José Aldo Peixoto Corrêa é graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Escola de Engenharia Kennedy. São autores do



A proteção coletiva e individual dos trabalhadores é um dever impostergável do empregador que, ao não cumpri-la poderá ser responsabilizado civil e criminalmente pelos danos causados ao empregado (*ibid*, p.27).

Mesmo que o EPI tenha seu uso imposto pela lei, no Município de Viçosa, MG, percebe-se como prática comum, ao andar pelas ruas da cidade, trabalhadores do setor de edificações da construção civil trabalhando em andaimes, debaixo de chuva, sob excesso de temperatura, sem usar equipamentos de proteção individual. Dados do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário (SINTICOMV), do referido município, indicam serem realidades acidentes com quedas de andaimes, ferimentos nas pernas por desprendimentos de vigas, mutilação de mãos e dedos e muitos outros não notificados pelas empresas. Essas práticas, na maioria das vezes, são orientadas pelo quadro de representações apreendido socialmente tanto pelos empregadores quanto pelos empregados sobre as medidas preventivas de acidentes e doenças do trabalho.

Benedito Cardella<sup>5</sup> (1999) em um estudo sobre segurança no trabalho e prevenção de acidentes argumentou que, apesar de as normas estabelecerem a obrigatoriedade do uso, por exemplo, do capacete no setor de edificações da construção civil, nem sempre isso acontece na prática. Apesar dessa norma e, ou exigência desse equipamento pela empresa, os trabalhadores podem não usá-lo pela forte crença de que o EPI seja desnecessário e de que os fatores determinantes dos acidentes não são os riscos, mas os azares. Portanto, os significados atribuídos aos EPIs, muitas vezes transferidos à prática cotidiana do trabalho, pode impedir ou minimizar a capacidade preventiva desses equipamentos.

No plano normativo, embora o EPI possa proteger a integridade física e a saúde do trabalhador, na prática do trabalho ele poderá ter diversos significados,

---

livro manual de prevenção de acidentes no trabalho, publicado em 2001, obra na qual apontaram os aspectos técnicos e legais de prevenção dos acidentes no trabalho.

<sup>5</sup> Conforme o próprio Cardella (1999), o primeiro motivo que o levou a estudar a segurança no trabalho e prevenção de acidentes foi a experiência adquirida como engenheiro químico da Refinaria de Paulínia. Experiência que lhe possibilitou vivenciar questões práticas sobre prevenção de acidentes e controle de emergências, ao participar de atividades nas quais o cuidado com a segurança era vital.

variando de pessoa para pessoa, dependendo de como o conhecimento sobre trabalho, sobre riscos nesse espaço e sobre EPIs foram apropriados socialmente (AYRES; CORRÊA, 2001; BENEDITO CARDELLA, 1999).

Nas palavras de Everardo Rocha<sup>6</sup> (2003),

A alternância entre realidades simbólicas, valorativas e éticas governa nossa visão de mundo e nossas práticas sociais. Estrutura simbólica que invade as relações sociais, as interações entre os atores, as práticas cotidianas, e, sobretudo, as emoções que acionamos (*ibid*, p. 16-18).

O sistema social simbólico construído pela vivência do sujeito possibilita problematizar argumentos como o de Gottia (2003). Segundo ele, na América Latina, 68 mil trabalhadores perdem a vida a cada ano por causa de acidentes e outros 80 milhões sofrem algum tipo de acidente ou doença por causa dos riscos aos quais estão sujeitos no trabalho. Para ele, se fosse oferecida a devida proteção, como nas economias mais desenvolvidas, a América Latina poderia salvar milhares de vidas. Contudo, ao propor uma solução que possa minimizar os elevados índices de acidentes de trabalho, atem-se apenas a um aspecto isolado do conjunto, como fornecer EPI. Nessa perspectiva, o autor desconsidera o grupo de representações e significados apreendidos pelo sujeito social no processo de socialização. Afinal, para que as medidas preventivas possam evitar os riscos de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, deve-se considerar o quadro representacional que informa os significados em torno do EPI, como responsáveis, na prática, por validar ou invalidar esse equipamento no contexto em que ele é utilizado para prevenir riscos de acidentes.

No setor de edificação da construção civil do Município de Viçosa, MG, tomou-se como pressuposto estar a prática dos trabalhadores de não-utilização dos EPIs fundamentada em dois aspectos. Primeiro, de ser o espaço da construção civil

---

<sup>6</sup> Everardo Rocha é graduado em Comunicação Social pela PUC-Rio, Mestre em Comunicação pela Escola de Comunicação da UFRJ e em Antropologia Social pelo Museu Nacional e Doutor em Antropologia Social pelo mesmo museu Nacional da UFRJ. É professor associado do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio e colaborador do Coppead/UFRJ. Entre os diversos livros que publicou está “Jogo de Espelhos”. Obra na qual retrata a cultura brasileira na figura do Exu, no dia-a-dia do trabalho, no campo de futebol ou numa viagem pelo interior.

definido, de imediato, conforme Trevisan (1998), como constituído por uma mão-de-obra com baixa escolaridade. Uma força de trabalho, privada de exercer um “trabalho intelectual”, responsável por realizar atividades que exigem esforço físico, muitas vezes pode não dimensionar realisticamente os riscos de acidentes e, conseqüentemente, negligenciar o uso dos EPIs. Segundo deve-se considerar a negação desses riscos pelo “medo” que o trabalhador tem de demonstrar um corpo fragilizado, por estar mais próximo de um corpo “feminino”. Isso, em razão do espaço do setor de edificações da construção civil de Viçosa, MG, e mesmo em outros lugares, encontrar-se instituído socialmente como “masculino”.

A partir desses pressupostos, para entender os significados atribuídos ao EPI, identificou-se a importância de compreender, considerando a experiência particular do trabalhador definida por marcadores de classe e de gênero, as representações incorporadas na prática sobre o trabalho e sobre os riscos de acidentes e doenças nesse ambiente de “trabalho braçal”, realizado por “homens”, já que disso poderá depender a utilização dessa medida preventiva.

Como objeto de motivação para a construção desta pesquisa foi considerada a percepção de que, apesar de serem realizados muitos estudos que buscam analisar, nas empresas, medidas que possam prevenir acidentes e doenças do trabalho, não foram encontradas reflexões que dessem visibilidade ao significado presente na percepção e na prática dos trabalhadores para a validade das medidas preventivas sugeridas. Além disso, reconhece-se que, para entender o EPI como medida de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, é fundamental considerar o fator humano, ou seja, o conjunto de ações que o homem desempenha em interação com o trabalho, já que é dessa interação que ocorrem os acidentes e são geradas as condições para sua ocorrência.

Buscou-se, enfim, acrescentar à visão objetivista, pesquisada por estudiosos dos equipamentos de proteção individual, uma discussão que contemplasse as dimensões subjetivas do plano simbólico, problematizando o quadro das

representações e dos significados que permitissem compreender as práticas dos agentes na prevenção de acidentes pelo EPI.

## **OBJETIVOS**

A pesquisa teve como objetivo geral entender os significados atribuídos, pelos trabalhadores de uma empresa do setor de edificações do ramo da construção civil do Município de Viçosa, MG, ao Equipamento de Proteção Individual. Especificamente, objetivou-se o seguinte:

- Caracterizar a estrutura de funcionamento de uma empresa do setor de edificações da construção civil na qual se propõe a pesquisa.
- Classificar o grupo de trabalhadores inseridos nesse espaço, quanto aos aspectos socioculturais.
- Aprender a realidade objetiva dos critérios utilizados na seleção desses equipamentos e dos treinamentos oferecidos para sua correta utilização, verificando-se a “real” utilidade deles na prevenção de acidentes.
- Aprender os significados que o grupo social analisado atribui aos riscos do trabalho e aos EPIs como instrumento de prevenção dos acidentes e das doenças.
- Compreender, na visão de mundo desses sujeitos sociais, o sentido do trabalho realizado no setor de edificações, considerando-se os marcadores de classe e de gênero.
- Identificar como são utilizados esses equipamentos na prática cotidiana dos indivíduos no trabalho.

A dissertação foi estruturada em três partes que serão apresentadas em seguida.

## **ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

Na parte inicial, encontram-se as questões gerais: o tema da pesquisa, a contextualização do problema e sua justificativa, os objetivos, a construção do objeto de estudo, a inserção em campo, bem como a coleta e construção dos dados.

A segunda parte é constituída por um número total de cinco capítulos. No Capítulo 1 apresentou-se uma revisão teórica que discute os riscos comuns do setor de edificações da construção civil, os equipamentos de proteção contra os acidentes que podem ocorrer na realização do trabalho e as representações sociais associadas às práticas do trabalho, bem como a divisão social do trabalho definida pelos marcadores de classe e de gênero que fundamentam o quadro de representações dos sujeitos sociais.

No Capítulo 2, realizou-se um levantamento dos dados secundários, obtidos no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário (SINTICOMV) do Município de Viçosa, MG e na construtora selecionada, discorrendo sobre a importância do setor de edificações da construção civil para o Município de Viçosa, MG, sobre o histórico da empresa selecionada, bem como sobre o seu contexto no universo de obras de Viçosa. Em seguida, buscou-se caracterizar, socioculturalmente, os trabalhadores responsáveis pelo trabalho braçal nesse espaço e discutir a prática desses trabalhadores a partir de uma reflexão sobre a mesma.

No Capítulo 3, procurou-se apreender o equipamento de proteção como medida preventiva de acidentes no setor de edificações da construção civil, espaço de “trabalho braçal” realizado por “homens”. Discorreu-se sobre o valor atribuído aos riscos do trabalho no espaço analisado e aos equipamentos de proteção individual, bem como aos aspectos da realidade objetiva desses equipamentos e dos treinamentos para sua correta utilização.

No Capítulo 4, procurou-se definir o grupo de significados que legitimam a submissão à disciplina do trabalho e que dão sentido positivo à existência daqueles

que “servem com dignidade”. Para tanto, buscou-se compreender o trabalho no setor de edificações na visão de mundo desses sujeitos sociais, discorrer sobre as aspirações futuras desses trabalhadores e, ainda, apontar o sentido moral do trabalho.

Finalmente, no Capítulo 5 discorreu-se, numa perspectiva de gênero, sobre os significados que legitimam o setor de edificações da construção civil como um espaço de “homem”. Pontuou-se sobre os discursos responsáveis pela definição dos espaços sociais, sobre a inserção da mulher em um reduto exclusivo de “homens” e sobre a construção, nesse espaço, da identidade masculina.

Na terceira parte, encontram-se, além das conclusões, as referências bibliográficas e os anexos.

## **CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**

O interesse em estudar o grau de eficácia do equipamento de proteção individual (EPI) emergiu quando ainda era estudante de graduação do curso de Economia Doméstica, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), ao cursar a disciplina Gestão em Serviços de Lavanderia Hospitalar. O interesse emergiu das experiências vivenciadas em Lavanderias Hospitalares no qual foram feitas visitas para a construção dos trabalhos exigidos na disciplina. Essas práticas permitiram perceber o comportamento corriqueiro dos trabalhadores de rejeição ao uso dos EPIs fornecidos pela empresa, mesmo estando expostos a uma variedade de riscos de acidentes e doenças. A partir daí percebeu-se a necessidade de entender o papel da empresa frente a esse comportamento que, fundamentado na lei, era percebido como “incorreto”. Com base nessa proposta construiu-se o projeto que foi selecionado no Programa de Pós-Graduação, em nível de mestrado, em Economia Doméstica na UFV.

Com a minha inserção no mestrado a proposta original de trabalho teve seus objetivos redefinidos. Primeiro decidiu-se por estudar o equipamento de proteção individual no espaço da construção civil em função de já existirem, nesse Programa

de Mestrado, muitos trabalhos realizados em lavanderias hospitalares. Por outro lado, ao invés de detectar o papel da empresa no controle do uso dos EPIs, decidiuse por compreender as práticas dos trabalhadores fundamentadas em significados, valores e crenças. Uma prática que teria sua verdade explicada por uma vivência particular. Essa segunda alteração do projeto foi permitida em função das reflexões apreendidas na disciplina Metodologia da pesquisa oferecida nesse Programa, por uma antropóloga e uma socióloga. A apreensão de parte das obras de autores como Émile Durkheim, Max Weber, Pierre Bourdieu, Maria Cecília Minayo, dentre outros, permitiram compreender os significados atribuídos aos objetos do mundo social fundamentado na experiência do indivíduo adquirida durante o processo de socialização. Esses autores permitiram perceber os valores transmitidos pela família e pelos grupos sociais no qual o sujeito social interage como instrumentos que fundamentam suas práticas.

A compreensão da experiência particular do sujeito social como responsável pela sua visão de mundo e suas práticas permitiram perceber a necessidade de se aproximar o estudo do EPI aos pressupostos que norteiam a pesquisa qualitativa. Esta pesquisa, conforme ressalta Minayo (1994),

Trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (*ibid*, p. 21).

Nessa disciplina, além do contato com parte das obras de autores que foram fundamentais na alteração da proposta da pesquisa, foi possível apreender riquíssimas discussões dos colegas de mestrado, especialmente, do grande amigo Alex. Pessoa que facilitou o meu entendimento sobre a importância de se estudar as construções sociais em torno da identidade sexual e da identidade de classe para se compreender determinadas práticas e significados em torno do Equipamento de Proteção Individual.

A descrição da história de construção do objeto desta pesquisa tem grande valor uma vez que ela reforça a experiência como responsável por definir os

significados em torno dos objetos do mundo social. A minha experiência no mestrado propiciou o contato com os outros, professores e colegas, alterando a minha percepção das práticas dos trabalhadores em torno dos EPIs. Com essa experiência o EPI que era objeto principal de análise cedeu lugar aos significados e às práticas dos trabalhadores.

A partir de pressupostos teórico-metodológicos que serão explicitados a seguir foi possível apreender os sentidos e os significados do equipamento de proteção individual na prática de um trabalho e de um trabalhador específico.

### **INSERÇÃO EM CAMPO**

Para compreender os significados atribuídos aos EPIs como medida preventiva de acidentes em um trabalho realizado por “homens” no setor de edificações da construção civil, selecionou-se como universo da pesquisa a categoria “trabalhador de obra”, uma denominação utilizada pelo próprio grupo para se referir ao trabalhador responsável por construir edifícios.

Para tanto, escolheu-se no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário (SINTICOMV) do Município de Viçosa, MG, uma empresa que contratam profissionais como armadores, carpinteiros, pedreiros, pintores, eletricitas e serventes, responsáveis por construir edifícios. A seleção da construtora foi realizada em função das Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs), ou seja, escolheu-se, entre as empresas do Município de Viçosa, MG, cadastradas no SINTICOMV, aquela que tinha maior notificação de acidentes de trabalho. Isso porque os dados que informavam maior índice de acidentes poderia, de certa maneira, estar relacionados à maior frequência da prática de não-uso, pelos trabalhadores, dos EPIs.

Apesar de a empresa selecionada ter apresentado maior frequência de acidentes que foram contabilizados no SINTICOMV por meio das CATs, deve-se considerar, entre esses números, certa margem de erro em função dos acidentes



menos sérios não notificados ou, por outro lado, da negligência dos empresários pelo medo de prejuízos advindos do afastamento do trabalhador.

Após a seleção da construtora, procurou-se o seu escritório em busca da permissão do contato com o grupo de “trabalhadores da obra”. Para conseguir essa aproximação, com o secretário e engenheiro civil, foi apresentado o projeto, bem como foram esclarecidos os objetivos, a importância e as possíveis repercussões que poderiam ser alcançadas com a realização da pesquisa. Após obter a informação de que a empresa contava com dois edifícios vizinhos em construção, definiu-se, com o engenheiro civil, que a primeira visita aos edifícios aconteceria no mesmo dia. Essa primeira visita foi feita em companhia da estagiária da empresa, estudante de engenharia civil, conforme decidido pelo engenheiro.

A partir da primeira observação das práticas de trabalho nas duas edificações, delimitou-se o universo da pesquisa. Entre os dois prédios em construção, optou-se por analisar aquele que estava ainda na etapa de montagem das lajes e contava com 12 profissionais, entre eles armadores, carpinteiros e serventes. A escolha desse edifício foi feita em função da sua estrutura física que, pela ausência de paredes, facilitaria a observação de todo o grupo, já que este foi um dos métodos de coleta dos dados.

A opção em estudar os trabalhadores de apenas um dos edifícios foi reforçada em função de autores como Touliatos e Compton, citados por D`Ávila (1999), que consideraram o estudo de caso uma técnica que permite analisar, em profundidade e por um período de tempo, um indivíduo, uma família, um evento e, da mesma forma, um grupo. As características principais do estudo de caso são a profundidade e o detalhamento na busca da compreensão de um fenômeno. Trata-se de uma estratégia de pesquisa especialmente recomendada para a investigação de problemas relacionados ao “como” e ao “porquê” de complexos eventos da vida real sobre os quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle. Para Orum, citado ainda por D`Ávila (1999), a utilização dessa estratégia apresenta vantagens, como a de permitir ao pesquisador examinar um fenômeno particular em sua totalidade e compreender, mais facilmente, o contexto em que a ação social se realiza.

Para uma aproximação com os trabalhadores, tornou-se necessário entender os códigos desse grupo como parte constitutiva do sistema social simbólico. A inserção no grupo se estabeleceu somente a partir da percepção das palavras “cruzeiro x flamengo”, escritas em um dos pilares da construção (Figura 1).



Figura 1 – Times de futebol

Após a identificação desses atores sociais como torcedores do Flamengo e do Cruzeiro, procurou-se entender o mundo desse esporte e assistir a alguns jogos desses times. Passo fundamental para que se iniciassem, com os sujeitos da pesquisa, diálogos sobre futebol e, posteriormente, sobre os mais variados assuntos até então não conseguidos.

Apesar de esse esporte ter sua prática aumentada entre as mulheres, ainda é considerado, no Brasil, como uma área predominantemente masculina. Portanto, pode ser entendido, conforme Souza (1996), como um dos rituais que reforçam a construção da identidade masculina. Contudo, para ser “homem”, é necessário identificar-se com o futebol e, ainda, comentar essa prática no grupo de amigos.

### **COLETA E CONSTRUÇÃO DOS DADOS**

Para se compreender os significados atribuídos ao equipamento de proteção individual foram feitas entrevistas com cada trabalhador, bem como observações desses sujeitos no dia-a-dia do trabalho. As entrevistas tiveram início em 31 de maio de 2004, depois de algumas visitas feitas ao edifício para obter mais contatos com os trabalhadores.

A primeira entrevista que se denominou pré-teste teve como objetivo estruturar o roteiro definitivo. Essa entrevista foi feita com um dos trabalhadores do prédio que ficava ao lado daquele definido como espaço de realização da pesquisa. Com as informações obtidas a partir dessa entrevista inicial foi possível fazer, no roteiro definitivo, alterações como: utilização de uma linguagem apropriada que facilitasse a compreensão das perguntas; alteração seqüencial das questões para se estabelecer um melhor encadeamento na forma de conduzi-las e, por fim, redução do número de perguntas em função das informações repetidas. O prolongamento desnecessário da entrevista poderia constituir um elemento cansativo e desgastante, considerando-se que os informantes, em trabalho, não tinham tempo disponível. Além das informações coletadas pelo pré-teste, a observação dos trabalhadores em campo foi requisito fundamental para a construção do roteiro definitivo.

Durante as entrevistas gravadas, procurou-se não prender muito ao roteiro definitivo (Anexo A) e utilizar-se de muita conversa para se chegar aos objetivos desejados. Assuntos do dia-a-dia no trabalho do setor de edificações da construção civil fez que, em geral, não surgissem dificuldades em falar sobre os temas propostos. Esses diálogos com os sujeitos da pesquisa fizeram que todo o desenvolvimento das entrevistas acontecesse em clima agradável, permitindo abordar com tranqüilidade todas as questões dos roteiros.

As entrevistas com os carpinteiros e seus serventes foram feitas no horário de almoço, das 11 às 12h 30. Com os armadores, as entrevistas aconteceram no intervalo das 15 às 17h. Após os depoimentos, descobriu-se a existência de trabalhadores afastados por acidentes de trabalho. A partir daí, decidiu-se por entrevistá-los. Essa etapa da pesquisa foi realizada aos sábados, no intervalo das 8 às 10 horas, na casa dos informantes. Todos os horários foram definidos pelos próprios sujeitos da pesquisa, já que o respeito às decisões dos informantes sempre foi fator de grande relevância. As entrevistas com os “trabalhadores da obra” aconteceram num período de dois meses (maio e junho) e tiveram seu tempo de ocorrência variando entre uma hora e meia e duas horas.

Para melhor compreender os significados atribuídos ao EPI, procurou-se aprofundar no mundo das ações e das relações humanas desses atores sociais no espaço do trabalho. Para tanto, foram entrevistados o encarregado geral da obra e a estagiária da empresa, estudante de Engenharia Civil. A estrutura do roteiro (Anexo B) utilizado na entrevista com a estagiária variou em função de ele ter sido construído com o objetivo de problematizar a inserção de uma “mulher” em um espaço exclusivo de “homens”. Com o encarregado, a entrevista durou em torno de 60 minutos. Com a estagiária, a entrevista teve um tempo de ocorrência de 30 minutos.

O universo da pesquisa foi constituído de 12 trabalhadores que exerciam as funções de armadores, de carpinteiros ou de serventes; dois trabalhadores, pedreiro e servente, que tinham sido vítimas de acidentes no trabalho, além do encarregado geral e da estagiária Engenheira Civil, totalizando 16 informantes.

As transcrições das fitas foram feitas depois de encerradas todas as entrevistas. Após a transcrição, as informações foram organizadas conforme os temas tratados, relativos ao equipamento de proteção individual, objeto da pesquisa. Os depoimentos dos trabalhadores associados às observações em campo permitiram suscitar outras questões importantes na concretização do trabalho.

No momento de citar os informantes, buscou-se apreender as estruturas de relevância e as idéias centrais transmitidas nos depoimentos. Dessa forma, delinearam-se as categorias empíricas; trabalhador de obra, perigo, experiência, atenção, disposição para o trabalho, honestidade para fazer o trabalho render, mulher e homem; que foram construídas a partir da confrontação permanente com as categorias analíticas; trabalhador da construção civil, riscos de acidentes, equipamento de proteção individual, representação social, divisão social do trabalho, classe, gênero e masculinidade.

Para se apreender todas as falas, as questões dos roteiros de entrevistas foram codificadas<sup>7</sup> em função das categorias de identificação do perfil sociocultural dos

---

<sup>7</sup> Um dos procedimentos indicados por Bardin *apud* Matos (2003) que corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto com o objetivo de se alcançar uma representação do conteúdo.

trabalhadores, apresentadas em anexo (D), bem como da identificação dos riscos, dos EPIs e do aprendizado dos trabalhadores às práticas de prevenção de acidentes e das categorias identificadoras dos aspectos relativos ao grupo de representações desses atores sociais sobre trabalho realizado no setor de edificações da construção civil, sobre os riscos nesse espaço e, por fim, sobre o próprio EPI para a realização desta prática.

Para obter as características socioculturais dos trabalhadores foram considerados os seguintes critérios: sexo, idade, estado civil, número de filhos, escolaridade, local de origem, grau de instrução formal, raça/cor, crença e lazer. Quanto aos aspectos do trabalho, consideraram-se o tipo de atividade exercida na construção civil, o número de horas trabalhadas por dia e, semanalmente, o número de horas extras trabalhadas, o emprego enquanto fixo ou eventual, a existência da carteira assinada, a remuneração, a forma de pagamento e a jornada principal de trabalho.

Na identificação dos riscos e dos EPIs utilizados, os trabalhadores foram entrevistados com questões que permitiram entender como acontecia na prática a proteção dos olhos, da face, da cabeça, das mãos, do corpo, dos ouvidos e do sistema respiratório. Além disso, foram identificados os critérios utilizados na seleção dos EPIs, bem como, a periodicidade de troca destes. No que se refere aos aspectos dos treinamentos, procurou-se identificar a existência, o tempo de duração, a periodicidade de oferecimento, os assuntos abordados, os responsáveis e o local de sua realização.

O grupo de representações e práticas foi apreendido na sua forma mais singular, em função das condições e experiências reais da vida dos sujeitos da análise. Para tanto, procurou-se entender esse grupo enquanto “homens” e trabalhadores do setor de edificações da construção civil. Outro aspecto de apreensão dos depoimentos refere-se à utilização de nomes fictícios para situar as falas dos sujeitos da pesquisa.

A observação direta dos carpinteiros, armadores e serventes no dia-a-dia do trabalho e as entrevistas foram técnicas necessárias para se apreenderem as

representações no plano da prática e, conseqüentemente, melhor compreender o mundo dos significados. As observações diretas foram realizadas na parte da manhã, em um ou dois dias de quase todas as semanas, desde o primeiro dia de inserção em campo, mês de maio do ano de 2004 até o final do mês de novembro de 2005. Privilegiou-se a utilização dessa técnica em o todo período de inserção em campo, para entender como o grupo de trabalhadores transferia as representações de trabalho, dos riscos e dos EPIs para o plano da prática. Mesmo que as normas possam criar definições e estabelecer as “práticas corretas” em torno do EPI na prevenção dos acidentes, o quadro de representações dos sujeitos sociais construído a partir da experiência individual será forte definidor dos significados atribuídos aos EPIs e das práticas de prevenção por meio desse equipamento.

Conforme Howard Becker (1994), a observação direta oferece maiores possibilidades de passagem, das representações mentais, para o plano da prática, ou seja, da ação do corpo. Esse autor afirmou que a freqüência da observação revela a forma de organização do local de estudo, considerando a realidade como algo empírico, local onde acontecem as práticas. A importância dessa técnica reside, conforme Minayo (1994), no fato de se poder captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

Para compreender os significados atribuídos ao equipamento de proteção individual por um grupo específico de trabalhadores, além de alguns métodos e técnicas de coleta dos dados, foram utilizados conceitos e categorias analíticas que pudessem fundamentar as discussões das informações obtidas em campo. Essa discussão teórica será apresentada no capítulo inicial desta dissertação.

## **CAPÍTULO 1.**

### **CONCEITOS E CATEGORIAS ANALÍTICAS**

O presente capítulo discute aspectos sobre a realidade objetiva dos riscos e dos EPIs na experiência contemporânea do trabalhador à luz de autores consagrados (Emile Durkheim, Pierre Bourdieu, Lévi-Strauss e outros) com base em conceitos e categorias centrais como: *habitus*, representações sociais e coletivas, classe e gênero.

Com base nessas referências, enfatizou-se a realidade subjetiva como uma forma de saber prático que relaciona sujeito e riscos e redefine os significados atribuídos aos equipamentos de proteção individual na prevenção dos acidentes.

#### **1.1 RISCOS E PROTEÇÃO INDIVIDUAL NO SETOR DE EDIFICAÇÕES**

Embora o acidente de trabalho não seja um fato recente, sua ocorrência só passou a ser objeto de atenção quando, em virtude do seu elevado número, adquiriu dimensões de um problema econômico e, conseqüentemente, social. Um processo gerado na Revolução Industrial, em face das grandes concentrações de trabalhadores em torno das empresas empregadoras de grande quantidade de mão-de-obra (FLORA *apud* BARTOLOMEU, 2000).

Como responsável pelo aumento dos acidentes no período da industrialização, deve-se considerar, além da concentração da mão-de-obra, a divisão técnica do trabalho, que, conforme Marx *apud* Holzmann<sup>8</sup> (2002),

Incrementa a produtividade a favor do capital e fragmenta o trabalhador, impedindo o desenvolvimento integral de suas potencialidades, bem como, intensifica o ritmo de trabalho, rebaixa o valor da força de trabalho e reduz a capacidade de os trabalhadores negociarem a seu favor as condições de troca e uso de suas habilidades de trabalho (*ibid*, p.88).

Tereza Bartolomeu<sup>9</sup> (2000), em um estudo no qual propõe criar um sistema-modelo de informação sobre acidentes de trabalho<sup>10</sup> para a construção civil, afirmou, com base nas informações divulgadas pela estatística nacional por classe de atividades econômicas, que o setor de edificações da construção civil é, atualmente, um dos maiores responsáveis pela incidência de acidentes de trabalho graves e fatais no Brasil. Isso porque engloba um vasto e diversificado conjunto de atividades características que envolvem riscos variados para os trabalhadores; em geral, resultado de um ambiente de trabalho onde estão presentes, constantemente, os riscos ocupacionais físicos, químicos, biológicos e ergonômicos.

Por exemplo, os profissionais de um canteiro de obras, ao realizarem atividades variadas e corriqueiras, como de escavação, fundação, concreto armado, instalações em geral, alvenaria e fechamento, revestimento, acabamento, operações com máquinas e soldagem, tornam-se propensos a sofrer infortúnios. Estes compreendem soterramentos, quedas, choques elétricos, contusões, ferimentos,

---

<sup>8</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, professora titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e autora do livro “Operários sem Patrão”, publicado no ano de 2001. Os textos de Lorena Holzmann consultados fazem parte da obra “Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia”, em que são encontrados os conceitos necessários para se compreenderem as dimensões do mundo do trabalho e da organização produtiva.

<sup>9</sup> Professora da área de vestuário do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Teve a graduação em Economia Doméstica concluída na UFRV e a Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, na Universidade de Santa Catarina, em Engenharia de Produção.

<sup>10</sup> Conceitua-se o acidente de trabalho, conforme Ayres e Corrêa, como aquele que ocorre durante o exercício do trabalho, que provoca lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho (2001, p.15).



problemas de posição, respingos de estilhaços e de líquidos no rosto, problemas de audição pelo excesso de ruído, doenças dermatológicas pela exposição ao sol e aos produtos químicos, resfriados pela exposição às chuvas, problemas pulmonares e riscos de asfixia, dentre outros (AYRES; CÔRREA, 2001).

Nas funções de armador e de carpinteiro, Ayres e Corrêa (2001) citaram como principais riscos, aos quais os funcionários estão expostos, os seguintes:

- Na instalação da central de formas e no preparo destas. As dificuldades maiores nos centros urbanos são a falta de espaço, muitas vezes com comprometimento da segurança. Além de estarem sujeitos a quedas de grandes alturas, os trabalhadores podem se ferir pelo manuseio da madeira e dos utensílios e, ainda, dos equipamentos, como a serra circular.

- Nas fases de escoramento e desforma, os funcionários podem estar expostos a acidentes, como imprensamento das mãos e dedos e frestas nos olhos, além de quedas de material sobre o corpo.

- Na fase de armação podem ocorrer ferimentos no momento de dobrar e cortar os vergalhões e, ainda, no transporte das armações.

- Nas atividades de concretagem, podem acontecer problemas como dermatoses e intoxicação pela exposição à elevada concentração de poeira de cimento, contato com a massa pronta, respingo do concreto no corpo e olhos e, ainda, quedas.

- Na operação de máquinas e equipamentos, a restrição do espaço físico, a proteção insuficiente das partes móveis da máquina ou equipamentos, defeitos de construção e a falta de manutenção adequada tem sido a causa freqüente dos acidentes. Além disso, citam-se as máquinas e equipamentos como fontes de desconforto térmico, ruído, vibrações, aerodispersóides, radiações e outros agentes agressivos. Dentre os inúmeros equipamentos usados na construção, tem destaque a serra circular de bancada, existente em todo o canteiro de obras e que, por ser

operada ou instalada indevidamente, tem sido motivo de muitos acidentes, com graves lesões para o trabalhador.

Mesmo que o código civil venha sendo ampliado pela implementação de medidas de segurança, os números de acidentes do trabalho que se verificam, anualmente, em todo o mundo, são bastante preocupantes. De fato, as estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que acontecem, por ano, cerca de 250 milhões desses acidentes e 160 milhões de doenças profissionais, dos quais 1,1 milhão resulta em morte. Esse total de óbitos anuais por acidente de trabalho é superior, para efeito de comparação, aos letais por acidentes no trânsito, em torno de 900.000, e aos mortos por violência, próximos a 560.000, ou por HIV/AIDS, que atingem a cifra de 312.000. Além disso, a OIT estima que, no Brasil, por volta do ano de 2020 deverá dobrar o número de doenças relacionadas ao trabalho e, ainda, na mesma época, as atuais exposições dos trabalhadores a agentes agressivos estarão matando muita gente (AYRES; CORRÊA, 2001).

Essa a importância de se estudarem as práticas dos trabalhadores em torno dos EPIs. Para desenvolver qualquer ação de minimização dos riscos, além de considerar, das disposições legais e dos empregadores, a adoção de medidas preventivas tanto coletivas quanto individuais, torna-se necessário compreender, daqueles que utilizam o equipamento de proteção individual, as representações sobre trabalho, sobre riscos e sobre os respectivos EPIs como estratégias preventivas dos riscos do trabalho, já que disso poderá depender a adoção e a utilização desse equipamento no cotidiano do trabalho.

Nesse sentido, muito mais do que discutir novas tecnologias que propõem criar EPIs, torna-se necessário compreender como os trabalhadores, com suas visões de mundo, adquiridas pela experiência e ao mesmo tempo definidoras das práticas sociais, interagem com as invenções tecnológicas, vivenciando as mudanças em seu cotidiano. A prática dos trabalhadores deve ser pensada tanto do ponto de vista técnico quanto das representações que fazem essas mudanças adquirem validade ou não.

## 1.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Dentro da reflexão sociológica, o termo “representação social” é passível de inúmeras definições. Para entendê-la mais apuradamente, deve-se situar o momento de sua origem. Émile Durkheim<sup>11</sup> foi o primeiro autor da sociologia a discutir esse termo sob o nome de “representações coletivas”. Serge Moscovici<sup>12</sup> (2003) produziu uma revisão da teoria durkheimiana, discutindo-se as representações coletivas como representações sociais.

Conforme Moscovici (2003, p.287), a representação coletiva é definida por Durkheim como a forma que o indivíduo interpreta o mundo à sua volta. Essa visão de mundo é definida pelas crenças, normas, linguagens e rituais partilhados socialmente. Tais conhecimentos e crenças seriam anteriores aos indivíduos e, por isso, impostos durante o processo de socialização, de forma a evitar a desintegração da sociedade. Essas representações simbólicas e mentais exercem coerção social pela imposição, ao indivíduo, da maneira correta de compreender o mundo.

Moscovici (2003, p.14) mais preocupado em discutir a mudança e a diversidade de significados, partiu do conceito de representação coletiva para criar uma teoria das representações sociais. Optou pelo termo “social”, com o objetivo de enfatizar a dinâmica das representações contra o caráter mais fixo e estático apresentado no conceito introduzido por Durkheim.

Nas palavras do próprio Moscovici (2003), o que serviu de incentivo para o seu estudo foi:

---

<sup>11</sup> Émile Durkheim, fundador da escola francesa de sociologia, posterior a Marx combinou a pesquisa empírica com a teoria sociológica. Formado em Filosofia, estudou também Ciências Sociais, parte da afirmação de que "os fatos sociais devem ser tratados como coisas". Forneceu uma definição do normal e do que é patológico aplicado a cada sociedade.

<sup>12</sup> Serge Moscovici, nascido na Romênia, é diretor de Estudos na École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris. Foi o primeiro a introduzir ao conceito de Representação Social na Psicologia Social Contemporânea. No livro que discute a teoria das representações sociais, reúne as principais características dessa perspectiva na psicologia social. Essa obra inclui alguns ensaios recentes que reexaminam a história intelectual das representações sociais e as diversas maneiras em que essa teoria respondeu a uma tradição de pensamento nas ciências sociais.

(...) a insatisfação com os modelos de influência social que apreenderam apenas a conformidade ou a submissão. Se esse fosse o único processo de influência social que tivesse existido, como seria possível qualquer mudança social? (...) As representações não podem ser tomadas como algo dado nem podem elas servirem simplesmente como variáveis explicativas. Ao contrário é a construção dessas representações que deve ser discutida (...) (*ibid*, p.15).

Ao propor o conceito de representação social, acredita-se que a compreensão do mundo social pode variar pelo encontro com outras formas de interpretá-lo. Nesse sentido, as representações sociais para este autor:

(...) circulam, se inter cruzam e se cristalizam continuamente, através de uma palavra, ou de uma atitude, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Elas correspondem, de um lado, à substância simbólica representada a nível mental e, por outro lado, à prática específica que reproduz esta representação (2003, p.10).

Nessa perspectiva, observar a prática do indivíduo em torno do EPI no cotidiano do trabalho seria um caminho para se compreenderem os significados que ele atribui ao risco no qual está exposto e ao EPI, como medida de prevenção dos acidentes.

Pierre Bourdieu<sup>13</sup> (1998), ao discutir os significados atribuídos aos objetos do mundo social, referiu-se ao conceito de *habitus*, incorporado duradouramente no corpo.

Nas palavras deste autor,

*Habitus* como sistemas de disposições socialmente constituídas, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constitui o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante (*ibid*, p.191).

---

<sup>13</sup> Pierre Bourdieu é antropólogo, sociólogo, professor no collège de France, diretor do Departamento de pesquisas da École de Hautes Études en Sciences Sociales.

No espaço de realização da pesquisa, os trabalhadores atribuíam significados aos objetos que os cercavam em função de uma experiência definida por um conjunto de possibilidades que lhes são oferecidos enquanto “homens” “trabalhadores de obra”. Os significados atribuídos aos objetos da realidade objetiva desses sujeitos sociais seriam então, conforme Bourdieu (2003), um resultado da sua ação no mundo. Esse quadro de representações sociais seria construído pela história particular do indivíduo, pela sua ação no mundo, mas ao mesmo tempo definido pela sociedade, pelas possibilidades oferecidas ao indivíduo em função de sua posição de classe.

Conforme Peter Berger e Thomas Luckmann (1996, p.38), o indivíduo ao nascer entra em contato com um mundo já objetivamente definido. Os objetos já se encontram designados socialmente. À medida que o ser humano vai sendo socializado, a linguagem oferece subsídios para que a realidade cotidiana possa ser apreendida. Essas experiências particulares vão sendo impostas ao indivíduo em função de sua posição social. A experiência de se viver em um corpo do sexo masculino e ser trabalhador do setor de edificações da construção civil significa ter que assumir determinadas práticas. Esses comportamentos definidos pela posição de classe e de gênero reforçam a caracterização dos espaços sociais, oferecendo suporte à divisão social do trabalho, como será discutido em seguida. Esse conhecimento que vai sendo construído pela socialização influencia a maneira de interpretar os objetos do mundo social.

### **1.3 DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO**

Conforme Lorena Holzmann (2002), a divisão social do trabalho:

É um processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social diferenciam-se e especializam-se, sendo desempenhadas por distintos indivíduos ou grupos (*ibid*, p.84).

Segundo Holzmann (2002, p.84-85), Karl Marx, em seu estudo sobre a organização capitalista do trabalho, discute detalhadamente a divisão das atividades de produção e a sua importância na dinâmica capitalista. Ela apontou a hierarquia

existente nas relações de troca entre operários e capitalistas, a qual reforça a interdependência entre os sujeitos sociais, de maneira a garantir a troca entre capital e trabalho nas sociedades de classe.

Karl Marx<sup>14</sup> (1982) discorreu sobre as relações econômicas para aprofundar na discussão que retrata a existência da burguesia, o seu domínio de classe e a escravidão dos operários.

De acordo com Marx (1982, p.17), os operários vendem sua “força de trabalho” por uma quantia de dinheiro denominado salário. A “força de trabalho” como matéria-prima funciona como uma mercadoria. Os patrões compram determinadas horas de trabalho do operário e este, em contrapartida, precisa obedecer e trabalhar durante o tempo que a sua “força de trabalho” foi comprada.

Nas palavras do próprio Marx (1982),

O salário não é parte que o operário tem na mercadoria produzida. O salário é parte das mercadorias já existentes com que o capitalista compra a “força de trabalho”. O capitalista produz então com as matérias-primas e os instrumentos de trabalho que lhe pertencem exclusivamente (...) (*ibid*, p.18).

Como o capitalista compra apenas a “força de trabalho”, o operário não pertence ao patrão. O operário pode sair do emprego quando quiser, e o patrão pode despedi-lo, por exemplo, se perceber que não está tendo lucro pela compra da força do trabalhador enquanto mercadoria. Mas como o operário tem com o dinheiro obtido da venda do seu trabalho a garantia de obter os “meios” necessários para a sua “subsistência”, para continuar vivendo, muitas vezes se submete aos sacrifícios do trabalho para não ser despedido, principalmente quando se fala de um período em que a mão-de-obra excede, em muito, o número de postos de trabalho (MARX, 1982, p.18-19).

---

<sup>14</sup> Economista, cientista social e revolucionário socialista alemão, Marx nasceu em 05 de maio de 1818. Cursou Filosofia, Direito e História nas Universidades de Bonn e Berlim e foi um dos seguidores das idéias de Hegel. Este grande revolucionário também participou ativamente de organizações clandestinas com operários exilados. Foi o criador da obra “O Capital”. Este livro, publicado em 1867, mostra estudos sobre o acúmulo de capital, identificando que o excedente originado pelos trabalhadores acaba sempre nas mãos dos capitalistas, classe que fica cada vez mais rica às custas do empobrecimento do proletariado.

A divisão social do trabalho, além de reforçar as diferentes posições sociais possibilita, de acordo com Holzmann (2002, p.85), a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. O primeiro de responsabilidade dos operários e o outro, daqueles que possuem maior volume de capital econômico.

De acordo com essa autora (2002),

A divisão técnica do trabalho, iniciada na fase de manufatura capitalista, aprofunda, na produção, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, também referidos como trabalho de execução e trabalho de concepção, passando a ser atribuição do empresário ou de seus agentes a concepção do produto e a organização do processo de trabalho, cabendo aos produtores diretos efetuar os procedimentos do trabalho, tais como prescrito pelos seus programadores (*ibid*, p.85).

Patrice Bonnewitz (2003, p.54), estudioso da abordagem defendida por Pierre Bourdieu, discute a posição dos agentes no espaço das classes sociais em função do volume de capitais. Bonnewitz (op. cit., p.56), fundamentado no livro *La distinction* (1979), de autoria de Pierre Bourdieu, apresentou uma estrutura hierárquica, na qual estão distribuídos verticalmente os grupos sociais em função do volume de capital. Nessa distribuição, Pierre Bourdieu *apud* Bonnewitz (2003, p.55) situou no topo da estrutura os padrões da indústria e do comércio e os sujeitos sociais que tiveram a chance de completar o nível superior. Como mais desprovidos de capital econômico, situados no outro extremo da estrutura, estão os operários braçais e os assalariados agrícolas.

Nas palavras de Bonnewitz (2003),

Situadas na extremidade do campo social<sup>15</sup>, as classes populares se definem pela quase ausência de capital, sob qualquer forma. Elas são condenadas à “escolha do necessário”, como indica o título do capítulo que Pierre Bourdieu lhes consagra em *La distinction*. O valor que funda a unidade do grupo é a virilidade: muitas práticas e

---

<sup>15</sup> Pierre Bourdieu *apud* Patrice Bonnewitz (2003) definiu, em termos analíticos, um campo social como *uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições*. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (*ibid*, p.60).

representações encontram o seu sentido nesta noção. Sua unidade se funda também sobre a aceitação da dominação. Uma distinção secundária pode ser introduzida entre os operários braçais e os pequenos agricultores, por um lado, e os pequenos assalariados, por outro. Os indivíduos em posições dominantes optarão por estratégias de conservação e/ou acumulação do máximo de capital. Mas os dominados como jogadores também podem procurar transformar estas regras, por exemplo, desacreditando a espécie de capital sobre a qual repousa a força do adversário. Trata-se de estratégias de subversão, mobilizadas principalmente pelos indivíduos dominados (*ibid*, p.59).

Nessa relação de troca entre dominantes e dominados, deve-se considerar, além do valor econômico que permite a compra da “força de trabalho” do operário e garante a divisão social do trabalho, o valor simbólico que reforça essa relação de troca. O quadro de representações, ou seja, a maneira de interpretar os objetos do mundo social, é fundamentado na experiência permitida pela posição de classe. As representações sociais, além de serem definidas pela posição de classe, são mantidas com o objetivo de manter as posições de classe e a relação de troca entre capital e trabalho.

Patrícia Gouveia<sup>16</sup> (2003), fundamentada na discussão de autores como Karl Marx, Pierre Bourdieu e Edward Thompson, afirmou que,

O termo classe deve ser definido tanto pelas condições de existência, bem como, de forma mais simbólica e subjetiva, pela dimensão discursiva dos sujeitos implicados. A sensação de pertencimento a uma “classe” tem referência tanto na posição ocupada pela pessoa, como também na organização social e no papel por ela desempenhado dentro de dado sistema produtivo; e, ainda, nas representações simbólicas que estruturam a vida deste sujeito/agente. Nessa perspectiva, compreende-se que uma identidade de classe está referida na imagem que um “eu” faz de si, da sociedade e dos “outros” com os quais necessariamente interage. Conforme bem ressalta Pierre Bourdieu (1990), é necessário que dado indivíduo “se classifique” e se “reconheça”. Afinal vai ser ele o verdadeiro sujeito de classificação (*ibid*, p.131).

---

<sup>16</sup> Trata-se de sua tese de doutorado intitulada Mulheres – Comunitárias, personae – viajantes: classe, gênero, identidade e participação popular. Essa tese que foi submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A autora procurou *compreender sociologicamente uma vivência feminina marcada pela experiência existencial de classe que se expressa na valorização e negociação da identidade de “ser-pobre”, no engajamento em redes políticas de base e na tentativa de realização do ideal de ‘ser-comunitária’*. Em seguida, por uma qualificada interação da pessoa com diferentes agentes, ambientes e contextos que concorrem para reinserir a mesma em seus circuitos sociais internos e externos (2003, p.2).



Em toda sociedade existe uma divisão do trabalho. Além da divisão entre os operários que vendem sua “força de trabalho” e os capitalistas que compram essa força como mercadoria, tem-se que considerar a divisão social do trabalho fundamentada nas características biológicas dos indivíduos. Essa divisão que distribui as atividades em função do sexo e da idade apesar de socialmente construída é percebida como natural (HOLZMANN, 2002, p.84). A divisão das atividades fundamentada na diferença sexual reforça os espaços próprios de cada gênero, como será discutido nos tópicos subseqüentes.

#### 1.4 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Conforme Guacira Louro<sup>17</sup> (2001),

Os termos feminino e masculino não são definidos pelas características sexuais que difere corpos de homens e de mulheres, mas pelas representações e valores socialmente construídos, em uma dada sociedade e em um dado momento histórico, em torno desses dois sexos. A autora refere-se, para se remeter a essa construção social, ao gênero como conceito fundamental (*ibid*, p.21).

A divisão sexual do trabalho implica, de acordo com Holzmann (2002, p.82), a separação entre as atividades consideradas mais apropriadas para “homens” e para “mulheres”. Essa definição varia de uma sociedade para outra, mas comumente às mulheres é destinada a responsabilidade da reprodução e do cuidado com o ambiente doméstico e com os membros desse espaço. Do homem, espera-se que ele consiga um emprego no espaço público.

---

<sup>17</sup> Guacira Lopes Louro é doutora em Educação, professora titular aposentada da faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora do CNPq. Coordena o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) desde 1990 e tem publicado vários artigos nessa perspectiva. No livro *Gênero, sexualidade e educação*, utilizado para discutir a categoria analítica gênero, enfoca algumas questões centrais das práticas educativas da atualidade. Argumentou, numa perspectiva que busca referências nas teorizações pós-estruturalistas, sobre a produção das diferenças e das desigualdades sexuais e de gênero, em suas articulações com outros “marcadores sociais”, como raça, etnia e classe.

Para Mônica Von Koss<sup>18</sup> (2000, p.14), a biologia é destino, não num sentido determinista, mas pelo fato de que viver, por exemplo, em um corpo de mulher significa, em função da biologia, estar sujeito a se menstruar e a ser penetrado. Essa experiência define a maneira de perceber o mundo, diferente para o indivíduo do sexo masculino. Essa construção social direciona as expectativas e a educação dos indivíduos na sociedade e, assim, define as funções e os lugares comuns a cada sexo.

Nessa discussão Pierre Bourdieu (2003), apresentaria um argumento central. Em sua obra “A dominação masculina”, discute como a estrutura de dominação se estabelece, se “naturaliza” e, assim, se eterniza. Mudanças fundamentadas num trabalho incessante de reprodução pelos homens e instituições.

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. O trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação restritamente performativa de nominação que oriente e estructure as representações, a começar pelas representações do corpo; ele se complementa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos, isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero (..) (*ibid*, p.20-33).

As funções próprias de cada sexo definidas socialmente, com base na identidade sexual, servem para legitimar espaços e comportamentos próprios de mulheres e homens. Apesar da entrada das mulheres no mercado de trabalho a sua responsabilidade continua atrelada ao universo da reprodução no mundo doméstico. O fato da “mulher” exercer uma atividade remunerada no espaço público não exclui a sua responsabilidade com as funções da casa, com a maternidade e com o cuidado dos outros membros familiares.

---

<sup>18</sup> Autora do livro *Feminino + masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades*, publicado em 2000. Nesse livro, a autora oferece reflexões para se compreender em as construções sociais em torno do “ser homem” e do “ser mulher”.

As características anatômicas e fisiológicas implicam, conforme Koss,

Possuir direitos e obrigações devidamente convencionadas e em relação aos quais a comunidade mostra determinadas expectativas. Como seres culturais, nossa identidade sexual não é determinada exclusivamente pela biologia, mas essencialmente definida pela cultura que, por sua vez, se baseia em nossas crenças a respeito do mundo e do papel que nele desempenhamos (*ibid*, p.153).

Finalmente, após a apropriação das categorias analíticas centrais à discussão proposta como; trabalho, riscos e EPIs no setor de edificações, representação social, classe e gênero, passa-se à reflexão das categorias empíricas construídas pelo conjunto de práticas e explicitações verbais que possam definir os significados atribuídos aos EPIs. Para tanto, buscou-se, no capítulo seguinte, apontar a realidade objetiva do setor de edificação selecionado e caracterizar socioculturalmente os trabalhadores desse setor, discutindo a prática desses atores sociais, recortada por marcadores como classe e gênero.

## **CAPÍTULO 2.**

### **O SETOR DE EDIFICAÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Este capítulo realizou-se a partir de dados secundários obtidos na empresa, de revisão bibliográfica temática e de uma pesquisa empírica, tendo como objetivo identificar a dinâmica do trabalho em um setor de edificações do Município de Viçosa, MG. Procurou-se refletir sobre essa prática no dia-a-dia dos trabalhadores, enfatizando marcadores sociais como desigualdades de classe e de gênero. Num primeiro plano, procurou-se contextualizar o setor no Município de Viçosa, MG. Em seguida, caracterizar sócio culturalmente os atores sociais inseridos nesse espaço, para finalmente problematizar as práticas de trabalho vigentes.

#### **2.1 SETOR DE EDIFICAÇÕES E CONTEXTO LOCAL**

Uma parcela significativa do capital econômico do Município de Viçosa, MG, é proveniente da dinâmica do setor imobiliário, ou seja, do investimento desse setor em construções de imóveis para venda e alocação.

Como principal causa da dinâmica do ramo de edificações da construção civil do Município de Viçosa, MG, tem-se a federalização de uma universidade e a posterior ampliação de suas dependências físicas. A implantação dessa instituição federal foi responsável por atrair, para o município, grande contingente de trabalhadores e estudantes. A Universidade Federal de Viçosa (UFV) fez elevar a

dinâmica populacional até meados da década de 1980 e, conseqüentemente, movimentar o setor da construção civil. O contingente populacional recebido pela cidade pressionou a ampliação do espaço urbano, provocando uma expansão não só verticalmente, com concentração nas áreas centrais adjacentes à Universidade, valorizando esses espaços e dinamizando a construção de obras de maior porte, mas também, horizontalmente, em direção à periferia, na busca de abrigar a população que se via impossibilitada de enfrentar a elevação dos custos e preços dos imóveis localizados nas regiões centrais (PLANO DIRETOR, 2000). Contudo, esse mercado não é homogêneo, pois se refere a setores sociais distintos.

Na década de 1990, de acordo com Freitas e Oliveira (2002), os investimentos imobiliários, principalmente nos espaços urbanos previamente formados, direcionaram-se no sentido de atender às necessidades de modernização e o aumento da população dado, principalmente, pela abertura de novos cursos na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e de novas faculdades no município, provocando, assim, maior pressão sobre o mercado habitacional. Com isso, intensificaram-se os investimentos em construções a serem alocadas.

Dados relativos ao diagnóstico municipal da construção de edifícios (2000), comprovam a importância do setor de edificações para o desenvolvimento socioeconômico da cidade. As informações contidas nesse diagnóstico apontam esse setor como responsável por movimentar grande parcela do capital financeiro bruto e empregar a maioria dos trabalhadores envolvidos nas atividades industriais.

A Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), por meio dos índices de energia elétrica consumidos nos anos de 2002 e 2003, mostram essa realidade a partir de incrementos positivos no número de obras, medidos pelo acentuado aumento do número de consumidores de energia elétrica.

Além das obras menores iniciadas com frequência o município, deve-se mencionar o aumento de empresas construtoras que se cadastraram no sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário (SINTICOMV). Essas empresas são responsáveis por construir grandes edifícios num curto período de tempo. Para a construção dos imóveis no tempo necessário empregam um número

significativo de trabalhadores, entre eles pedreiros, carpinteiros, armadores, pintores, eletricitas e outros. Conforme os dados obtidos no SINTICOMV, ao contrário das pequenas empresas, que muitas vezes não estão legalizadas e geralmente contratam trabalhadores informais, as empresas cadastradas no SINTICOMV têm todos os seus funcionários protegidos por leis trabalhistas e, por isso, com carteira assinada.

A construtora selecionada para a realização da pesquisa, que está entre as empresas associadas ao SINTICOMV, iniciou-se, conforme dados obtidos na empresa, em 1994 com a construção do edifício residencial e comercial, Central Shopping localizado na Rua Dr. Milton Bandeira. Teve seus projetos continuados em razão das vendas de todas as salas e apartamentos. Em seguida, uma nova obra foi iniciada. Um segundo edifício comercial e residencial, também na Rua Milton Bandeira, conhecido como Flat Center. No ano de 1997, após a aquisição de um lote na Travessa Tancredo Neves, iniciou-se a construção de mais dois edifícios, o Centro Empresarial (comercial) e o Risoleta Neves (residencial).

No ano de 2000, iniciou-se a construção do condomínio Burle Marx, composto por dois edifícios que se localizam nas proximidades da UFV, um deles selecionado para a realização da pesquisa. Essas edificações foram as primeiras da região a trabalhar com laje nervurada, em que madeiras são substituídas por fôrmas de polipropileno (plástico reciclado) e escoramento metálico. Cada um com 120 apartamentos, 7 lojas e 50 garagens, empregando, em média, 30 trabalhadores. Número que costuma aumentar, conforme dados da empresa, mais que o dobro no período de finalização das obras.

O edifício selecionado estava no processo de montagem das lajes e, por isso, contava com 12 trabalhadores, entre eles armadores, carpinteiros e serventes, cujo perfil sociocultural será apresentado nos tópicos subseqüentes.

## 2.2 O PERFIL SOCIOCULTURAL DO TRABALHADOR

Para compreender o quadro de representações sociais, dando ênfase aos marcadores de classe e de gênero, procurou-se esboçar o perfil sociocultural dos 12 trabalhadores do edifício selecionado para pesquisa e de dois trabalhadores do outro edifício que foram vítimas de acidente, bem como do encarregado geral, responsável pela construção dos dois prédios.

No que concerne ao perfil sociodemográfico dos trabalhadores e do encarregado geral, procurou-se, a partir do cruzamento dos aspectos sobre sexo, idade, estado civil, nº de filhos, local de moradia, escolaridade, cor da pele, crença e locais freqüentados para lazer, mencionados pelos sujeitos da pesquisa, contextualizar a sua realidade pessoal.

Esses trabalhadores homens tinham entre 23 e 56 anos. No grupo, embora a maioria (nove casos) tivesse mais de 30 anos, percebeu-se uma presença expressiva de trabalhadores ainda muito jovens (Figura 2).

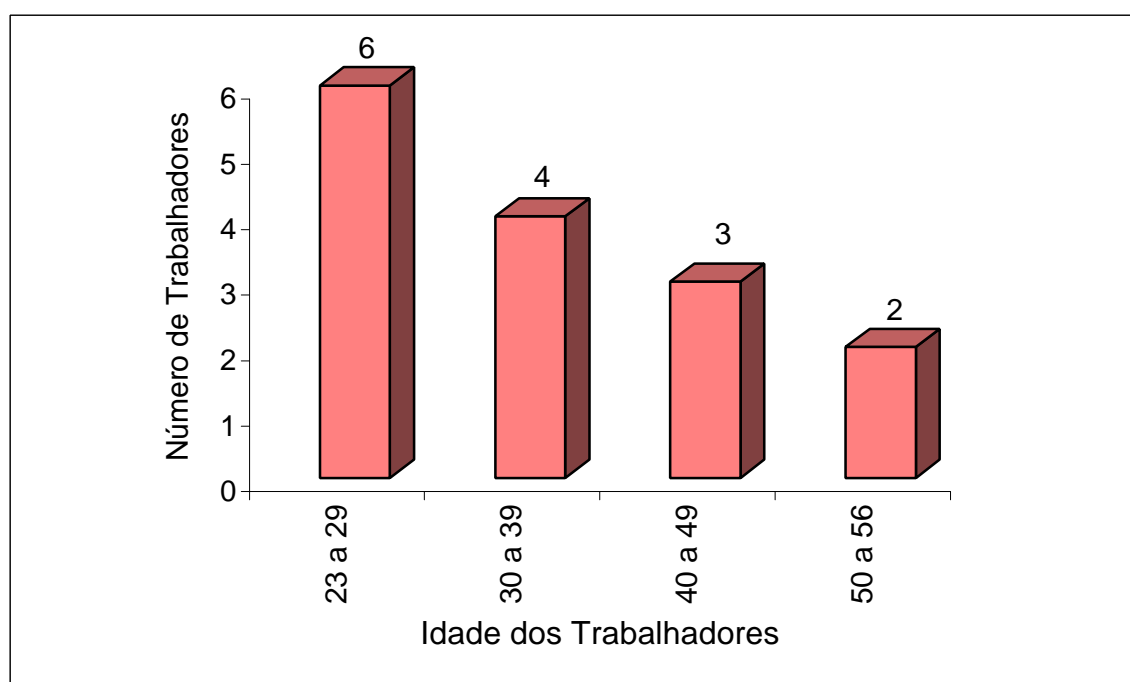


Figura 2 - Distribuição etária dos trabalhadores

Fonte: dados da pesquisa

No que diz respeito ao estado civil, apenas o informante Luciano, mais novo, era solteiro. Entre os demais trabalhadores casados, apenas João não tinha filhos. A maioria (sete casos) dos outros informantes tinha apenas dois filhos. Em seguida estavam aqueles com um filho, como no caso de Lucas, Ramires e Rodrigo. Marcelino e o encarregado geral da obra, Justino, tinham três filhos e apenas Juca, o mais velho, seis filhos.

No que se refere ao local de moradia, apenas o informante Mateus não residia no Município de Viçosa. Morando em Cajurí, contava com um ônibus para chegar ao local de trabalho. Os outros trabalhadores, residindo em grande maioria (13 casos) na periferia do município, geralmente chegavam ao trabalho, no centro da cidade, de bicicleta ou a pé.

Quanto ao nível de escolaridade, a maior parcela (14 casos) dos trabalhadores havia freqüentado apenas o ensino fundamental (1ª a 5ª série). Onze desses informantes não havia nem sequer conseguido concluir esse nível porque, segundo eles, não conseguiram conciliar trabalho “pesado” com escola. Apenas João tinha o ensino médio (1º a 3º ano científico) incompleto (Figura 3).

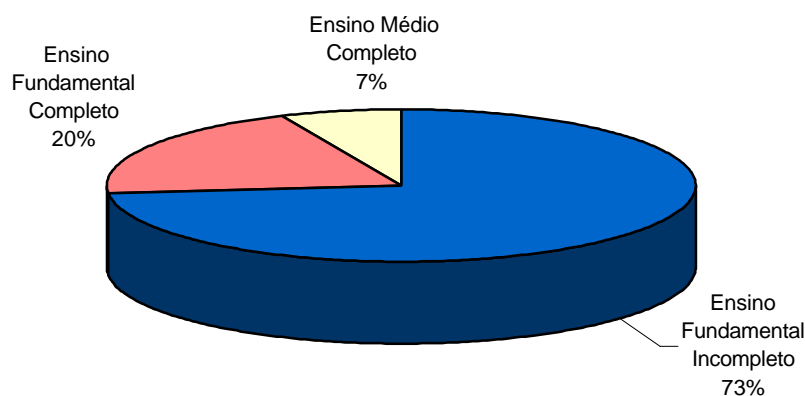


Figura 3 - Distribuição dos trabalhadores segundo o nível de escolaridade

Fonte: dados da pesquisa

O baixo nível de escolaridade é um dos fatores responsáveis pelo emprego desses trabalhadores no setor de edificações da construção civil, já que geralmente



para fazer os trabalhos braçais, socialmente desvalorizados, pagam-se reduzidos salários.

Nas palavras de Marcelino:

(...) quem estuda, quem está estudando hoje tem alguma coisa. Meio de vida dele já é mais fácil né. Não depende muito dos outros. Uma fonte de renda é o estudo. Igual no caso já não tem como, tem que ficar naquilo. Não tem, aquele ditado? Tem que comer o que eles derem, entendeu (Marcelino, 33 anos, carpinteiro e ensino fundamental incompleto).

Conforme Antônio Palocci (2004), a construção nacional é composta por 96% de micro e pequenas empresas, que são vetores importantes da geração de emprego na economia. Empregos que exigem uma menor qualificação profissional.

Nas palavras do atual Ministro:

Esta é, na verdade, uma peculiaridade importante do setor, pois realiza um relevante papel social ao gerar oferta de trabalho a uma enorme massa de pessoas que ainda está à margem do sistema educacional do país (*ibid*, p.1).

Os dados que informaram ser os carpinteiros, os armadores e os serventes trabalhadores que não tiveram acesso à educação formal, permitiram identificar o setor de edificações analisado como um espaço que contribui por legitimar o trabalho braçal como de responsabilidade daqueles que não puderam frequentar uma escola. Esses dados serviram para comprovar o espaço analisado como um local que aloca grande contingente de determinada classe que provavelmente não foi dado condição de estudar.

Em razão da necessidade de trabalhar periodicamente, todos tiveram que abdicar dos estudos por causa do trabalho, do desgaste físico que a profissão proporcionava ou da falta de tempo.

Conforme elucidam os depoimentos de Ramires e Carlos,

Nós lá em casa, nós somos 11 irmãos. Os mais velhos foram trabalhando e ajudando os menores. Não tivemos nem tempo de estudar nada. Porque estudar e trabalhar na roça antigamente era muito difícil. Era muito difícil uns tempos atrás (Ramires, ajudante de carpinteiro, 38 anos e 4ª série do ensino fundamental).

O trabalho na construtora aqui é muito pesado, muito pesado. Digo isso porque eu tive experiência, porque eu repeti a 5ª série três vezes. Não por motivo de falta de inteligência, atenção na aula,

mas por cansaço. Chega 7:00 da manhã no trabalho, trabalha até as 5:00. Você tem que ir correndo em casa pra você trocar de roupa. Aí colégio e os momentos de estudar(...). O tempo era muito pouco. Vamos pensar numa prova no primeiro horário. Fica difícil. Os momentos que eu tinha para estudar eram poucos. Três vezes eu repeti a 5ª série. Para fazer as minhas provas eu não pegava no caderno, nada para estudar. Quando eu chegava na escola e tinha prova no primeiro horário o que vinha na minha cabeça eu escrevia, relembra, fazia e era só nota boa. Só nota boa (Carlos, ajudante de armador, 26 anos e 5ª série do ensino fundamental).

A condição de classe desses trabalhadores, na maioria das vezes, não possibilita que eles possam completar seus estudos. Tendo que trabalhar muito cedo, pelo cansaço físico ou pela impossibilidade de saírem de seus postos de trabalhos, eles deixam de participar dos cursos de (re) qualificação profissional que geralmente são oferecidos em condições contraditórias às reais necessidades dos trabalhadores. Estes, com poucos anos de estudos, continuam ocupando os postos de trabalho “desqualificados”, a exemplo do trabalho braçal. Um círculo vicioso que reproduz a divisão de classe.

Conforme Bourdieu (1998), o sistema escolar,

(...) ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que - sob a aparência de equidade formal - sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima (*ibid*, p.58).

Com relação à etnia, a maioria (oito trabalhadores) se identificou como moreno. Os dois irmãos, Antônio e Edvaldo, mais Carlos e Juvenal, filho e pai, consideraram-se negros. João mencionou a cor parda, Marcelino a cor amarela e apenas Mateus a cor branca. Essa auto-identificação não se concretizou com a observação do grupo, uma vez que nove dos trabalhadores têm a pele negra (Anexo E). Apenas Mateus tem a pele e os olhos claros e Marcelino, a pele morena. Essas informações sobre a pele pareceram estar carregadas de eufemismo uma vez que se supôs terem sido emitidas com o objetivo de atenuar ou suavizar uma idéia que pareceu ser considerada desagradável para o grupo, apontando uma opinião sobre o racismo diante do mundo. Além disso, esses depoimentos pareceram denunciar o

“medo” de se declarar negro em virtude das condições sociais desiguais oferecidas aos seres humanos de pele negra, em comparação com aqueles de pele morena. De tanto ter a sua imagem reproduzida como negativa, o negro acaba se confundido com essa própria imagem e, por isso, parece ter a necessidade de não se identificar como tal.

Quanto ao sistema de crença, todos declararam pertencer à religião católica. *Acreditavam em Deus*, mas nem sempre freqüentavam a igreja. No refeitório da “obra” estavam expostas as imagens de Santa Luzia (Figura 4) e Nossa Senhora Aparecida. A primeira colocada pelos próprios trabalhadores e a segunda, pelo encarregado geral.



Figura 4 – Quadro de Santa Luzia

Além disso, o depoimento do encarregado geral da obra, católico e devoto de Nossa Senhora Aparecida, deixou claro respeitar os feriados santos, principalmente da santa de sua devoção. Nesses dias, ele se recusava a trabalhar e decretava feriado:

(...) sou católico, sou devoto de Nossa Senhora da Aparecida, demais. Dependendo do feriado, trabalho. Feriado dos dias santos não trabalho não. Feriado dos dias 15 e 7 de setembro, dia da cidade, às vezes. Igual dia de Nossa Senhora da Aparecida, não trabalho. Dia Santo eu não trabalho de jeito nenhum (Sr. Justino, encarregado geral, 56 anos e ensino fundamental completo).

As situações que se caracterizam como de lazer para esses trabalhadores estavam prioritariamente associadas às atividades de assistir ou praticar esportes (11 casos), como o futebol (oito casos), sinuca (Mateus), baralho (Ramires) e fórmula 1 (Juca). Ficar em casa descansando foi mencionado, também, por Mateus e, ainda, por Ramires e Edvaldo. Lucas e Carlos citaram como lazer ficar em casa, divertir-se com o filho e escutar música, respectivamente. Passear na casa de parentes e amigos foi mencionado por Antônio, João e Justino. Os trabalhadores Carlos, Rodrigo e Juvenal divertiam-se freqüentando bailes de forró e tomando cerveja com os amigos, bailes de forró e “funk” com a mulher e passeios no campus da UFV com o filho e bares para tomar “uns goles” (Figura 5).

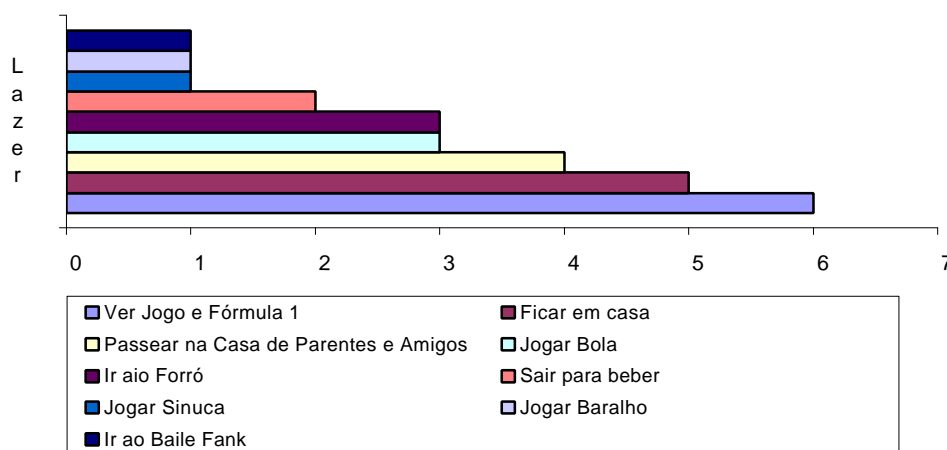


Figura 5 - Atividades de lazer realizadas

Fonte: dados da pesquisa

Na caracterização da situação do emprego dos “trabalhadores de obra” e do encarregado geral, procurou-se identificar o perfil do emprego, considerando: função, tempo de trabalho, horas trabalhadas por dia, horas extras semanais, trabalho fixo ou eventual, carteira de trabalho, renda, forma de pagamento, jornada de trabalho, profissão dos pais e “bicos”.

Os trabalhadores com poucos anos de estudos, provenientes do meio rural e com histórias de vida do trabalho desqualificado, associado ao trabalho braçal de lavrador, em alambique de cachaça, em carvoaria, em canavial, foram, em sua

maioria diretamente absorvidos pelo setor de construção de casas e edifícios, ou foram trabalhar como jardineiro ou como serralheiro antes do atual emprego. Apenas quatro trabalhadores não mencionaram ter residido no meio rural. Carlos teve a profissão de armador como primeiro emprego, começando com 18 anos a trabalhar com seu pai, Juvenal. Os outros três, antes de irem para a construção, trabalharam em loja. João e Rodrigo, como empregados de lojas de sapatos, saíram do emprego porque não gostavam desse trabalho. Lucas era proprietário de uma loja de roupas e teve que fechar o negócio por não ter tido condições de pagar aluguel. Desempregado, ele foi chamado para trabalhar em obras.

No que diz respeito ao tempo de trabalho no setor de edificações, Juvenal com 32 anos na atividade era o que há mais tempo exercia a profissão. Em seguida o encarregado geral, com 30 anos. Com mais de 20 anos na profissão estavam Antônio, com 26 anos, e Pedro, com 25 anos. Os trabalhadores Edvaldo, Rodrigo e João aproximavam-se dos 20 anos de profissão já que trabalhavam na construção a 15, 18 e 19 anos, na respectiva ordem. Mateus e Luciano estavam com a atual trabalho exercendo pela primeira vez a profissão, com três e dois anos, respectivamente, trabalhando para a construtora. Os outros informantes já realizavam o trabalho a cinco, oito, nove ou dez anos (Figura 6).

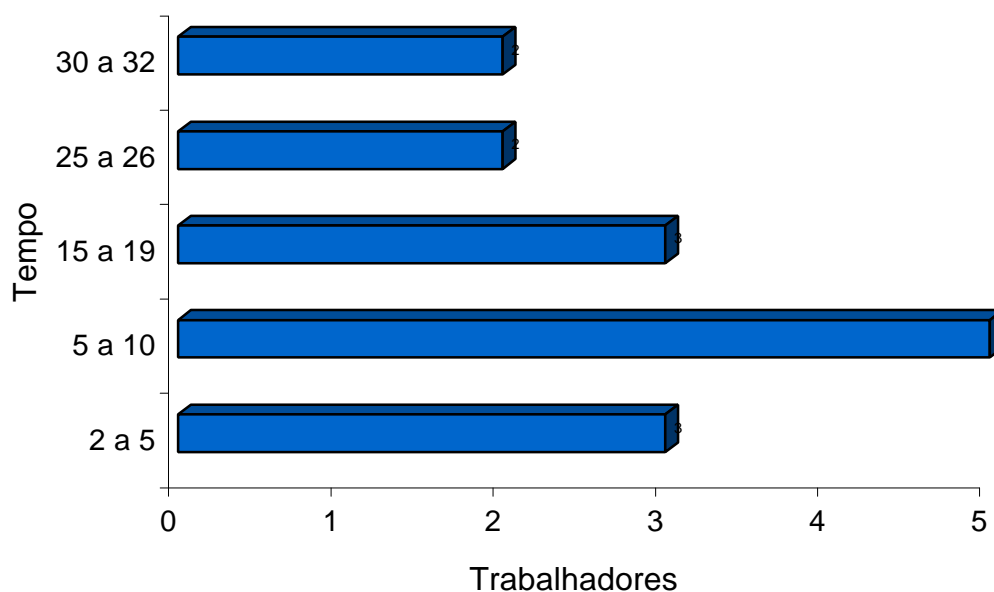


Figura 6 - Distribuição dos trabalhadores segundo o tempo de profissão

Fonte: dados da pesquisa

O salário médio mensal desses trabalhadores, que tinham a carteira assinada, girava em torno de dois salários mínimos (S.M.), sendo essa renda considerada como principal rendimento das famílias pela maioria dos informantes.

Começavam realizar o trabalho às 7 da manhã, com um regime de trabalho de 9 horas diárias, de segunda a quinta, e de 8 horas nas sextas, folgando nos sábados, domingos e feriados de dias santos. A folga nem sempre era respeitada em razão das horas extras trabalhadas aos sábados.

Os trabalhadores estavam, em sua maioria, casados e com filhos pequenos para criar e precisavam garantir uma renda mensal, afirmação essa explicitada por quase todos os informantes. Além disso, com o elevado índice de desemprego no mercado, ou seja, escassez de serviços, ter um emprego de carteira assinada foi considerado fator de peso.

A carteira de trabalho assinada no momento da contratação foi responsável para que a maioria (14 casos) dos trabalhadores afirmasse ser seu emprego fixo, mesmo quando todos mencionaram não ter certeza de que a empresa iniciaria a

construção de um novo edifício. Essa dúvida foi explicitada, na entrevista, pelos informantes Antônio, Mateus, Lucas e Bruno. Conforme Bruno: *Ah quando acabar essa obra eu tenho que arrumar outro emprego (João, ajudante de armador, 35 anos e 1º ano científico).*

A carteira de trabalho, além de funcionar como garantia de direitos, é, de acordo com Rocha (2003):

(...) especialmente interessante, pois, diferentemente dos outros documentos, traz, em suas páginas, informações suficientes para contar, ela própria, uma história. Nela existem dados referentes à profissão, saúde, salário, férias, local e tempo de trabalho, permitindo a leitura por parte de quem a consultar. Com isso, esse documento torna-se um instrumento a partir do qual eles identificam, pensam e classificam a si mesmos e aos outros, além de funcionar como garantia de direitos (*ibid*, p.39).

Ao construir um inventário das causas explicitadas pelos *trabalhadores da obra* sobre o fator fundamental de adesão ao trabalho na construtora, notou-se que a maioria (oito casos) dos informantes tinha suas razões relacionadas à ausência de outras oportunidades em função do desemprego.

Nas palavras de Carlos e Luciano,

Eu tinha que ter um emprego na minha vida. Eu só estudava, entendeu? Não tinha profissão nenhuma. Era só estudo. A opção melhor que eu tinha era meu pai. Tive a chance de estar trabalhando com ele. Estava com filho pra nascer. Ter um trabalho pra sustentar família. Meu pai mesmo que já trabalhava aí já de armação. Eu estava precisando de emprego e comecei com ele (pai) e estou aí até hoje (Carlos, ajudante de armador, 26 anos e 5ª série do ensino fundamental).

Eu vim trabalhar aqui porque na época eu saí da Pif-Paf. Eu tinha intenção de ir pra outra cidade trabalhar. Como não deu certo, o serviço lá não saiu pra mim, aí eu tinha que trabalhar ou então voltar pra casa dos meus pais. Aí eu consegui esse serviço aqui. Estou aqui até hoje (Luciano, ajudante de carpinteiro, 23 anos e 8ª série do ensino fundamental).

Os poucos que estavam empregados optaram pelo trabalho em razão de ser esse um emprego “fixo” de carteira assinada, ou pelo salário mais alto, como no caso do encarregado geral. Conforme Ramires,

Eu vim chamado através de um colega meu. O meu colega falou assim: ah na obra que eu estou trabalhando estão precisando de um funcionário. Você não quer ir pra lá não? Eu não pensei duas vezes.

Eu estava trabalhando, deixei meu trabalho e vim pra cá. Um serviço fixo é bem melhor. O cara (patrão) até que não queria deixar eu sair (Ramires, ajudante de carpinteiro, 38 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Discutir o perfil sociodemográfico e econômico dos sujeitos sociais analisados permitiu definir marcadores sociais de classe e de gênero desses atores sociais. Essa posição que o indivíduo ocupa na sociedade deve ser entendida como condição necessária para se compreender a construção dos valores que sustentam a “identidade” de ser “homem” e trabalhador de “obra”, que foram valores expressos no dia-a-dia, na prática do trabalho.

### **2.3 PRÁTICA DE TRABALHO NO SETOR DE EDIFICAÇÕES**

Ao acompanhar e refletir sobre as práticas e os discursos de um grupo de trabalhadores do setor de edificações da construção civil foi possível perceber não somente uma explicitação de comportamentos diante de uma realidade objetiva imposta a esses sujeitos sociais, mas, principalmente, entender significados e interpretações que eles atribuem às suas ações fundamentadas em experiências historicamente vivenciadas.

As observações, no dia-a-dia do trabalho, possibilitaram perceber a prática e a linguagem do grupo como responsáveis por definir o espaço da pesquisa como um lugar de reprodução de valores masculinos de um trabalhador de “obra” específico. A identidade desses sujeitos sociais era socialmente construída e explicitada através da ação do corpo e da comunicação entre os membros do grupo.

O espaço de trabalho analisado revelou, no conteúdo de suas formas, as condições de reprodução de determinadas relações sociais. As práticas de trabalho se apresentam, conforme o conceito de *habitus*, de Bourdieu (1998), tanto como resultado e, ao mesmo tempo, como condição de reprodução social. As práticas sociais de um grupo contribuem para modificar as relações entre os componentes da sociedade, de forma a reforçar a identidade e as funções do trabalhador do setor de edificações da construção civil.



As práticas dos trabalhadores funcionam como um sistema que organiza os significados possíveis, mapeando as possibilidades desses atores sociais a partir de um contexto histórico individual. As ações são construídas pela compreensão da realidade em função de serem “homens” e “trabalhadores de obra”.

Como armadores, carpinteiros ou serventes, esses trabalhadores protegiam o corpo, geralmente, por capacete e bota bico de aço, que são acessórios do vestuário e funcionam como símbolos que identificam esses “homens” como operários do setor de edificações da construção civil. Os equipamentos de proteção individual (EPIs) eram usados em função de que, para obter o resultado do trabalho, esses indivíduos ficavam sujeitos à altura, à poeira que saía da serra circular, ao pó de ferro emitido do “policorte”, aos ruídos intensos, ao sol muito quente, ao frio extremo e ao contato com objetos cortantes ou com superfícies ásperas.

Nas palavras do “encarregado geral da obra”:

O mais difícil da obra é a carpintaria e a armação. Ficar pendurado é mais perigoso. Muito mais trabalhoso. Você trabalha no sol, você trabalha na chuva. Tudo, tudo é mais difícil. O pedreiro chega na obra, tá debaixo da laje, tem uma boa condição pra ele trabalhar, o servente põe a massa pra ele ali. É difícil, também, mas é mais fácil pra ele (Justino, encarregado geral da obra, 56 anos e ensino fundamental completo).

Os trabalhadores chegavam antes das 7 da manhã, a pé ou de bicicleta, para estarem prontos no momento do soar da sirene, que era o sinal que marcava o horário de começar e de parar o trabalho, bem como o início e o término do almoço. Esses trabalhadores eram responsáveis por transformar, pelo movimento constante dos seus corpos, matérias-primas como plástico, ferro, madeira e concreto em futuros cômodos residenciais e comerciais, como mostrado na Figura 7.



Figura 7 - Carpinteiro desmontando pilar

As atividades aconteciam pela ordenação de outro trabalhador identificado como *encarregado geral* e pelo engenheiro civil, os quais freqüentemente se encontravam no local para observar o desenrolar do trabalho.

Para a realização do trabalho braçal no tempo marcado, os trabalhadores se subdividiam, de acordo com a função, em dois grupos. Os armadores (quatro trabalhadores) eram responsáveis por cortar e dobrar toda a ferragem no formato necessário e depois montá-la por cima ou dentro das fôrmas de madeira que iriam dar origem às lajes, aos pilares e às vigas. Os carpinteiros (oito trabalhadores) espalhavam o concreto sobre a estrutura metálica que havia sido montada, montavam as fôrmas de madeira que iriam receber a ferragem e o concreto para dar origem à laje, às vigas e aos pilares, desmontavam essas fôrmas depois que o concreto estava seco e limpava toda a laje depois de retiradas as fôrmas. As fôrmas e as ferragens davam origem aos pilares e vigas pela junção ao concreto, que era trazido pronto por uma empresa especializada em produzi-lo.

Nas palavras de Carlos e Bruno,

Ah tipo o meu trabalho mais que eu faço é cortar as ferragens, pra construção de vigas, pilares. Cortar no policorte para depois entrar com as armações. Depois que fez o corte completo faço aquela parte de montar ferragem. Depois a gente passa pra montar as vigas igual a gente tá montando agora. Algumas são montadas já lá em baixo, mas somente as leves. As pesadas a gente monta até a metade dela e sobe, porque senão não dá (Carlos, ajudante de carpinteiro, 26 anos e 5<sup>a</sup> série do ensino fundamental).

Meu negócio é mexer com forma. Eu faço forma e depois que vem concreto. Esse é o trabalho de carpinteiro. Botar forma no lugar (Bruno, ajudante de carpinteiro, 27 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Depois de seco o concreto, os carpinteiros e serventes desmontavam as fôrmas de madeira para colocar por cima desses pilares e vigas prontos fôrmas de polipropileno, vigotas, perfis e escoras de ferro, conforme as Figuras 8 e 9.



Figuras 8 e 9- Estrutura da laje armada

O final da etapa de montagem das lajes conduzia os armadores, que trabalhavam geralmente no andar térreo do edifício, para a última laje. Nesse momento, as ferragens, algumas já montadas, eram encaixadas entre as fôrmas de polipropileno. Depois dessa estrutura toda montada em ferragens e fôrmas, espalhava-se, por cima, o concreto. Para execução desse trabalho, todos os carpinteiros trabalhavam em mutirão. Depois de pronta a laje, os carpinteiros e os serventes espalhavam-se em duplas, alguns começavam a desmontar as lajes e outros, a montar as fôrmas e pilares no andar de cima, para dar origem à outra laje.

No período de secagem do concreto, os carpinteiros trabalhavam, geralmente, na produção das fôrmas que eram utilizadas na montagem da próxima laje e na limpeza das lajes prontas. Para produzir as formas de madeiras empregavam, além de equipamentos manuais, a serra circular (Figura 10).



Figura 10 – Serra circular

Os armadores, quando não estavam na montagem da laje, estavam preparando as ferragens. Nesse processo contavam, principalmente, com o auxílio do equipamento policorte, apresentado na Figura 11.



Figura 11 - Equipamento policorte

As vestimentas diferenciavam os trabalhadores responsáveis pelo trabalho braçal, o encarregado geral e os engenheiros civis. As roupas dos trabalhadores geralmente eram marcadas pelo desgaste comum ocorrido pelo contato com material cortante e o “fogo” do policorte, já que não usavam EPI de proteção para o corpo. Outros acessórios que facilitaram a identificação desses atores sociais foram os capacetes. Apenas os engenheiros civis e os visitantes usavam-no na cor branca, o que pode ser explicado pelo fato de o trabalho braçal ser realizado em contato com a “sujeira”.

O almoço era tomado no próprio ambiente de trabalho, no refeitório da obra (Anexo E), que ficava no 3º andar do prédio em construção. A refeição era levada para o trabalho dentro de *marmitas* (Anexo E).

Além de um refeitório, encontravam-se à disposição dos trabalhadores banheiros com vaso sanitário e outros com chuveiro (Anexo E), um bebedouro e um cômodo fechado para que os trabalhadores pudessem trocar de roupa.

Os trabalhadores, geralmente observados pelo *encarregado geral da obra*, comentavam com frequência sobre a necessidade de ser ágil e ter coragem para realizar o trabalho. Os corpos em constante movimento, pelo esforço físico, tornavam-se disciplinados para poder trabalhar corretamente. Pés, mãos e músculos se modelavam e se tornavam rígidos pelo movimento contínuo. Como “homens” responsáveis por um “trabalho braçal”, acabavam tendo que aprender a aceitar o trabalho cansativo, que constantemente produzia cortes e arranhões, sem reclamar, como garantia de ser reconhecido socialmente como “homem” e, na condição de assalariado, garantir sua renda. Os gestos, os movimentos e as reações eram reproduzidos em função das condições sociais concretas que lhes eram impostas, enquanto “homens” “trabalhadores de obra”.

Os movimentos do corpo e os assuntos em discussão entre os trabalhadores evidenciaram a reprodução de um modelo hegemônico de masculinidade. As práticas no dia-a-dia do trabalho desses sujeitos sociais acabavam por reforçar as relações sociais dos homens entre si e deles com as mulheres no cotidiano, como saberes importantes na construção de ser “homem”. Esses conhecimentos reforçados entre o grupo acabavam por evidenciar marcadores de gênero, de hierarquia e de poder.

Nesse grupo, os músculos exibidos nos corpos em “constantes movimentos” de subidas e descidas eram práticas comuns. A *disposição para o trabalho* foi frequentemente mencionada para enaltecer a imagem dos trabalhadores de forma que ele fosse identificado como capaz de realizar o trabalho. Essas práticas associadas às conversas sobre futebol, mulheres e festas reforçavam o setor de edificações da construção civil como um espaço socialmente masculino.

A única mulher contratada atuava como estagiária de engenharia civil. Vestia sempre calça jeans, tênis e blusa de malha. Geralmente estava de cabelo preso e sem a aparência de estar maquiada. Já os trabalhadores ficavam sem camisa e de shorts, demonstrando ter mais liberdade nesse espaço predominantemente masculino.

Além das práticas que constroem a identidade desse trabalhador, vale ressaltar, as denominações armadores e serventes como forma de definir o perfil dos profissionais que devem ser contratados para trabalhar no setor de edificações da construção civil em Viçosa, MG, como expressão da classificação marcada por atributos de classe e de gênero. A denominação armador, que se relaciona às características da figura masculina dominante, “viril” e “potente”, e a segunda como definidora do corpo que serve, supostamente, a “outro” de maior poder aquisitivo, apontando uma hierarquia no trabalho.

Bourdieu (2003) discutiu o significado social construído em torno das diferenças sexuais responsável por distribuir as atividades entre os sexos, apontando a oposição dos significados que reforça a construção entre masculino e feminino. Bourdieu (2003, p.16) mencionou o *movimento para o alto* relacionado ao masculino, já que se remete à ereção ou à posição no ato sexual.

Nas palavras desse autor,

Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposição em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo, seco/úmido, duro/mole, temperado/inosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado), etc., que para alguns correspondem a movimentos do corpo. Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobre-determinação pelas harmonias, conotações e correspondências (*ibid*, p.16).

A observação das práticas e dos comportamentos dos trabalhadores de uma edificação ofereceu instrumentos valiosos para se apreenderem estruturas

simbólicas denunciando os mecanismos que mantêm o trabalho de reprodução de gênero e de classe dominantes nesse espaço e que se constituem em relações de desigualdade que tem sua origem além dos “muros” que delimitam o espaço de trabalho analisado. Então, a visão de mundo desses trabalhadores, construída em função de suas posições sociais enquanto “homens” e “trabalhadores de obra”, torna-se particularmente importante de ser apreendida para se interpretar o significado atribuído ao Equipamento de Proteção Individual, discutida no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3.**

#### **ARMADORES, CARPINTEIROS E SERVENTES E O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL: SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS NA VALIDAÇÃO DO EPI**

Neste capítulo discute-se algumas representações dos trabalhadores investigados, referenciadas em marcadores sociais de classe e de gênero, sobre o uso e a eficácia do equipamento de proteção individual como medida preventiva de acidentes. Buscou-se compreender os significados locais atrelados à percepção de “risco” e do equipamento de proteção individual na prevenção dos acidentes, bem como os aprendizados técnicos e práticos (treinamento para a prevenção de acidentes) fundamentados no sistema de significação incorporado, que incidem sobre o cotidiano de trabalho.

#### **3.1 O CONHECIMENTO PRÁTICO E A PERCEPÇÃO DOS RISCOS**

Majoritariamente, o trabalho de construção de edifícios foi reconhecido pelos entrevistados como uma atividade que envolve riscos. As razões alegadas estiveram relacionadas, principalmente, às quedas de alturas e ao contato com objetos como pregos e madeiras espalhados no chão da obra, o manuseio da serra circular e os objetos que pudessem ser arremessados ao corpo do trabalhador.



Dois informantes que haviam acumulado tempo de experiência profissional no setor de edificações afirmaram ser qualquer tipo de serviço arriscado. Aqui, mencionaram a “atenção no trabalho” como necessária para se evitarem acidentes, principalmente ao se trabalhar em altura, ao cortar ferro no policorte e ao trabalhar próximo a pregos espalhados no chão.

Esses depoimentos indicaram que o perigo era condição concreta:

Eu acho. Sem dúvida. Ah envolve (o trabalho) altura. Se agente não tiver segurança no material que tivermos usando entendeu. Pode acontecer uma queda. Matar um. Nessa altura que cair é perigoso. Na serra. Trabalhar na serra sem atenção. Você perde um braço, uma mão, sei lá. Então é superperigoso entendeu. Um prego no chão. Quando está tudo limpinho, igual aqui, está tudo beleza. Então tem que ter o máximo de cuidado. Eu acho perigoso sem dúvida (Marcelino, carpinteiro, 33 anos e 5ª série do ensino fundamental).

Os relatos das experiências passadas sobre situações de acidentes revelaram que apenas três trabalhadores não tinham sido vítimas dessas fatalidades. Todos os acidentes relacionados com queda de altura explicitaram essa situação como significando o maior risco da profissão deles. Os depoimentos dos trabalhadores com relação aos acidentes sofridos denunciaram o próprio indivíduo como responsável pela sua ocorrência, como atesta o seguinte depoimento:

Ah eu estava pegando e puxando concreto e deixei escapar a minha mão. Quase que eu caí da laje, mas o cara me segurou. Foi no Clélia Bernardes, perto da antena. Era um serviço particular. O cara (patrão) trabalhava na universidade. Não sei o que ele faz não, eu sei que ele trabalha com esse negocio de agronomia. Eu estava fazendo esse prediozinho. Eu estava ajudando. No finalzinho **com pressa de ir embora**, quando eu puxei assim quase que eu caí da laje e o cara me segurou pelo braço. Nossa Senhora, obrigado. Eu até saí de perto da laje onde eu estava (João, ajudante de armador, 35 anos e 1º ano científico).

Com mais tempo de trabalho no setor de edificações e encarregado dos armadores, Juvenal comparou o atual espaço de construção de edifícios com a realidade de 10 anos atrás, considerando que hoje vivencia melhores condições de segurança. Afirmou que as pessoas hoje se machucavam de “bobeira”. Para evitar os riscos reunia com o grupo de armadores para planejar algumas estratégias que pudessem evitar algum acidente.

Ah agora na construção civil tem muita segurança. Então era mais perigoso antigamente. Agora eles (os trabalhadores) machucam de bobeira deles mesmo. Tem muita segurança agora. Então, sem a segurança é perigoso. O cara (trabalhador) machuca mesmo. Machuca e machuca bastante. Há uns dez anos atrás era difícil. Tem meu irmão que é muito inteligente né (Sr. João), meu filho também (Carlos). Aí já chamo eles e digo: vamos conversar aqui. Fazemos em grupo. Dá tudo certo. Duas cabeças pensam mais do que uma (Juvenal, armador, 48 anos e 5ª série do ensino fundamental).

É interessante mencionar, também, na fala do trabalhador Juvenal, a influência da experiência vivida como responsável por definir o sentimento em trabalhos que envolvem riscos. Ele afirmou não ter o sentimento de medo em função do tempo que encarregou de fazê-lo esquecer das situações de risco que enfrentou quando ainda era muito jovem. A primeira quando tinha apenas 11 anos de idade. Em razão dessa experiência, afirmou *não sentir risco nenhum mais*.

A partir de uma experiência acumulada como “trabalhadores de obra”, acostumados com a prática do trabalho nesse espaço, apenas Marcelino, que tinha menos tempo de trabalho na construção de edifícios, mencionou sentir um pouco de medo e um pouco de insegurança no momento de realizar trabalhos em alturas. Enfrentar e superar os riscos do trabalho e não ter medo, mas ter melhor “concentração”. Em certa medida, foi mencionado não um sentimento de repulsa, mas de emoção, de aventura e, até mesmo, certo heroísmo de trabalhar em alturas, como mostrado no depoimento de Lucas.

Quando eu chego na beirada lá (da laje) o que eu sinto é emoção. Emoção de estar trabalhando e vendo que os outros estão me vendo lá de cima (Lucas, 33 anos, armador e 1º ano científico).

Mostrar “coragem” permitia ao trabalhador, além de reforçar sua identidade de ser “homem”, mostrar para a sociedade uma imagem positiva em contraposição à identidade de ser “trabalhador de obra”. Essa habilidade do corpo tem como referência acenar maior habilidade social.

Esse conhecimento adquirido com a prática rotineira em um ambiente de trabalho que envolve riscos foi muito evocado. No período de campo, dois trabalhadores foram afastados por acidente: um pedreiro que teve a perna rasgada por um “perfil” que caiu do andar de cima do edifício e atingiu seu corpo, que

estava no andar térreo; e outro servente que teve seu pé “dilacerado” pela roldana do “guincho”.

De acordo com um dos depoimentos selecionados,

Aqui na obra aconteceram dois acidentes. Com o Sr. Paulo que agarrou o pé no guincho e Tarcisio, que eu ajudei. A peça caiu na perna dele e fez um buraco assim nele. Chegou a atingir o osso. Dizem que ele está andando mancando. Aí nesse dia (no dia do acidente) foi eu que na hora ali não sei eu falei assim: Vou tentar fazer uma coisa para ajudar ele que eu estava trabalhando lá embaixo. Lá eu vi o negócio caindo nele lá assim. Para mim eu achei que eu fiz bonito pela minha parte que eu estou trabalhando aqui. Todo mundo falou comigo depois. Porque eu não tinha quase experiência nenhuma aqui na obra e caiu a peça aqui nele assim e fez aquele buraco na perna dele. Eu cheguei, Tarcisio não mexe a perna não porque eu vou ver o que está acontecendo. Depois eu pedi a ele para rasgar a calça dele, mas sem mexer na perna dele porque, talvez, se mexesse poderia ser pior. Rasguei a perna da calça dele assim é na hora que eu rasguei mais ou menos aqui assim (mostra na perna dele), não tinha pele mais não. Só aquele buraco assim. Só podia ver aquele osso branquinhozinho. Aí eu e Bruno levamos ele para o hospital. Deram ponto nele. Acho que depois, marcou uma cirurgia para fazer. Uma cirurgia obrigatória para ele fazer (Lucas, ajudante de carpinteiro, 25 anos e 8ª série do ensino fundamental).

Junto com o afastamento de Marcelino com problemas na coluna, esses incidentes foram dados concretos que fizeram que os trabalhadores percebessem a existência real dos riscos. A experiência de ser “homem” e “trabalhador braçal” fez com que esses atores sociais aprendessem a lidar com o trabalho no setor de edificações da construção civil e passassem a definir o risco presente nesse espaço e, conseqüentemente, atribuir significado ao EPI.

### **3.2 A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO EPI**

Os significados atribuídos ao Equipamento de Proteção Individual no referido ambiente de trabalho devem ser compreendidos como constitutivos da experiência social. Uma trajetória construída das possibilidades concretas impostas a esses sujeitos sociais, enquanto “homens” e “trabalhadores braçais” do setor de edificações da construção civil.

Do ponto de vista de grande parte dos trabalhadores, os EPIs, cinto de segurança e o capacete, eram instrumentos responsáveis por protegê-los dos acidentes, mais especificamente das quedas de altura. Esses depoimentos podem ter sido enunciados diante da presença entrevistadora, autora desta tese, inicialmente confundida, conforme alguns dos trabalhadores, com a imagem de um fiscal de segurança. Isso revelou uma preocupação “legal” dos trabalhadores em enfatizar o EPI. Contudo, nos relatos dos trabalhadores João, Juvenal, Rodrigo, Marcelino e Ramires a primeira proteção mencionada foi de Deus. Só depois se remeteram ao cinto de segurança.

Conforme um dos informantes,

O que protege agente primeiro é Deus depois tem o cinto de segurança. Para quem trabalha de fora ali, coloca o cinto. Tem um pessoal. Tem que cercar esse vão aí (mostra com a mão). Cerca tudo aí. Tem que cercar a escada também para descer numa boa. Cercar esse negócio aí. O máximo de segurança que o técnico passa. Num sei porque ele não fechou aí (mostra um vão sem segurança). Quando não fecha coloca uma tampa. Mais para cima deve ter uma. Mais para cima deve ter uma. Sempre fecha, coloca aquelas fitas de segurança (João, ajudante de armador, 35 anos e 1º ano científico).

Embora o uso do cinto de segurança tenha sido muito mencionado como medida de prevenção de acidentes, para realizar os serviços em alturas, essas afirmações não eram colocadas em prática pela maioria dos trabalhadores. Apenas Marcelino e seu ajudante Lucas usavam-no com frequência ao trabalhar na beirada da laje. Práticas que se tornaram esclarecidas pelo depoimento de Marcelino, que afirmou ter sido durante um tempo presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes<sup>19</sup> (CIPA):

Eu que estava como presidente da CIPA eu olhava isso aí muito. Estava evitando muito acidente. Depois que acabou esse negócio de, que acabou negócio de presidente da CIPA, acabou tudo, aconteceu esse punhado de acidente aqui. Eu saía daqui quando estava mais folgado, falava com o encarregado, olhava tudo você

---

<sup>19</sup> A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, formada por representantes do empregador e dos empregados, tem como propósito preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores e de todos aqueles que interagem com a empresa. A CIPA é regida pela Lei nº 6.514, de 22/12/77, e regulamentada pela NR-5 do Ministério do Trabalho. Foi aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08/06/76, publicada no DOU. de 29/12/94 e modificada em 15/02/95 (SEGURANÇA E MEDICINA..., 2003).

entendeu. Pessoal estava sem cinto, arrumava cinto, comprava material (Marcelino, carpinteiro, 33 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Outro informante acionou um discurso exemplar, que fortaleceu a compreensão da representação do EPI. Embora num primeiro momento afirmasse usar sempre os equipamentos de proteção, continuou com a argumentação de forma a deixar claro a atenção no trabalho como mais importante para prevenir acidentes.

Nas suas palavras:

Sempre. Lugar perigoso sim, no meio da obra não. Lugar perigoso eu não arrisco. Lugar que é para ficar, tipo assim, quando eu trabalho do lado de fora amarrando alguma coisa que tem que colocar cinto eu coloco. Se cair você está preso. Eu acho que me protege é atenção. Se você está com equipamento, mesmo igual eu sempre falo, mesmo se você cair se você estiver travado com o cinto você vai bater em algum lugar, você vai tomar um arranco do caramba e vai bater em algum lugar. Eu acho que é mais, eu acho que protege é atenção, não adianta. Se cair você vai ficar pendurado, vai bater em algum lugar ali, vai acabar machucando do mesmo jeito. Você não vai morrer, mas machucar vai (João, ajudante de armador, 35 anos e 1º ano científico).

Um argumento não revelado na entrevista de outros informantes, relacionado ao uso dos equipamentos, saltou aos olhos de um trabalhador mais velho. Juvenal admitiu não usar a luva, apenas a botina e o capacete. Afirmação observada na prática da maioria dos trabalhadores. Em mais palavras disse: *sinceramente eu não uso a luva. Eu uso mais é o capacete e a bota por causa do meu trabalho. Tropeço muito (Juvenal, armador, 48 anos e 5ª série do ensino fundamental).*

Um aspecto relevante e contraditório quanto ao papel da empresa na adoção das medidas preventivas diz respeito aos relatos sobre prevenção de acidentes e uso dos EPIs. Embora todos os trabalhadores tivessem mencionado a preocupação da empresa com a prevenção de acidentes e alguns explicitassem a CIPA como responsável por ensiná-los a se cuidarem melhor no trabalho, alguns trabalhadores (quatro casos) deixaram claro que o EPI teve seu uso aprendido na prática do trabalho, com os companheiros, como reforçado nos depoimentos de Marcelino e Lucas. Ramires, mesmo com muitos anos de trabalho na construção de edifícios, também não sabia usar o cinto de segurança:

A gente tenta aprender direitinho. Até hoje a gente usa, mas talvez nem sabe usar ainda. A gente põe o equipamento às vezes de qualquer jeito. Não sabe usar ele até hoje não. Eles só entregam para gente o equipamento. A gente tem que se virar. Põe do jeito que der (risada). A gente põe do jeito que der, mas nunca veio assim uma pessoa, um professor para explicar a gente como que usa, como que não usa, né (Ramires, ajudante de carpinteiro, 38 anos e 4ª série do ensino fundamental).

O papel da empresa na prevenção dos acidentes foi explicitado em um dos depoimentos de Marcelino. Percebeu-se, com a afirmação desse trabalhador, que a CIPA já não existia mais na empresa. Mesmo sendo essa medida obrigatória, em razão de a empresa ter mais de 50 trabalhadores. A CIPA, conforme esse informante, foi criada na empresa como uma obrigação imposta pelo fiscal de segurança. Além disso, ele deixa claro que a preocupação do encarregado e do engenheiro civil com a utilização do EPI era apenas no momento em que o fiscal visitava a obra ou quando acontecia algum acidente.

Antes há uns tempos atrás nem existia esses negócios de segurança. A pouco tempo para cá que começou a existir mais segurança. A empresa crescendo entendeu. Ele (encarregado) chega aqui pela reação dele parece que gosta que usa (equipamento de proteção individual). Pelo que eu vejo aqui, igual passa todo mundo aí, igual o próprio dono mesmo, o encarregado passa. Se tiver usando bem, se não tiver usando eles não falam nada. Não cobram não. Só tem aquele minuto de cobrança quando o fiscal chega aí. Então naqueles momentos ali eles fazem um alerta. Passou isso aí. Você pode ver aí. Você pode ver muita gente para lá e para cá, sem capacete, sem bota, sem nada. É falado que não pode entrar nem o próprio dono sem usar o capacete. Não sabe eles que tivemos treinamento, fizemos o curso sobre segurança durante três dias. Sobre esses negócios aí entendeu, da CIPA. A gente não pode deixar carro nenhum entrar dentro da construção, porque de repente pode cair objeto no carro. Você vai acabar se envolvendo, envolvendo, é rua pra você. Tem que passar por cima das coisas. A gente não quer que vire assim aquela bagunça, mas nós somos obrigados a juntar-se a eles, porque a gente é minoria. O pessoal aí roda, vem com o dono aí. Tudo bem é o dono vem, mas se é para dar exemplo. Já chegou (o encarregado geral) a falar que se pegasse sem equipamento, sem segurança ia mandar embora por justa causa. Mas já vieram aí e viram essas bagunças. Quando acontece acidente aí eles falam: eu acho que deveria usar o equipamento, freqüentemente, na obra. Então o problema é esse aí (Marcelino, carpinteiro, 33 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Embora a utilização dos equipamentos fosse exigida pela empresa, isso não era feito com rigor. Mesmo que a lei determinasse, conforme Ayres e Corrêa (2001), a proteção coletiva e individual como um dever do empregador e quando não cumprida implicava responsabilizar civil e criminalmente a empresa pelos danos causados ao empregado, adquirir esses equipamentos implicava em gastos e redução do trabalho, o que não seria vantagem para a empresa, revelando a “invisibilidade social” desse trabalhador braçal. Visível apenas quando acidentado.

A insistência pelo retorno do trabalhador às atividades, após a ocorrência do acidente, pode estar relacionada com as suas conseqüências, já que os acidentes são causas de grandes prejuízos econômicos e sociais. Conforme Lima (2005), os problemas econômicos decorrem dos altos custos das indenizações, diminuição da produtividade, perdas de equipamentos, de horas de trabalho e material, entre outros. Os dois trabalhadores vítimas de acidentes deixaram claro a grande preocupação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com a volta deles ao trabalho, mesmo estando impossibilitados. Preocupação que pareceu estar relacionada ao gasto com salário pago a eles, mesmo que tivessem direitos a essa renda em razão de ser, pela carteira assinada, contribuinte mensal da previdência social. Conforme Pedro:

Minha perícia venceu dia dois de Agosto agora né. Aí o doutor. Eu cheguei lá aí ele, médico do INPS lá, faz a perícia na gente. Aí ele falou comigo, você vai voltar pro trabalho de novo. Você vai trabalhar de novo. Oh doutor condições eu num tem. É muito escadaria pra subi, prédio de 12 andar, tá fazendo outra, já tá com 9 laje já. Aí eu num tem condição de subir excesso de degrau e descer. Aí ele falou comigo assim, vai pra lá. Lá você, se num tiver nada pra você fazer lá você pega um caminhão de cimento pra descarregar. Se chegou um caminhão de cimento você vai contar quantos sacos de cimento chegou lá. Aí ele falou assim, aí você vai. Se no caso te mandar você fazer alguma coisa se você num tiver condição de fazer, você num faz. Só sei que eu vou ter que ficar com você durante um ano, ele falou comigo assim. Eu falei assim o doutor eu num posso fazer isso não. Se eu tivesse condição de trabalhar eu já estava trabalhando a muito tempo, eu falei com ele. Eu já tava trabalhando a muito tempo, a 6 meses atrás ou mais. Aí ele falou: não você pode ir pra lá, você tem, eles são obrigados a te manter um ano lá, durante um ano lá. Eu falei assim eu num vou fazer com os patrões meus e nem com encarregado meu não ué. Arrastando fazendo qualquer coisa, mas num está tendo condição. O serviço que eu tenho lá é entijolamento, é massa, é subir

escadaria, descer escadaria. Eu num tem condição de fazer isso aí ainda. Aí ele bateu a carta. Pressionando é. Eu levei pro escritório do patrão né, aí eles marcaram uma consulta com a doutora da empresa. Pra mim retornar o trabalho. Aí eu falei com ela, oh doutora condição de trabalhar eu num tenho, ainda. Ela examinou eu e falou: Eu vou entrar com recurso para o senhor aí. Aí o senhor volta no doutor (médico do INSS) pega outro atestado com ele. Atestado (que fala que ele teria que ficar mais 2 meses afastado do trabalho). A doutora da empresa mandou ele preencher uma ficha. O doutor preencheu. Aí eu entreguei pra doutora. Ela mandou eu voltar pro escritório do patrão de novo. Entreguei no escritório, depois entregou as folhas no INSS, agora disse que é só daqui uns 40 dias, 45 dias (Pedro, pedreiro, 43 anos e ensino fundamental incompleto).

O depoimento de Pedro apontou um desrespeito com o profissional que se acidentou no espaço do local de trabalho. Mesmo impossibilitado, após duas operações na perna foi obrigado a provar não ter condição de voltar ao trabalho. O que demandou intenso desgaste físico e psicológico.

Conforme dados do Ministério da Previdência Social (2005), para concessão do auxílio-acidente não é exigido tempo mínimo de contribuição, mas o trabalhador deve ter qualidade de segurado e comprovar a impossibilidade de continuar desempenhando suas atividades, por meio de exame da perícia médica da Previdência Social. No acaso analisado, o médico do INSS negou a gravidade do acidente, mesmo estando o trabalhador com um atestado do médico do trabalho da empresa.

Conforme relataram todos os informantes, equipamentos como o “capacete”, a “luva de raspa”, a “bota bico de aço”, o “cinto de segurança”, os “óculos” e o “protetor facial” eram entregues pelo encarregado apenas de seis em seis meses; no caso da bota, quando estragava. A participação deles na escolha dos equipamentos mais adequados às suas necessidades não foi uma prática mencionada. Os responsáveis pelas compras consideravam apenas, conforme os informantes, os aspectos relativos ao tamanho da bota.

O EPI como objeto que tinha seu uso imposto no exercício das atividades laborais despertou sentimentos os mais diversos. É importante ressaltar que apenas



os trabalhadores Luciano, Antônio, Edvaldo e Pedro afirmaram confiar nos equipamentos de proteção porque, segundo eles, precisavam confiar, pois sem eles os riscos eram maiores: *A gente tem que confiar né, porque sem ele o risco é bem maior. Sempre que a gente for usar a gente dá uma averiguada* (Luciano, ajudante de carpinteiro, 23 anos e 8<sup>a</sup> série do ensino fundamenta).

Quanto aos outros trabalhadores que não confiavam totalmente nos EPIs, prevaleceram depoimentos que mencionaram o cinto de segurança como incapaz de agüentar o peso de seus corpos, porque a corda presa ao cinto e a costura deste não eram “fortes”. O capacete, dependendo do impacto poderia quebrar; a luva, grande e escorregadia, poderia provocar a queda de alguma peça de cima da laje e, conseqüentemente, atingir pessoas que estivessem no andar térreo; os óculos poderiam quebrar, dependendo do que batesse na lente, a bota poderia ter sua sola perfurada, já que só o “bico” era de aço; e a máscara permitia a entrada de poeira, atingindo o aparelho respiratório.

O cinto como EPI mais mencionado tinha relação com o fato de a altura ter sido o maior risco enfrentado pelos trabalhadores investigados. Em razão da experiência adquirida pelo tempo de trabalho no setor, a prevenção dos riscos de acidentes percebidos estava muito mais ligada à própria ação do corpo, “atenção” e “esperteza” no momento de realizar a atividade do que no uso do EPI. Os significados atribuídos aos EPIs revelaram, o que Gouveia (2003, p.147) identificou em um grupo de mulheres populares em que estudou: *um corpo simbólico atualizado na dinâmica de construção de ‘significados’ à experiência ordinária e (extra) ordinária daqueles que compartilham dado contexto comum.*

De acordo com um dos trabalhadores,

Ah eu confio. Tem que confiar no cinto né. Quer que eu falo sinceramente? Não eu acho que eu não. Eu acho que ele não... Se eu cair em algum lugar, se tomar algum impacto, uma pancada muito forte eu acho que esse negócio não segura meu peso. Eu acho que não segura meu peso cm o impacto que eu possa dar aonde eu cair. Eu acho que não segura. Eu não confio. Eles sempre falam que agüenta 1000 kg. Não sei o que eu falo, mas eu nunca.

Eu não confio (João, ajudante de armador, 35 anos e 1º ano científico).

Os trabalhadores braçais do setor de edificações da construção civil estavam acostumados com uma atividade que requer “esforço físico” e a “agilidade do corpo”. Essa experiência prática do corpo no dia-a-dia de um trabalho realizado em alturas permite a esses sujeitos sociais criarem determinadas resistências e afirmarem o próprio corpo responsável por evitar os acidentes. Por exemplo, um corpo capaz de realizar um trabalho “pesado” implicaria muito peso para que o cinto de segurança pudesse segurá-lo, caso caísse do edifício. Uma representação do EPI que reflete a cultura de uma classe.

Nas palavras de Bourdieu (2003),

A construção simbólica se completa e se realiza, em uma transformação profunda e duradoura dos corpos, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo (*ibid*, p.33).

Além dessa grande força da experiência na definição de significados e práticas, a própria realidade dos EPIs contribuía para dificultar o seu uso. Ayres e Corrêa (2001) citaram como material de fabricação das luvas de couro, usadas no trabalho de armação, vaqueta e raspa de couro para produzir luvas mais grossas na realização de trabalhos pesados e, para serviços mais leves, que necessitam de maior contato com o material a ser trabalhado, materiais como napa, pelica, camurça, couro de porco e pecari. As informações desses autores serviram para explicar depoimentos que enfatizaram a luva, fabricada por raspa de couro, utilizada no espaço de trabalho analisado, ineficaz no momento de *segurar os ferros que precisavam ser dobrados*. Situação essa que poderia ser amenizada pela *compra de outro tipo de luva*, aquelas de material mais leve. Conforme o informante Rodrigo,

A luva incomoda muito pra trabalhar. É só na hora mesmo de pegar a ferragem e cortar que dá pra usar a luva. Pra amarrar tem que ser sem luva. A luva tinha que ser igual uma luva que eu consegui uma vez. Ela é tipo luva. Dessas que eles fazem crochê, mas, só que é um material mais forte, que dá pra movimentar a mão. Agora essa aí já não dá. Com essa luva num tem como (Rodrigo, ajudante de armador, 27 anos e ensino fundamental incompleto).

Quanto à bota, conforme os autores citados, existe aquela confeccionada com palmilha de aço capaz de oferecer proteção à planta dos pés contra penetrações de pregos ou agentes agressivos semelhantes. Oferecer botas com essas características poderia evitar alguns acidentes, uma vez que esse equipamento era sempre usado.

O fato de os trabalhadores afastados por acidente estarem usando os EPIs no momento da tragédia foi outro fator que contribuiu para que, na maioria das vezes, os equipamentos fossem dispensados. Esses acidentes poderiam ter sido evitados com a proteção coletiva, como o uso de madeira ou aço nas laterais do guincho para evitar que o pé passasse e prendesse na corrente. Para evitar que o objeto caísse em cima da perna do trabalhador, uma plataforma poderia ter sido colocada na parte externa, na altura da primeira laje.

Nessa perspectiva, Ayres e Corrêa (2001) consideraram como fundamentais na seleção do EPI os critérios de qualidade e utilização. O primeiro no sentido de oferecer proteção adequada contra o risco para o qual foi fabricado e durabilidade, levando em conta a agressividade das condições ambientais. A utilização é relativa ao conforto e comodidade, ou seja, que o equipamento seja ajustável à anatomia do corpo do usuário.

Além de uma falta de interesses por parte da empresa em investir na proteção individual contra os riscos de acidentes, os significados apreendidos a partir da experiência prática dos trabalhadores, possibilitada pelos demarcadores de classe e de gênero, foram cruciais na definição do comportamento de não-utilização do EPI.

Em alguns depoimentos, o equipamento significou interferência no corpo do trabalhador, levando-o a sentir-se inseguro, inadaptado e limitado, e, por isso, objeto capaz de aumentar a insegurança em situações de riscos. Esse sentimento explicitado pelo trabalhador pode ter sido responsável pela rejeição do uso do EPI.

Na condição de trabalhador de baixa qualificação para se manter no serviço e garantir seu salário mensal, ele precisava “fazer o trabalho render”. O EPI, dessa forma, ia de encontro a essa necessidade, uma vez que limitava os movimentos necessários do corpo nessa atividade de trabalho “braçal” e, com isso, minimizava o

rendimento necessário do trabalhador. Sentimento que foi intensificado com o desemprego, em razão de este ter significado maior concorrência no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maior pressão para que o trabalhador negasse tudo que contribuísse para reduzir o ritmo do trabalho.

Nas palavras de Marcelino,

Muitas vezes acha no caso que o equipamento atrapalha o serviço né. Porque o serviço sempre é muito cobrado. Se teria que render 90% vai render 70 né (Marcelino, 33 anos, carpinteiro e 4<sup>a</sup> série do ensino fundamental).

Em muitos casos, o EPI, além de ter sido percebido como empecilho, porque inibia os “movimentos” em um trabalho que exigia o “avançar do corpo” em todas as direções para se conseguir render mais, em certa medida diminuía a capacidade de trabalhar.

Nessa perspectiva o equipamento poderia significar privação de uma renda mensal, uma vez que o trabalhador poderia ser despedido se não “fizesse o trabalho render”. Esse emprego permitia ao trabalhador construir sua imagem positiva conseguida pela “moral” retirada do trabalho. A “disposição” e a “coragem” como imagens positivas conseguidas ao se realizar o trabalho no setor de edificações da construção civil, muito valorizadas por eles, porque compensavam a desvantagem de ser um “trabalhador de obra”, eram atributos anulados com o uso do EPI, porque esse instrumento impedia esses sujeitos sociais de “mostrar trabalho”, dificultando a permanência dos trabalhadores na condição de empregado. Além disso, a perda do emprego poderia significar uma ameaça à perda da condição de ser provedor, uma função, segundo Sarti (2003, p.96), socialmente valorizada na construção da identidade de ser “homem”. Assim, ao usar o EPI o trabalhador além de ficar impossibilitado de mostrar sua “disposição” e “coragem” e, conseqüentemente, garantir uma imagem positiva na sociedade, poderia ser despedido em razão do menor rendimento no trabalho e, com isso, perder a condição de ser provedor e de cobrar respeito dos membros de sua família.

O equipamento de proteção foi compreendido ainda como insuficiente para proteger o corpo “forte” e “ágil” e, conseqüentemente, evitar acidentes. Por isso, ele

acabou sendo entendido, conforme João e Lucas, como responsável por aumentar a gravidade do acidente. Conforme relatou este último informante:

(...) não usa porque se você mexe com a luva na serra é mais fácil você machucar do que você está sem a luva. Você está com a luva ali tira sua habilidade toda da mão. Para mim eu acho que tira porque talvez você vai segurar alguma tábua ali perto aquele bico da luva pode provocar o. Machucar sua mão (Lucas, ajudante de carpinteiro, 25 anos com a 5ª série do ensino fundamental).

O informante Antônio, com 26 anos de trabalho na construção de edifícios, suscitou a relação entre experiência e não-uso dos EPIs. Acostumado com os riscos do trabalho, como realidade comum imposta no dia-a-dia, deixou de percebê-los.

Ah eu mesmo trabalho no vibrador. Não dá pra sentir nada não. Dá para sentir muncadim, mas eu já costumei. Na hora quando eu trabalhava lá, trabalhava perto de motor a óleo (Mateus, ajudante de carpinteiro, 28 anos e com a 4ª série do ensino fundamental).

Enfim, num trabalho em que a “disposição” era um atributo valorizado para se “marcar ponto” e continuar no emprego, o trabalhador contava muito mais com a “agilidade do corpo” e a “atenção” no trabalho no momento de realização das atividades do que com o EPI. O uso desse equipamento de proteção contra acidentes no trabalho anulava a capacidade do trabalhador de mostrar disposição e, conseqüentemente, construir uma imagem positiva em torno da identidade de ser *trabalhador de obra*. *Disposição* que, associada ao rendimento do trabalho, pode minimizar o tempo gasto, pela empresa, com treinamentos, já que o EPI pode significar atraso do trabalho.

### **3.3 O APRENDIZADO TÉCNICO NA PRÁTICA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES**

Quanto aos treinamentos para minimizar a ocorrência de acidentes no ambiente de trabalho do setor de edificações da construção civil, esses tinham sido oferecidos, no próprio refeitório da obra. Como responsáveis pelos treinamentos foram citados um técnico de segurança do município de Ponte Nova, MG, e um fiscal de segurança e sua esposa, médica do trabalho da construtora analisada, ambos residentes em Viçosa, MG.

Apenas o trabalhador Carlos mencionou não ter participado de nenhum desses cursos.

Os informantes que disseram terem participado do treinamento afirmaram que os cursos tiveram um tempo de duração entre uma hora, uma hora e meia ou duas horas. Apenas Antônio mencionou o tempo de quatro horas. Esses treinamentos, conforme os depoimentos de todos os informantes, abordaram assuntos sobre prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

Embora todos os informantes considerassem importantes os treinamentos para a prevenção dos acidentes, mais preocupados com a altura em que trabalhavam, achavam que nesses treinamentos deveria ser comprovado, através de testes, se o cinto realmente era capaz de suportar o peso do trabalhador, em caso de queda, uma vez que a grande maioria não confiava nesse equipamento.

Nas palavras de Ramires e Juvenal,

Ah confiar agente não confia muito não porque agente nunca fez o teste né. Só que pra gente confiar nele tem fazer um teste com qualquer um peso. Um negócio qualquer (Ramires, ajudante carpinteiro, 38 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Olha bem, eles amarraram um saco de cimento, pra fazer um teste né. Jogou ele. Arrebentou né. Era um cinto. Mas agora diz que íam reforçar ele agora né. Acho que muita gente não confia não. Às vezes costuma machucar agente o cinto, costuma machucar (Sr. Juvenal, ajudante de carpinteiro, 48 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Na explicação dos treinamentos oferecidos pela empresa, o trabalhador Marcelino, como ex-presidente da CIPA, deixou claro alguns aspectos fundamentais para se compreender a prevenção de acidentes na construtora em análise. Conforme esse informante, os treinamentos deixaram de ser oferecidos com o fim da CIPA na empresa, informação que também ficou explícita no depoimento do trabalhador Antônio.

Nas palavras deste trabalhador,

A última vez que eu fiz foi lá embaixo no prédio de baixo. Nós estávamos no prédio de baixo lá. Agora ele está parado né, mas agora ele deve começar outra vez porque aumentou o número de

gente. Agora é obrigado a continuar a mesma coisa né (Antônio, 42 anos, carpinteiro e 4ª série do ensino fundamental).

Preocupado com o aumento dos acidentes ocorridos no ano de 2004 e com aqueles que poderiam vir a acontecer com o fim da CIPA, Marcelino mencionou uma insatisfação com a despreocupação do engenheiro e do fiscal com essa realidade, já que ele, como ex-membro da CIPA, tinha consciência da importância em continuar com essa comissão, já que a empresa contava com mais de 50 funcionários. Além disso, ele apontou uma insatisfação com a médica do trabalho da empresa, em razão dessa profissional pouco ter se interessado por um problema seu de saúde.

Conforme depoimentos de Marcelino:

CIPA é a partir de 50. Tem o fiscal né. Se ele é fiscal eu num entendo porque ele não cobra da empresa, o pessoal respeitava. Se eu cobrava me chamava até de bobo, até de puxa saco. Eu tava com problema na coluna. Se ela é médica da firma ela tinha que olhar. Ela estava na obra, quando eu falei que tinha problema, logo ela saiu da firma. Eu na última consulta que eu fiz, ela falou: ah isso é rotina, isso acontece. Eu acho que ninguém nunca tomou remédio, nunca. Só pra falar que tem o médico da firma (Marcelino, 33 anos, carpinteiro e 4ª série do ensino fundamental incompleto).

Esses depoimentos evidenciaram o resultado do trabalho pelo alto rendimento dos trabalhadores como a preocupação principal da empresa. A prevenção dos acidentes nesse processo de trabalho tornava-se objeto de preocupação apenas quando a empresa enfrentava riscos de obter prejuízos. Tanto pela perda de algum valor monetário, em consequência de multa, quanto pelo afastamento de algum trabalhador por acidente.

As práticas observadas no cotidiano do trabalho, associadas aos discursos que emergiram entre as pessoas do grupo, permitiram compreender a história individual desses sujeitos sociais como responsável por definir os significados que atribuíam aos riscos de um setor de edificações e aos EPIs, apresentados pela lei como objeto que protege contra acidentes e doenças do trabalho. Esse conhecimento adquirido na experiência de ser identificado socialmente como “homem” e *trabalhador de obra* faz que o EPI possa ganhar conotações diferentes daquelas definidas por lei e,

conseqüentemente, anular o propósito no qual o EPI é produzido. Os significados construídos em torno da condição de ser trabalhador de um setor de edificação serão discutidos no próximo capítulo.



## **CAPÍTULO 4.**

### **SIGNIFICADOS MORAIS DO TRABALHO**

Um conjunto de representações em torno da prática do trabalho no setor de edificações da construção civil é uma importante referência para problematizar os significados atribuídos à segurança nesse espaço, que constantemente se encontra ameaçada por riscos de acidentes. Além da realidade objetiva/pragmática/instrumental dos trabalhadores no cotidiano do trabalho, torna-se fundamental considerar, para entender determinada prática laboral, a experiência individual construída a partir da ação do corpo. Um aspecto decisivo na construção da imagem de carpinteiro, armador e servente. Junto à reflexão sobre o quadro de representações construído em torno da profissão, procurou-se refletir sobre algumas das aspirações desses sujeitos sociais, que revelam expectativas de futuro e de mudança de vida.

Conforme muitos atestam, sentidos, significações, práticas, experiências diretamente relacionadas a uma “moralidade” particular são pertinentes ao pensar representantes dos setores populares.

#### **4.1 OS SENTIDOS DO TRABALHO**

Na condição de “trabalhadores de obra”, os sujeitos da pesquisa acabavam por vivenciar certa invisibilidade e discriminação que foi constantemente evocada,

explícita ou implicitamente, quando eles falavam de suas relações, no espaço de trabalho, com o engenheiro civil, o médico do trabalho, o fiscal da obra e o encarregado geral da obra e, fora desse ambiente, com as pessoas pertencentes a uma posição de classe diferente. Essa vivência do “trabalhador de obra” fundamentada em uma hierarquia de classe implica a construção de um sistema simbólico particular, acionado por esse sujeito social para se compreenderem os objetos do mundo ao seu redor.

Mesmo sendo eles os grandes responsáveis pelo produto do trabalho, do ponto de vista social, nenhum mérito lhes era atribuído. Nem mesmo lhes eram dada, conforme relataram três informantes, a permissão de pisar o tapete que ficava do lado de fora da porta de entrada dos apartamentos mobiliados para venda. Esses desabafos emergiram após um comentário feito sobre a visita da pesquisadora aos cômodos acabados, para elogiar o trabalho deles. Nesse momento, um deles cantou uma música de autoria de Lúcio Barbosa, selecionada como epígrafe desta dissertação. Em seguida, esse trabalhador menciona o pouco reconhecimento e a falta de visibilidade social dos trabalhadores responsáveis pela construção das edificações. A exclusão do “trabalhador de obra” fica explícita no desabafo de um dos trabalhadores que canta a letra da música para confirmar a desconsideração com o “trabalhador de obra”.

Todos anunciaram que um bom trabalhador precisava, para realizar o serviço de construção de edifícios, *ser esforçado e ter disposição para fazer qualquer trabalho*. Afinal, conforme João, era preciso *marcar ponto* com o encarregado da obra e não ser dispensado. Lucas, além de ter mencionado a *coragem* como característica equivalente à *disposição* para o trabalho, falou da *força física*, o que foi, também, mencionado pelo informante João.

Nas palavras do próprio Lucas,

Força e coragem no serviço pra pegar (Lucas, ajudante de carpinteiro, 25 anos com 8ª série do ensino fundamental).

Essa *disposição para o trabalho* como uma representação deve ser considerada como apreendida no processo de socialização pela ação do corpo em

função das experiências permitidas pela condição de classe. Essa *disposição*, de certa maneira, estava ligada à disciplina para o trabalho. Uma habilidade incentivada, propositalmente, durante a socialização para manter determinadas relações sociais.

Cynthia Sarti<sup>20</sup> (2003), ao estudar a moral dos pobres, fala dessa *disposição* como um instrumento simbólico capaz de compensar a desvantagem material:

Essa disposição para o trabalho, esse ser pau para toda obra, que caracteriza os pobres (ou os trabalhadores que se ocupam de atividades desqualificadas), é vivida como uma qualidade positiva, uma dádiva que compensa as desigualdades sociais (*ibid*, p.90).

Entre as pessoas responsáveis por ensiná-los a profissão estavam, majoritariamente (10 casos), os *companheiros de trabalho* e, em seguida, os *pais e padrinhos*. Nesse primeiro grupo, Ramires e Marcelino devotavam toda gratidão ao encarregado geral da obra.

Lévi Strauss (1974), ao falar da obra de Marcel Mauss, mencionou o conceito de “dádiva” introduzido por esse autor. Com o conceito de dádiva, defendeu a idéia de que toda a relação social é mobilizada nos círculos de doação, pela obrigatoriedade moral, noção de contrato universal, dádiva como a própria lógica organizativa do social. Os trabalhadores em troca do emprego oferecido pelo encarregado geral da obra e do aprendizado conseguido com essa prática se sentiam na obrigação de mostrar *disposição* como forma de compensar a oportunidade que lhes foi concedida.

Carlos, filho de Juvenal, é um dos muitos trabalhadores que aprenderam a trabalhar com os membros da família. Como único informante que mencionou ter trabalhado apenas na construção de edifícios, não perseguiu outra possibilidade de trabalho talvez por compreender seu ofício como um destino manifesto na experiência prática que a vida lhe proporcionou.

---

<sup>20</sup> No livro “A Família como Espelho”, que teve alguns de seus parágrafos utilizados na construção da dissertação, Cynthia Sarti discutiu a moral dos pobres. Essa obra aponta a família como uma referência simbólica fundamental que permite pensar, organizar e atribuir sentido ao mundo social, fora e dentro do âmbito familiar.

Meu pai, já tem a profissão de armador, porém, já vem da família desde o avô, meu pai, meu tio, hoje estou eu, meu primo. Fui mexer com armação foi numa mini firma né. A primeira firma que eu trabalhei foi de Zé Chequer, acho que ela tem 9 lajes. Essa é a minha vocação mesmo. É experiência nascente daqui (aponta com a mão para ele). Não tem hoje para mim, não tem outra opção a não ser dependente de uma experiência, se eu achasse que fosse agradável para mim (Carlos, ajudante de armador, 26 anos e 5ª do ensino fundamental).

Carlos, ao falar da profissão de armador como uma vocação procedente de uma experiência, por ser ele filho e neto de armadores, indiretamente, remete a um aprendizado de classe que reproduz dada posição social. Como uma profissão comumente exercida entre os seus familiares, acabou sendo percebida como uma habilidade “inata”, como se ele já nascesse com as aptidões necessárias para realizar o trabalho.

Bonnewitz (2003), estudioso da sociologia de Pierre Bourdieu, ao discutir o conceito de *habitus* desse autor, mencionou esse aprendizado, que se materializa através da linguagem e da prática, como definido *na história individual e coletiva* em função das possibilidades que são oferecidas ao indivíduo pela sua posição social. As experiências sociais que se manifestam como habilidades, embora socialmente definidas, acabam por serem percebidas como “inatas”. Mesmo que o quadro de representações e as práticas em torno dessa habilidade sejam mantidos com o propósito de dar continuidade a certas relações sociais, ele é compreendido em sua mais perfeita ordem, como “próprio” das pessoas de sua classe.

Nas palavras do próprio Bourdieu<sup>21</sup> *apud* Bonnewitz (2003),

(...) Posso ser objetivado, como todo mundo, e, como todo mundo, tenho o gosto e as preferências que correspondem à minha posição no espaço social. Sou socialmente classificado e conheço precisamente a posição que ocupo nas classificações sociais. Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus* como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente

---

<sup>21</sup> BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. J. D. **Réponses...** Pour une anthropologie réflexive. Paris: Le Seuil, 1992, p. 175-176.

orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (*ibid.*, p.10; 77).

A experiência dos trabalhadores com atividades braçais estava expressa nas mãos cheias de calos, exibidas como forma de provar e dar ênfase à capacidade de trabalhar muito. Observou-se que a relação de todos com a profissão fez que o “bom trabalho” tivesse sido definido por palavras e expressões como *é preciso chegar e fazer porque se trabalhar qualquer serviço é bom*. A maioria acreditava que o “bom trabalho” era aquele bem feito e, por isso, necessitava de experiência. Sr. João e Bruno relacionavam-no àquele que pode garantir recursos financeiros, ou seja, uma renda mensal. Apenas os trabalhadores Luciano e Mateus tinham no atual emprego o primeiro trabalho de construção de edifícios; associaram-no ao trabalho leve, indicando, talvez devido a essa condição de novato, uma assimetria geracional importante.

Esses depoimentos, associados a outras explicitações e gestos observados no decorrer das visitas a campo, revelaram uma proximidade dos significados que o grupo atribuía ao trabalho e ao trabalhador. Esses sujeitos da pesquisa acostumados a realizar trabalhos que contavam com a ação do corpo denunciaram em seus discursos sobre a imagem do “bom trabalhador” a idéia de não “enrolar” no trabalho. Ser “mal trabalhador” para esses informantes era condição capaz de levá-los à perda do emprego e, por isso, foi negada com toda veemência. Essas afirmações foram explicadas pela expectativa do encarregado geral da obra quanto ao bom trabalhador que ele contrata. Nas palavras de Justino,

Bom trabalhador é aquele que faz o que eu mando e chega no horário. Mantém o horário dele no trabalho. Chego e falo com ele, ele não responde (Justino, 56 anos, encarregado geral da obra e ensino fundamental completo).

O depoimento do encarregado geral denuncia a relação de hierarquia entre os trabalhadores no espaço de trabalho selecionado para a realização da pesquisa. Essa hierarquia, de certa maneira, explica os relatos dos trabalhadores que sempre se preocupavam em enfatizar a *disposição* como forma de garantir o emprego quando

isso era requisito valorizado pelo trabalhador encarregado de contratá-los e dispensá-los.

Os deveres relacionados ao fazer bem feito e com maior rapidez a atividade laboral, além de serem uma representação sobre trabalho adquirida com a experiência em serviços que contavam com o agir do corpo, devem ser entendida, possivelmente, como garantia de continuar no emprego. A compreensão do trabalho associado ao *servir com boa vontade como forma de garantir o emprego* foi retratada indiretamente em depoimentos que mencionaram a demissão daqueles que eram lentos no trabalho.

Mesmo que o valor do salário pago pela empresa, de acordo com o cargo ocupado, dificilmente permitisse o trabalhador alcançar uma condição ideal e objetiva de ser consumidor e provedor, era ele a garantia de um mínimo de reconhecimento social.

Conforme menciona Antônio,

Ah eu vim trabalhar através de um colega meu. Inclusive ele já foi embora, eu estou aqui ainda. Ele trabalhava de carpinteiro também. O patrão mandou ele ir embora né. Na época ele estava fracassado (Antônio, carpinteiro, 42 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Alguns discursos apontaram a preocupação dos trabalhadores com a perda do emprego, algo particularmente reforçado pela incidente demissão do armador Rodrigo. Conforme relato dos trabalhadores, foi um fato consumado em razão de estar o trabalho na etapa final, já que eles, enquanto armadores e carpinteiros, dariam lugar a outros profissionais no acabamento do edifício.

Conforme Costella (1999), no setor de edificações da construção civil as mudanças na composição dos grupos de trabalho de acordo com as fases da construção são muito comuns. Essa constante mudança sujeita os trabalhadores a um curto período de permanência em cada edificação. No caso dos armadores, carpinteiros e serventes, eles seriam substituídos pelos pedreiros no momento que as lajes estivessem prontas.

A finalização das etapas de armação e de carpintaria associada às incertezas dos armadores e carpinteiros com relação ao início, pela construtora, de outro edifício, contribuiu para aumentar a preocupação desses trabalhadores com o desemprego. Talvez o fato de estarem vivendo em meio a ameaças de ser demitido tenha reforçado ainda mais a idéia do bom trabalhador relacionada àquele que “faz render”, porque só dessa forma poderiam sobressair e garantir uma renda mensal.

Deixar de trabalhar na construtora significou, além da perda de uma renda, desvantagem pela perda de garantias de trabalho, proporcionadas pela carteira de trabalho assinada. Talvez os trabalhadores tivessem que voltar a trabalhar na profissão como autônomos, uma precariedade e insegurança que constantemente ameaça esse trabalhador. Essa preocupação foi manifestada por todos os trabalhadores, no momento que mencionaram a construtora como uma das que pagavam melhores salários no Município de Viçosa. A demissão permitiu intimidar e corrigir aqueles que *molengavam no trabalho*. A preocupação com o desemprego, vivenciada pelos trabalhadores, funcionava no sentido de legitimar a relação social entre patrões e empregados.

Patrícia Gouveia (2003), discutindo acerca do processo autorepresentação de grupos populares, afirmou que:

(...) talvez no referido universo representacional o trabalho aponte a possibilidade de inserção legitimada numa ordem social menos excludente. E, quem sabe, para além das necessidades materiais imediatas, revele-se uma busca infundável do trabalhador em amenizar e prevenir certos efeitos negativos de se portar o estigma de “ser-pobre” (*ibid*, p.159).

Um dos armadores denunciou o emprego como *necessário* e o *servir bem*, quando não se tem condições de *ser patrão*, o melhor caminho a ser percorrido por aquele que precisa manter uma condição de sobrevivência. Esta experiência definida por uma posição de classe reforça significados e representações que são expressos verbalmente e em certos comportamentos.

O pobre não integrado ao assalariamento foi considerado, na virada do século XX, conforme Sarti (2003), como “vadio”. No entanto, a identidade de “ser

trabalhador” como uma construção social, atribui um sentido positivo à existência dos “pobres”. É precisamente na imbricação dessas duas categorias no universo simbólico dos pobres que se pode entender o fundamento da ética do trabalho e a obediência àquele que, na condição de patrão, permite anular a condição de ser “vadio”.

Em razão de o número de mão-de-obra no mercado superar, em muito, a quantidade de postos de trabalhos oferecidos, sob pena de perder o emprego, o trabalhador acaba tendo que sujeitar às condições impostas. Precisa estar sempre “disponível”, para trabalhar num regime de excessiva carga horária, num ambiente de trabalho braçal realizado em alturas e que põe em risco a sua vida.

Mesmo que para realizar o trabalho precisassem se “esforçar fisicamente”, alguns aspectos contribuíram para uma relativa satisfação dos trabalhadores com as condições de trabalho. O fato de ter um “emprego fixo”, manifestado pela carteira de trabalho assinada, em uma sociedade em que o desemprego assume índices alarmantes, e, ainda, realizar o trabalho com um grupo de pessoas *animadas*, onde *todo mundo enche o saco um do outro* e o esforço físico podia ser, às vezes, compensado com paradas de descanso, fez que todos manifestassem estar satisfeitos com o emprego.

Conforme Moscovici (2003), as práticas e as representações desses trabalhadores não se manifestam como produtos individuais, mas construídos socialmente. Outros autores enfatizaram (Bonnewitz; Bourdieu, 2003) as experiências práticas sociais permitidas durante a socialização como responsável pelos significados cognitivos construídos para se interpretar o mundo social, a exemplo do trabalho no setor de edificações da construção civil, em como os riscos presentes nesse espaço e o equipamento de proteção individual, definido pela lei como objeto que previne acidentes.

Identificar-se, por exemplo, como o “trabalhador de obra” significa ter que assumir comportamentos, socialmente esperados, que foram transmitidos durante a socialização. Essa experiência dos trabalhadores permite que eles possam construir



os sistemas simbólicos que irão fundamentar a interpretação do mundo ao seu redor. Da mesma forma, definir suas aspirações futuras, como será discutido nos tópicos seguintes.

#### **4.2 AS PERSPECTIVAS FUTURAS NO MUNDO DO TRABALHO**

A maioria dos trabalhadores entrevistados (nove casos) não pensava em deixar de exercer a profissão. Nesse grupo, Carlos e Bruno mencionaram as ocupações (pedreiro, bombeiro e eletricista) que pudessem ser realizadas dentro do próprio setor de edificações da construção civil. Essas opções foram mencionadas em virtude do fato de que estas poderiam facilitar a construção de suas próprias moradias ou, no entanto, em função do aumento da renda, pelo número de serviços aumentados.

Os trabalhadores João e Edvaldo falaram de empregos estáveis, contínuos e com carteira assinada, mas sem explicitarem outra profissão. Juvenal, como trabalhador que há mais tempo exercia a profissão, mencionou a vontade de se aposentar. Depoimentos que apontaram os sonhos não muito distantes do espaço de trabalho em que estavam inseridos.

Uma experiência que a gente possa praticar para si próprio na construção de casa. Adianta muito também dentro da parte de pedreiro que envolve a parte de carpinteiro, marceneiro. Então, da parte de pedreiro há muita oportunidade de se fazer muito mais coisa. Bombeiro é outra opção também que eu acho super interessante. Mas vamos botar assim, se fosse pra eu fazer um curso, seria de eletricista. Como eu poderia explicar. No caso tem mais benefício, muito mais trabalho, muito lugar que você pede pra fazer esse tipo de trabalho, como edifícios, casas, mansões, lojas. Então há muita oportunidade de trabalho. Igual aqui, o rapaz trabalha aqui de eletricista, ele já sai daqui, já vai fazer outro serviço na casa de alguém, em uma loja, parte elétrica numa loja, num mercado. São muitas opções (Juvenal, armador, 48 anos e 5ª série do ensino fundamental).

Na maioria dos casos, uma inclusão fora do mundo da construção civil era impensável, pois a expectativa com relação ao trabalho geralmente estava ligada à conquista de uma posição melhor na própria empresa ou na própria profissão.

Conforme a afirmação de Ramires,

Está bom assim mesmo eu estou satisfeito com o que eu sou, mas se ele melhorasse mesmo é ser classificado minha carteira para um oficial mesmo. A vantagem é que o salário é mais um pouquinho. O salário de um oficial é mais um pouquinho. É que às vezes se algum dia a gente sair, se fosse mandado embora, pra fora daí, era mais fácil. Mas só que eu já não queria aqui como oficial como um carpinteiro, eu queria que ele me desse uma oportunidade de trabalho de pedreiro algum dia. Não cheguei a falar com o encarregado não. Não cheguei porque a gente está aí, não amola a gente para nada, mas se eu sair daqui, aí eu já vou entrar numa outra obra como pedreiro. Eu trabalho um pouco de pedreiro, mas trabalho por fora. Pedreiro é bom porque é melhor pra gente arrumar serviço. Carpintaria é só em obra grande. Nessas obrinhas pequenas aí, uma pessoa faz tudo (Ramires, ajudante carpinteiro, 38 anos e 4<sup>a</sup> série do ensino fundamental).

A expectativa em alcançar a posição de oficial estava relacionada ao aumento do salário e, conseqüentemente, ao reconhecimento moral perante a sociedade, uma vez que poderia significar uma chance de melhorar a imagem de ser “trabalhador de obra”. A expectativa em conseguir um melhor salário, por meio da posição de oficial, foi percebida em função do que falou Justino, encarregado geral da obra. Posição que seria alcançada pela maior quantidade produzida por cada trabalhador,

(...) tem uns que ganham menos que os outros. Tem oficial que desenvolve melhor que o outro, tem mais experiência. É igual no meu caso. Eu aqui em Viçosa, meu salário aqui é o melhor da praça. Quando o cara está precisando trabalhar, ele pega e rende aquele salário. Para ganhar mais do que está merecendo, tem que pegar aquilo para fazer. Geralmente é assim. Lógico que tem um pedreiro que trabalha mais do que o outro. Um carpinteiro produz mais do que o outro, então tem que ganhar um pouco mais entendeu. Se um pedreiro coloca ali na parede 100 tijolos e o outro coloca 150, então ele tem que ganhar mais um pouco. Ele produziu bem mais que o outro. Tem uns que são profissionais, desenvolvem mais do que os outros (Justino, encarregado geral da obra, 56 anos e ensino fundamental completo).

Esse depoimento de Justino apontou a preocupação do grupo com o desemprego. O medo de perder o emprego foi muito mencionado nas conversas, durante as visitas, sempre que se falava na rapidez de construção do prédio. Tendo que viver com a instabilidade do emprego, usam de toda a “disposição”, na esperança de que o patrão possa dar boas referências deles em outro possível

emprego. Essa representação dos trabalhadores foi reforçada pela explicitação do encarregado geral quando ele mencionou os aspectos considerados para se avaliarem aqueles que são contratados para o trabalho.

Nas palavras do encarregado,

Geralmente quando você está com uma obra para fazer, eu não pego quem eu não conheço que sabe trabalhar não. A mesma coisa um carpinteiro. Se eu precisar de um carpinteiro na firma eu vou à rua, procuro e contrato o carpinteiro. Vou ao escritório e lá eles pegam a documentação dele. Aí ele vem pra obra. Se ele não serviu, a gente o dispensa e contrata outro trabalhador. Mas geralmente é difícil acontecer isso porque eu só contrato quem eu conheço, quem trabalhou comigo (Juvenal, encarregado geral, 56 anos e ensino fundamental completo).

Os trabalhadores que não aspiravam a um emprego fora da construção de edifícios justificavam essa opção em virtude de não acreditarem em garantias melhores de salários e estabilidades. Para não “piorar a situação”, que significou perder o emprego, muitos preferiam não arriscar e continuar com trabalho que sabiam fazer. A experiência de trabalhar na construção de edifícios, adquirida desde muito cedo, permitiu que todos afirmassem fazer bem o seu trabalho.

Oh eu acho que hoje em dia pra gente pensar em sair de uma firma pra ir para outra, a pessoa tem que pensar muito bem, porque emprego está muito difícil. Então eu não penso em sair daqui não. A não ser que eles me mandassem ir embora. Eu não acho vantagem sair de uma firma para trabalhar em outra a não ser que seja um emprego muito bom, que te ofereça melhores condições de salário, seja um trabalho bom. Aí eu tenho coragem, mas ao contrário não. Pra ganhar o mesmo que eu ganho aqui eu não sairia não. Pintor e bombeiro. Porque é uma profissão mais fácil e eu gosto (Bruno, carpinteiro, 27 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Entre as profissões citadas pelos trabalhadores Sr. Rodrigo, Lucas, Luciano e Marcelino, que pensavam em deixar o trabalho de construção de edifícios, estavam moto boy, oficina mecânica, mercado e negócio próprio. Essas aspirações foram declaradas pelo medo de no futuro, com o avançar da idade, não conseguirem realizar o trabalho de construção de edifícios *que exige muita força*.

Eu toda vida tive vontade de trabalhar por conta própria. Eu nunca tive vontade de trabalhar de empregado. Minha vontade é mexer com comércio. Por conta própria mesmo. Eu estou lutando para isso. Estou trabalhando e segurando (fazendo economia). Estou

fazendo uma casinha com uma base boa. Estou deixando um espaço por baixo pra montar uma padaria. Então minha intenção sempre foi essa. Trabalhar por conta própria. Mexer com comércio porque daqui pra frente (com avançar da idade) não se consegue enfrentar obra não. Nossa senhora! (Marcelino, carpinteiro, 33 anos e 5ª série do ensino fundamental).

Nesse grupo de trabalhadores com poucos anos de estudo, a maioria estava satisfeita com suas vidas ou, no entanto, percebia a melhoria de vida pelo trabalho, uma realidade distante em função da idade avançada e do valor do salário recebido.

Sarti (2003), em um de seus estudos sobre a moral dos pobres, afirmou que:

Para os trabalhadores que se ocupam de profissões socialmente desqualificadas, a ascensão social através do trabalho, possibilitando a aquisição dos bens supremos da sociedade capitalista, riqueza, prestígio e poder, embora não esteja fora da cogitação, pelo menos como aspiração, não se constitui como o centro de suas referências simbólicas (*ibid*, p.94).

Entre aqueles informantes que acreditavam numa melhoria de vida, os trabalhadores Lucas e Mateus ligavam-na à aquisição de muito dinheiro; Bruno e Ramires, ao alcance da posição de oficial; e, por fim, Juvenal, à vida na roça. Mesmo sendo poucos os depoimentos que declararam acreditar numa melhoria de vida, esse número ficou menos expressivo quando o informante Mateus mencionou a melhoria permitida pela aquisição de dinheiro no jogo de sorte da Mega Sena.

Do jeito que as coisas estão hoje está difícil ter uma boa vida. Só do trabalho não tem jeito não. Se não acertar em um jogo não tem jeito de melhorar de vida não. Para nós que trabalhamos de servente é difícil de arrumar um emprego melhor. Não temos profissão nem nada. Ah só se acertar na mega sena (frase acompanhada de uma risada). Dá muito dinheiro ficar rico de uma vez só (Mateus, ajudante de carpinteiro, 28 anos com a 4ª série do ensino fundamental).

Os trabalhadores tinham com o emprego, mesmo tendo consciência de que *podiam perdê-lo se a empresa parasse* ou de que *o serviço poderia terminar a qualquer momento*, a esperança de não ser taxado de desempregado.

Conforme Mateus,

(...) que nem pra a gente que trabalha de servente é difícil arrumar um emprego melhor. Não temos profissão nem nada (Mateus, ajudante de carpinteiro, 28 anos e 4ª série do ensino fundamental).

O espaço analisado revelou a convivência de pessoas que falavam alto, baixo ou que permaneciam caladas; de alguns sujeitos que sorriam muito e sujeitos que, além de suas preocupações, escutavam o outro, consolavam, faziam brincadeiras, enfim, de sujeitos que estavam na esperança de que “Deus” daria sempre saúde para que o corpo pudesse ter *disposição* para realizar um “bom trabalho”.

Além do valor econômico retirado do trabalho, que se concretiza em um salário mensal, como forma de definir as aspirações futuras do trabalhador, deve se considerar, ainda, o benefício moral que dele decorre. Essa moral retirada do trabalho será discutida nos tópicos seguintes. Sarti (2003), ao mencionar o trabalhador como provedor em um de seus estudos sobre a moral dos pobres, afirmou que,

Para esses sujeitos sociais, mesmo que o seu trabalho seja socialmente ‘desqualificado’ ou ‘não-qualificado’ e que dificilmente sustente as aspirações que a sociedade capitalista oferece ele tem um sentido positivo já que conferem, ao trabalhador, uma idéia de autonomia moral (*ibid*, p. 93).

### 4.3 A MORAL DO TRABALHADOR

A condição de classe do “trabalhador de obra”, embora tenha, por um lado, restringido a aquisição de uma série de bens materiais e o acesso a inúmeros espaços sociais, por outro, foi a definidora de uma trajetória de vida fundamentadora da visão de mundo desses sujeitos sociais.

A busca e garantia de um salário destinado ao sustento da família foi um critério determinante do “fazer render” no trabalho. Contudo, seu peso absoluto foi relativizado pelo benefício moral retirado dessa atividade. O trabalho deixa de valer apenas pela “remuneração”, em função do seu valor moral, já que evita que as pessoas caiam em um “mundo de problemas” (SARTI; GOUVEIA, 2003). O trabalho evita, por exemplo, o envolvimento com drogas, como mencionou um dos trabalhadores.

O *serviço* no setor de edificações foi considerado importante, conforme os trabalhadores, em função de ser ele *um serviço com muitos detalhes, porque tudo*

*dependia deles e porque colocava o corpo em risco.* Definições que apontam um corpo *disposto e corajoso*. Essas explicitações confirmam os argumentos mencionados para definir o “*bom trabalhador*”. O trabalho também foi citado como importante em função de ser responsável por determinar ao corpo *alguma coisa para fazer e, com isso, manter a cabeça ocupada*.

Nas palavras do trabalhador João,

Serviço sempre é importante. Ah se está trabalhando, se você tem alguma coisa pra fazer é bom. Segunda a sexta eu sei que tenho que trabalhar aqui. Já estou com a cabeça ocupada não tenho que preocupar com mais nada, entendeu? Final de semana eu fico em casa tranqüilo. Ah eu acho importante o cara ter alguma coisa pra fazer. Os meninos lá perto de casa já estão com muitos problemas. Eu chego lá e falo: se arrumasse um serviço vocês não estavam fazendo isso aí ó (João, armador, 38 anos de idade e com o 1º ano científico).

Os depoimentos que reforçavam a *disposição* e a *coragem* do “homem” trabalhador permitiram pressupor o trabalho braçal realizado no setor de edificações da construção civil como capaz de conferir, àqueles que o realizavam uma imagem positiva, como discutiu Sarti (2003, p.89) em seu estudo sobre a moral dos pobres. O trabalho, considerado um compromisso, acabava por *manter a cabeça e o corpo ocupado*, evitando que a pessoa se envolvesse em *problemas*. Além disso, *ser reconhecido como trabalhador de obra* implicava uma possibilidade de mostrar a capacidade de trabalhar *pesado*.

Tem muita gente, muitas madames que às vezes você está passando talvez até corre da gente, mas não sabendo que se não existisse a gente elas não estariam morando hoje, numa casa luxuosa, num prédio, num apartamento. Quando a gente está um pouco sujo, isola a gente. Eu me acho muito mais, muito mais superior do que uma pessoa que está pra rua afora de terno e gravata. Isso aqui é um serviço que agente tem que dar valor e não olhar o que os outros falam. É a profissão da gente. Tem que se orgulhar disso. Bom, eu me orgulho do que eu faço, entendeu, e muito. Eu acho que isso aí é uma obra muito... (Marcelino, carpinteiro, 33 anos de idade e com a 5ª série do ensino fundamental).

De acordo com Sarti (2003, p.89), por meio do trabalho as pessoas demonstram ser honestas, capazes de fazer e dispostas para trabalhar. Com o trabalho, tornam-se “iguais” ou “melhores” do que os ricos”. “Vencer” aqui não

significa necessariamente ascender socialmente, mas se afirmar pelo valor positivo do trabalho. Ao lado da negatividade contida na noção de “ser-peão de obra”, a idéia de “ser trabalhador” permite construir uma dimensão positiva, inscrita no significado moral atribuído ao trabalho. O valor moral retirado do trabalho compensa as desigualdades materiais socialmente dadas. Um valor simbólico que, de certa maneira, define a maneira de compreender os objetos do mundo social.

Vogel e Mello *apud* Gouveia (2003) afirmaram que:

Em alguns contextos, como o de troca e interação com outros socialmente diferenciados, a exaltação confessada, por exemplo, pelos atributos “força”, “disposição” e “coragem” pode ser uma estratégia eficiente de comoção social, uma tentativa de recolocação da imagem positiva, tanto de sua pessoa como de seu grupo, perante um outro e uma sociedade mais ampla (*ibid*, p. 173).

Os depoimentos que denunciaram uma insatisfação com o “pouco caso” atribuído à condição de ser *trabalhador de obra*. Algo que poderia explicar a freqüente explicitação da *disposição* como forma de superar uma desvantagem primeira, dada pela condição de classe. Essa insatisfação parece reforçada na foto exposta, pelos trabalhadores, no refeitório da obra, como mostrado na Figura 13.



Figura 12 – Cartaz afixado na parede do refeitório

A foto suscita representações que apontam uma contradição entre ser identificado como “peão-de-obra” e ser identificado como cidadão. Essas representações evocavam a negatividade contida em ser peão-de-obra. Ser identificado como peão anulava a condição do trabalhador de ser reconhecido como cidadão, o que poderia justificar a restrição de uma série de seus direitos. A foto exposta expressa a lamentação do trabalhador pela invisibilidade e discriminação em torno de sua condição social, já que socialmente ele é reconhecido como peão-de-obra.

Os trabalhadores que antes do atual emprego faziam “bicos” para ganhar algum dinheiro ou estavam desempregados, com o atual “emprego fixo” depositavam no “encarregado” da obra maior responsável por contratar funcionários, todo voto de gratidão.

Nas palavras de Ramires,

(...) não tenho nada a reclamar do encarregado, graças a Deus”. E “precisa agradecer o encarregado que deu oportunidade e é, por isso, gente boa demais da conta (Ramires, ajudante de carpinteiro, 38 anos e 4<sup>a</sup> série do ensino fundamental).

O setor de edificações analisado estava, conforme os informantes, entre as poucas possibilidades de exercer uma profissão, tornando-se um espaço importante de conquista de valores socialmente aprovados. A imagem do trabalho relacionada ao abandono de uma vida miserável representou solução positiva.

Em um setor no qual a “disposição” era percebida como extensão do corpo dos “trabalhadores”, para realizar funções que exigem “boa vontade e fazer o trabalho render”, o corpo era percebido como condição de autonomia moral do trabalhador, o que permitiu uma imagem positiva de si (SARTI; GOUVEIA, 2003). A honra entre os pobres estaria então, conforme Sarti (2003, p. 88), vinculada à virtude moral, como afirmação de si, em face do olhar dos outros, sendo o trabalho um dos instrumentos fundamentais dessa afirmação pessoal e social, particularmente perseguida entre aqueles que carregam grande experiência de marginalização.



No grupo analisado, o “trabalhador braçal” que precisava “servir bem” para “ganhar uma renda”, se diferenciava do “outro” com maior poder aquisitivo, pela sua capacidade de “fazer”. Dessa forma, o significado de uma vida melhor estava relacionado com a capacidade de trabalhar, o que fez que Deus fosse constantemente mencionado.

De acordo com os informantes, Pedro e Ramires,

A gente pede a Deus que dê a gente vida e saúde pra gente poder sarar, pra poder voltar a trabalhar de novo. Como diz o outro, vontade minha é estar no meio dos colegas, estar trabalhando (Pedro, 43 anos, pedreiro e 3ª série do ensino fundamental).

Uma vida melhor é possível, não deixando faltar o serviço, o trabalho pra gente. A única coisa que eu espero é não faltar o emprego e, para isso, a gente precisa estar com bem de saúde, se Deus quiser (Ramires, ajudante de carpinteiro, 38 anos e com a 4ª série do ensino fundamental).

Se Deus havia dado a *força*, a *coragem* e a *disposição* para trabalhar e o *encarregado geral da obra*, o emprego apreende-se uma preocupação deles em trabalhar para “fazer valer” essa “oportunidade”. Por isso, para compensar a “boa vontade do empregador” era preciso, em contrapartida, mostrar *disposição* para trabalhar. Isso significava ser honesto e não enrolar aquele que paga pelo trabalho. Afirmações que ficaram muito explícitas no momento que eles falam do “bom trabalhador”.

Ser uma pessoa honesta, gente boa, assim, uma pessoa que não enrola, por exemplo, mas uma pessoa paciente pra trabalhar. Às vezes, prestativo. Pessoa assim que eu acho que é um bom trabalhador. Tem que ser prestativo para o serviço (Ramires, ajudante de carpinteiro, 38 anos e 2ª série do ensino fundamental).

A *disposição* para o trabalho foi o fundamento do “empregado” *trabalhador de obra*, uma vez que significou condição para que eles pudessem receber, em retribuição, o salário e o respeito que lhes eram devidos. Daí uma preocupação dos sujeitos da pesquisa com o desemprego, que representava não apenas privação material, mas, sobretudo, moral.

Nas palavras de Sarti (2003),

O desemprego tem o sentido de uma “humilhação”, ao privar o trabalhador de sua possibilidade de receber um salário. E mais ainda, de dar também o que ele tem de maior valor, que é sua força de trabalhar. Iniciando a cadeia de obrigações entre os desiguais, os pobres mencionam sistematicamente, que a principal obrigação dos superiores a eles, seria oferecer trabalho ao pobre, tornando a categoria “trabalhador” indissociável em sua auto-imagem (*ibid*, p.107).

Mesmo que uma definição do EPI seja transmitida aos trabalhadores pelos fiscais, pelo médico do trabalho, pelo engenheiro civil e pelo *encarregado geral da obra*, a compreensão desse equipamento pelos trabalhadores será fundamentada na experiência individual e coletiva permitida pela história de vida de cada um durante o processo de socialização. Para compreender a prática em torno desse EPI, torna-se fundamental considerar os aspectos simbólicos definidos pelas experiências permitidas, a cada trabalhador, em função de suas posições sociais.

Percebe-se, portanto, que todos os aspectos que caracterizaram o quadro de representações dos sujeitos sociais da pesquisa devem ser entendidos como culturalmente construídos. A história particular de cada trabalhador fundamentada em uma posição de classe funciona como definidora da trajetória de vida e das experiências práticas possíveis. Essas experiências, como a de ser trabalhador braçal do setor de edificações da construção civil, vivenciadas pela ação do corpo, conferem uma forma particular de compreender os objetos que estão presentes no mundo social. A partir daí, busca-se compreender a experiência de ser “homem” que contribui por definir a visão de mundo desses trabalhadores, um argumento que será discutido no próximo e último capítulo da dissertação.

## **CAPÍTULO 5.**

### **UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CORPOS**

Neste capítulo, buscou-se, numa perspectiva de gênero, como ancoragens para refletir sobre as particularidades do espaço de trabalho braçal na construção civil, um ambiente reconhecido como sendo predominantemente masculino. Discutiu-se o porquê dessa presença hegemônica de “homens” para realizar o trabalho no setor de edificações, visando compreender, além do discurso que justifica a contratação apenas da mão-de-obra “masculina” para realizar o trabalho braçal e aquele que aponta como seria a presença da mulher nesse espaço, uma argumentação que discorra sobre a identidade de “ser homem” responsável pelo trabalho de armação e carpintaria nesse espaço.

#### **5.1 AS MARCAS DE GÊNERO E A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS**

(...) As distinções biológicas, a diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para ‘provar’ distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos próprios de cada gênero (LOURO, 2001, p.45).

Ao pesquisar o espaço de um setor de edificações da construção civil do Município de Viçosa, MG, tido socialmente como profissão realizada por

“homens”, perceberam-se dois grupos de representações sociais. De um lado, tudo aquilo que se relaciona ao masculino – *força, disposição e coragem* – e de outro, todos os atributos opostos, atribuídos ao feminino de forma, situacionalmente, discriminatória.

Características como *disposição, força de vontade, coragem, força física e inteligência* foram citadas pelos trabalhadores para descrever as qualidades necessárias para que a mão-de-obra pudesse ser contratada e permanecer empregada. Tais características foram, segundo os próprios trabalhadores, fundamentais para que o corpo pudesse avançar sobre o *serviço pesado e realizado em alturas para fazer bem feito* o que o *encarregado mandasse*.

Quando eu chego na beirada lá (da laje) o que eu sinto é emoção, emoção de estar trabalhando e vendo que os outros estão me vendo lá de cima né (Lucas, ajudante de carpinteiro, 25 anos e 8ª série do ensino fundamental).

Patrícia Gouveia em um de seus estudos sobre certas experiências de organização da vida cotidiana de um grupo de mulheres pertencentes à classe popular relatou a *narrativa que tende realçar os percalços e a trajetória de uma vida meio “heróica”* como forma de compensar uma fragilidade e impotência social definida pela condição de classe (2003, p.150). Essa desvantagem estaria virtualmente presente, no caso dos *trabalhadores de obra*, na condição de eles serem “peão”; peão-de-obra, um termo pejorativamente impregnado de discriminação e desvalorização da imagem desse trabalhador. Ser observado pelas pessoas em um lugar alto e realizando um trabalho perigoso poderia, como um comportamento positivo, reforçar tanto a identidade de ser trabalhador quanto a de ser “homem”. A centralidade desses atributos no processo de construção de determinadas masculinidades foi muito bem apontado por Pierre Bourdieu em um de seus livros na qual retrata a dominação masculina.

Segundo este autor (2003),

As manifestações (legítimas ou ilegítimas) da virilidade se situam na lógica da proeza, da exploração, do que traz honra. Cabe aos homens realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e

espetaculares, como matar o boi, a lavoura e a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida (*ibid*, p. 29-41).

Nessa mesma perspectiva moralizante, o exército foi mencionado pelos trabalhadores quando se perguntou sobre as profissões já realizadas. Essa profissão conta, como na construção civil, com *força de vontade e coragem*. O informante João mencionou o exército como um sonho que surgiu através de observações de “desfiles do dia 7 de setembro”:

Eu gostaria de ser militar, mas não deu. Quando eu fui para o exército meu sonho era ficar lá, mas aí não deu. Fui com 18 fiquei 3 anos. Fui em 88 e voltei em 90. Tive uns problemas lá com um oficial lá. Tive que sair. Não, fui obrigado. Eu queria ser pára-quedista no Rio. Aí mãe falou: oh, para o Rio você não vai não, porque o Rio é muito perigoso. Você vai pra Juiz de Fora. Aí eu fiquei em Juiz de Fora mesmo. Depois eu tive um problema com um oficial. Eu já tinha feito o concurso de cabo, mas não tinha passado, quer dizer, tinha passado, mas não tinha vaga. Tinha que esperar uma vaga. Como não tinha vaga a coisa foi ficando feia lá porque eu mais o cara não combinava mais. Aí eu fui obrigado a dar baixa. Ah, eu só gostava de ver desfile sete setembro sabe? Na televisão em Brasília assim. Eu sempre gostei. Depois eu saí de lá. Depois tentei, mas já fui fazer a prova da ESA. Depois nem tentei mais né (João, ajudante de Armador, 35 anos e 1º ano científico).

Conforme Louro (2001), a ideologia militante, presente em muitas das histórias do Brasil, revela a presença de arquétipos masculinos, uma figura “forte”, “enérgica” e “corajosa”. Todos os adjetivos agregados ao masculino estão carregados de representações ligadas à força e à virilidade. A autora mencionou ainda:

A história dos bandeirantes que legitimou a constituição de um Estado autoritário, disciplinado, com uma população que deveria ser “obediente à firme unidade de comando” (*ibid*, p. 72).

Além de as ocupações de armador, de carpinteiro e de servente do setor de edificação analisado ter permitido o trabalhador enfatizar um corpo capaz de suportar um trabalho “pesado” e “arriscado” como forma de inferir uma imagem positiva na condição de ser “homem” permitiu aos trabalhadores, em sua maioria, casados, reforçar sua masculinidade pela identificação como provedor.

Segundo alguns autores (SARTI; GOUVEIA, 2003), a identidade masculina, na família e fora dela, associa-se diretamente ao valor do trabalho. Assim, este é percebido, conforme Sarti (2003, p. 53-58), muito mais do que *um instrumento de sobrevivência material*, mas uma atividade que permite ao homem ser reconhecido como autoridade moral, conferindo respeitabilidade familiar. Como provedor, *dá seu suor e reclama a contrapartida do respeito (ibid, p. 92)*. Um reconhecimento que ele, enquanto *trabalhador e pobre, não encontra no mundo da rua*. O trabalho funciona assim como *demarcador da hierarquia familiar reafirmando as fronteiras entre o masculino e o feminino*. Como provedor, o “homem” acaba por definir:

A autoridade feminina vinculada à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da “mulher”, “mulher”, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será algo que “não se completou” (ZALUAR *apud* SARTI, 2003, p. 64).

Essa identidade de provedor pareceu ter induzido todos os informantes a reivindicarem o respeito de seus familiares e afirmarem *que os mesmos estavam satisfeitos com o seu trabalho*.

Conforme o depoimento de Bruno,

Gosta (a família). Pelo menos num reclama. Porque dá pro sustento deles (Bruno, carpinteiro, 27 anos e ensino fundamental incompleto).

Nesse grupo de trabalhadores “homens”, poucos acreditaram na possibilidade de uma mulher trabalhar na construção de edifícios. Aqueles que consideraram ser a mulher incapaz de realizar o trabalho numa edificação justificaram suas afirmações, tanto explícita quanto implicitamente, enfatizando a categoria “força”, indiretamente no sentido de caracterizar o trabalho de construção de edifícios “pesado”. Dois deles mencionaram, além da ausência de força, o *medo* e o trabalho *sujo*:

Tem alguma que tem coragem. Porque que eu acho muito pesado. Você acha que mulher agüentaria isso rará (mostra as mãos com calo). De maneira nenhuma, de maneira nenhuma porque é muito pesado. Não é que eu seja **machista**, eu acho que não agüenta porque é muito pesado. Elas não iam suportar sujar a mão, dar calo na mão. Ela num ia suportar nunca, ela tem medo de altura, não agüenta trabalhar suja, vai achar difícil de manter e pegar umas

coisas dessa (João, ajudante de armador, 35 anos e 1º ano científico).

Para ser sincero eu acho que não. O serviço é muito pesado. Hoje em dia os patrões exigem muita qualidade do serviço né. A pessoa tem que desenvolver no serviço entendeu. Então, nessa parte aí eu acho que em construção civil mulher trabalharia, mas, pra caso o patrão num tivesse pressa daquele serviço né. Mas eu acho que, no meu haver né, não. Num faz, num tem força pra aquilo né, entendeu. Acho que num. Em matéria de. Na obra é muito peso sabe. Então num adianta. Mulher pega peso aí. Mulher pegar um saco de cimento, num pega nunca. Tem que ser realista (risada), num pega nunca entendeu. Pra eu pegar um saco de cimento pra colocar nas costa é difícil, então num tem como. Vai colocar uma mulher pra fazer uma masseira de concreto rapidinho. Fazer, 10, 15, 20 masseira rapidinho aí. Ela num faz nunca. Isso aí é minha opinião (Marcelino, carpinteiro, 33 anos e 5ª série do ensino fundamental).

Apesar de as construções sociais em torno do binômio “homem/mulher” variarem entre os diversos espaços sociais, em função da história de cada sociedade e da posição social ocupada por cada um desses indivíduos, torna-se necessário reconhecer, conforme Eunice Durham (1983, p. 16), uma tendência universal de divisão sexual do trabalho que atribui ao “homem” a responsabilidade pelo espaço público, associado à política e à guerra; e à “mulher” pelo espaço doméstico, associado à reprodução e ao cuidado com as crianças. Para Durham (1983, p. 17), deve-se considerar essa oposição fundamentada na dominação masculina, o que não significa dizer que em todas as sociedades *as ‘mulheres’ são igualmente oprimidas ou dominadas pelos ‘homens’* ou, no entanto, que em todas as sociedades a função das mulheres fica restrita ao espaço doméstico.

Mesmo que alguns informantes procurassem deixar claro não serem machistas, contradiziam essa afirmação quando reconheciam os homens mais capazes de trabalhar no setor de edificações do que as mulheres.

Os trabalhadores dimensionaram o espaço da “casa” como de responsabilidade da “mulher” pela ausência de alguns dos atributos valorizados pelo “homem”. Um dos informantes afirmou que, caso a mulher tivesse que trabalhar no espaço

público, precisava desenvolver essa habilidade através do estudo. Antônio deixou claro que a mulher trabalharia em uma edificação somente se fosse como engenheira civil:

Ah é muito difícil de explicar porque rará **a parte de homem** assim é muito complicada né .Ah boba no caso teria que trabalhar de engenheira alguma coisa assim né. Ah eu acho que rará eu acho que não. Que é um serviço muito difícil, pesado, é um serviço enjoativo aí rapidinho agente enjoa daquilo. De jeito nenhum num consegue num consegue não. Ah num consegue porque vai achar difícil né de manter, pegar umas coisa dessa. Aquilo ali é muito pesado. É pesado o serviço aqui. Agente leva porque como diz o outro num tem como sair de um lugar pra trabalhar em outro. Fica pra gente que está acostumado, **é normal**. Ah a mulher é difícil da gente explicar né rará. Uma mulher mexe mais em casa né. Ficar cuidando da casa, essas coisas (Antônio, carpinteiro, 42 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Embora a mulher não tivesse atributos como *força, coragem e disposição*, necessários para se trabalhar como eles no setor de edificações, como engenheira civil ela poderia. Quanto à capacidade da mulher em exercer essa profissão, os trabalhadores apontaram a facilidade para ela trabalhar como engenharia civil, em contraposição ao trabalho deles, que exige os atributos masculinos valorizados.

Os argumentos que afirmaram ser a “mulher” capaz de trabalhar como engenheira civil no espaço de uma edificação, considerado reduto de “homens”, corresponde ao que Louro (2001, p. 32-33) discutiu sobre a oposição entre o pólo dominante, masculino, e o outro dominado, feminino, como *construída e não inerente e fixa*. A engenheira civil, filha de patrões de uma grande empresa do comércio do Município de Viçosa, como “mulher” que pôde freqüentar uma universidade até se formar, em função de sua condição de classe, foi dada a possibilidade de trabalhar no referido setor, em contraposição a uma mulher que precisasse do emprego como trabalhadora braçal.

Nas palavras de Louro (2001),

O processo desconstrutivo permite perturbar a idéia de relação de via única entre o pólo dominante, masculino, e o outro dominado,



feminino e observar que o poder se exerce em várias direções. O exercício do poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição. Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de homem dominante versus mulher dominada (*ibid*, p. 33).

As representações que enfatizam a incapacidade da “mulher” de exercer um trabalho braçal no setor de edificações da construção civil foram reforçadas pelos aspectos mencionados pelo encarregado geral da obra quando lhe foi perguntado sobre a contratação de uma pessoa desse sexo. Nas palavras dele,

Mulher não trabalha. Pra mulher é pesado né. Num tem como. Você gostaria de trabalhar aqui de servente? Virá concreto, carregar tijolo. Num consegue porque é pesado pra ela. Tem o trabalho pra mulher. É um serviço pesado, num é pra mulher. É serviço pesado. Pesado, perigoso e no meio de muito homem não pode né. Uma, duas mulheres no meio de 50, 70 homens aí né, não tem jeito. Num dá, num tem condições não. Pessoal nem trabalha. Fica ali bate papo ali né. Ah num tem jeito, num dá. Só engenheira que pode. Engenheira que sai e chega num dá apreço, num dá muito papo. Cumprimenta é claro, mas conversa comigo. Então conversa com o patrão e comigo só. Tem vez que chega na obra aqui conversa comigo. É claro que conversa com o empregado também, mas... Sempre que eu trabalhei com obra, nunca mulher me pediu. Pede pra trabalhar depois como faxineira, depois que a obra está pronta. Aí tem que ser com o síndico já não é comigo. Aí o síndico que vai arrumar né, faxineira. Obra não é serviço de mulher, não é pra mulher. Como que uma mulher vai trabalhar aqui. Não tem condições né, num dá (Juvenal, encarregado geral, 56 anos e ensino fundamental completo).

No grupo de trabalhadores que acreditaram ser a mulher capaz de trabalhar em uma edificação, um deles reconheceu que *tem mulher que é mais forte* do que os homens. De forma ambígua, no mesmo momento, a explicitação foi corrigida: *mas que nem nós assim é difícil*. Mesmo que ele tivesse mencionado já ter visto no Município de Viçosa “mulheres” *emboçando parede, rebocando igual um tipo homem mesmo, jogando massa na parede e entijolando*, ainda assim acreditava que *tipo o serviço que eles faziam, ela não tinha condições de trabalhar não porque ela não agüentaria*.

Segundo Koss (2000), estudiosa das polaridades entre masculino e feminino, a divisão do trabalho em função do sexo tem como efeito,

Discriminar e desqualificar as ‘mulheres’, pelo fato de, historicamente, a função assistencial destinada a elas ser considerada de valor menor, enquanto as funções atribuídas aos homens lhes proporcionam o lugar de destaque na sociedade humana. Qualificar de atividade apenas a ação específica dos ‘homens’ no mundo público é, antes de mais nada, desqualificar e desvalorizar o trabalho interminável e árduo das ‘mulheres’ na esfera doméstica. Além disso, hoje em dia, muitas mulheres são ativas tanto na esfera pública como na doméstica. Quando ingressam no mundo do trabalho assalariado, elas geralmente demonstram grande dose de atividade, exercendo a chamada dupla ou tripla jornada (*ibid*, p. 178-223).

A partir da discussão de Koss (2000), que resgatou o mito do trabalho doméstico como leve, e dos depoimentos dos trabalhadores, que afirmaram a incapacidade da “mulher” de trabalhar em uma edificação em função de esse ser um trabalho pesado, percebeu-se, nos argumentos, uma supremacia do “homem” em relação à “mulher”.

Em relação à construção do prédio em menor tempo, tornavam-se necessários indivíduos que tivessem “naturalmente introjetado”, como se fossem uma extensão das características biológicas masculinas “ritmo”, “força física”, “disposição” e “postura” (BOURDIEU, 2003). Essas “explicações” foram freqüentes para definir a mulher fisicamente mais fraca e, por isso, incapaz de realizar o trabalho e juntar-se ao grupo de operários.

Os atributos mencionados como naturalmente masculinos permitiram reforçar os depoimentos que apontavam a incapacidade da mulher de exercer o trabalho de armação e carpintaria no espaço da construção de edifícios. Características e qualidades necessárias para se conseguir ser identificado, conforme os informantes, como “bom trabalhador”. Essa representação dos trabalhadores sugere a idéia de que o grupo deles era “mais capaz” do que o “outro”, de mulheres.

Um dos informantes alegou não concordar com o trabalho da mulher no espaço do setor de edificações, justificando sua opinião por acreditar que o espaço

que tem muito “homem”, principalmente peão-de-obra, não é lugar de mulher. Essa argumentação indicou certo controle sobre a conduta feminina. Conforme Koss (2000, p. 173), existe uma confusão entre *intimidade e proximidade física com ato sexual* quando a “mulher” se aproxima de um “homem”. Ao buscar um emprego em um espaço considerado reduto exclusivo de homens, a mulher pode ser julgada como procurando *um parceiro sexual*.

Aqui? Particularmente eu acho que nada. Ah eu num concordo com mulher trabalhando nesse meio de muito homem não. Porque obra, setor que tem **peão de obra** você vê cara e num vê coração. Muitas pessoas você acha assim aquela pessoa ali é boa num sei o quê, mas quando você vai ver por dentro aquilo ali está roendo de ódio por dentro. Então tem uma mulher lado de lá ali tem outra pessoa ali num vai poder nunca confiar e como que ela vai trabalhar num lugar que ela num vai poder confiar em ninguém. Por isso que eu acho que ela num deve de jeito nenhum. Ah num ia agüentar o tranco também não (Bruno, carpinteiro, 27 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Quando perguntou a esse informante se ele aceitaria que a mulher dele realizasse um desses trabalhos, com todo ímpeto, respondeu:

Nem nada. Em casa lá é um sacrifício danado. De jeito nenhum. Não. Para não poder confiar né peão de obra (Bruno, carpinteiro, 27 anos com a 4ª série do ensino fundamental).

Ao cumprir com sua parte no acordo doméstico, como “homem” empregado em um setor de trabalho “duro” e “pesado”, no qual “retira” o dinheiro para o sustento da família, reconhece seu direito de exigir certas condutas à sua esposa e mãe de seus filhos. Uma lógica hierárquica complementar parece acionada nessa representação.

O medo de ser “corneado” e, conseqüentemente, colocar em risco sua masculinidade, leva o marido a toda uma série de controle. À mulher, além do espaço da construção civil, foi negado, conforme Marcelino e Lucas, participar de *bailes*. Para segurá-la em casa, utilizavam-se como justificativa a *pescaria* e o *jogo de baralho*, realizado apenas *entre homens*. Isso porque, conforme Marcelino, *não se deve levar carne para o churrasco e nesses lugares tem muito homem bêbado que pode querer assediá-las sexualmente*.

Entre os informantes que acreditaram na capacidade da mulher de trabalhar no espaço do setor de edificações, apenas um deles assumiu essa posição em função de uma experiência em sua família. Pelo desemprego, precisou cuidar da filha e da casa enquanto sua mulher exercia uma atividade remunerada. Os trabalhadores Juvenal, Ramires e Edvaldo, embora concordassem com o trabalho da mulher nesse espaço, não deixou de mencionar o homem como mais capaz. Além disso, os dois primeiros restringiram o trabalho da mulher à função de pedreiro e azulejista, porque elas são mais *caprichosas*.

Tipo serviço que nós fazemos aqui ela num tem condições que ela num agüenta que isso aqui. Ela pode trabalhar assim um tipo acabamento esses negócios assim né, mas no setor nosso aqui. Esse é um serviço mais leve. Mulher é mais inteligente, assim mais **tranqüila**. Faz as coisas com mais **paciência** né. Ah num sei. Num é todos homens, num é todas mulher não, mas o homem tem mais capacidade de fazer um tipo serviço assim e o organismo deles é mais mesmo na força, negocio assim né. Tem nem que ver. Num é desfazendo de vocês não. Que eu sei que isso aí num é coisa pra vocês mesmo. Pode ser você, qualquer pessoa. Eu num acho certo mesmo não (Ramires, ajudante de carpinteiro, 38 anos e 4ª série do ensino fundamental).

Como a respeito da trabalhadora é projetada uma imagem de dona de casa, sua "qualificação" é associada às "habilidades naturais", como paciência, destreza e sensibilidade. Essas "qualidades femininas" são inscritas no mundo da reprodução e da feminilidade, de forma a reforçar certos atributos como inatos ao sexo masculino.

De acordo com Koss (2000),

Ao trabalhar com as qualidades femininas e masculinas, a primeira reação com que tenho defrontado emerge de sua associação imediata com a polaridade sexual biologicamente definida: o feminino é traduzido como “mulher” e o masculino como “homem”. O passo seguinte é compreender “mulher” como passiva e “homem” como ativo, “mulher” como fraca e “homem” como forte. Quando algo é definido como forte, é associado ao “homem” ou, no máximo, ao “masculino na mulher”, jamais à própria mulher (*ibid*, p. 213).

A oposição entre trabalho leve e trabalho pesado, o primeiro como de responsabilidade da “mulher” e o outro do “homem”, além de estar fundamentado na força como característica inata do “homem”, é definida pela questão estética. O trabalho braçal que pode provocar cortes, arranhões e calos, muitas vezes é inadmissível nos corpos femininos.

Nesse espaço, ser o mais *forte, não ter medo de altura, fazer qualquer serviço*, representava para “esses machos” um valorizado símbolo de masculinidade. Mais ainda foi o que os diferenciaram dos “outros machos” e das “fêmeas”. Atributos que constroem e fortalecem a “identidade” masculina, definindo a não-contratação de seres humanos do sexo feminino. Enfim, “identidades” que no foco das relações estabelecidas no setor de edificação terminam por reiterar esse ambiente como um espaço exclusivo de homens.

## **5.2 A PRESENÇA FEMININA NUM ESPAÇO VIRIL**

As ocupações de armadores, carpinteiros e serventes na construção de edifícios, em certa medida, foram percebidas como atividades que permitiam ao homem reafirmar sua masculinidade. Nele, a mulher era aproximada numa perspectiva complementar, numa posição coadjuvante dentro daquele espaço. Os músculos exibidos em corpos em “constantes movimentos” de subidas e descidas, juntamente com as afirmações de que as mulheres eram incapazes de realizar o trabalho deles, foram muito comuns entre alguns dos trabalhadores. Um comportamento que pareceu enaltecer a sua imagem em detrimento de uma suposta falta de virilidade, passividade e feminilização dos “outros” diversos e infinitamente diferentes.

Entre aqueles que consideravam as mulheres incapazes de realizar o trabalho na construção de edifícios, apenas o trabalhador Luciano afirmou que, para tomar parte no grupo de operários enquanto mulher:

Somente para faxinar a obra, aí com certeza ela poderia fazer. Muito difícil de explicar porque rará a parte de homem assim é muito complicada e no caso teria que trabalhar de engenheira

alguma coisa assim (Luciano, ajudante de carpinteiro, 23 anos e ensino fundamental completo).

Além disso, também Luciano e, ainda, os trabalhadores Lucas e Mateus, ao falarem da profissão da mulher, mencionaram, além das profissões mais leves, a casa, a cozinha e os filhos como de responsabilidade dela. Como se o tempo dedicado ao cuidado com a casa e com os membros familiares não exigisse nenhum esforço físico:

A mulher tem que fazer um serviço mais prático, por exemplo, trabalhar em escritório de dentista. Pegar outras profissões mais leves que num depende de esforço físico (Luciano, ajudante de carpinteiro, 23 anos e ensino fundamental completo).

Tipo assim. Eu acho, tipo assim. Num vou dizer, mas para elas é doméstica mesmo né. Mexer com casa, cuidar dos filhos. Mexer com outras coisas (Lucas, ajudante de carpinteiro, 25 anos e ensino fundamental completo).

Ah serviço de cozinha né rará (Mateus, ajudante de carpinteiro, 28 anos e 4a série do ensino fundamental).

O trabalho doméstico como não remunerado muitas vezes não tem visibilidade. Mesmo sendo ele socialmente desvalorizado, é justamente a sua realização que facilita o trabalho exercido no setor público.

Apesar de a maioria afirmar que a mulher é fraca, os entrevistados não deixavam de mencionar, como apontado nos depoimentos, os atributos *inteligência*, *afetividade*, *sensibilidade*, *paciência* e *tranqüilidade* como forma de compensar a ausência da *força*, que foi considerada uma característica “própria dos homens”.

Embora tais afirmações fossem emitidas com a pretensão de realçar as qualidades das mulheres acabavam por definir, restringir e justificar seus comportamentos e os espaços de ocorrência destes. Enquanto no espaço público a força, atribuída exclusivamente ao homem, foi enfatizada, no ambiente doméstico prevaleceu a emoção, característica essencial para o cuidado e a manutenção do espaço privado, criação dos filhos, atendimento às “necessidades básicas” e íntimas dos membros familiares. Função que se refere à vida afetiva e assistencial.

Acreditam que o “homem”, ao contrário da mulher, tinha capacidade de trabalhar como armadores e carpinteiros, porque o *organismo deles era mais resistente*. O homem, conforme explicitado na maioria dos depoimentos, *com certeza tinha mais força física*. Mas essa força estava impregnada de elementos de natureza simbólica, que reivindicavam essa base.

A estagiária de engenharia civil e única mulher que trabalhava no espaço de construção civil, embora tivesse afirmado não ser a mulher capaz de realizar o trabalho de armador e carpinteiro como forma de mostrar o que lhe foi socialmente transferido, em função da forma como foi socializada enquanto “mulher”, demonstrou ter dúvida pela sua experiência na obra.

Nas palavras de Carla,

Eu acho que é uma questão cultural mesmo. Em obra é muito difícil ter ‘mulher’. Eu só vi em televisão. Outro dia eu vi uma matéria mostrando mulher na construção. É um trabalho pesado, mas ali tem coisa que uma ‘mulher’ é capaz de fazer. Armador eu acho que é muito pesado. Depende da mulher também. Agente pensa uma mulher uma coisa mais frágil, mas armador é um serviço muito pesado. Servente daria, azulejista daria. Carpinteiro num sei. Talvez também (Carla, 23 anos, ensino superior incompleto e estagiária de Engenharia civil).

Muitas vezes, as afirmações dos trabalhadores, em razão de a entrevista ter sido conduzida por uma mulher, eram seguidas das argumentações do tipo,

Não é desfazendo de vocês não, porque eu sei que isso aí não é coisa para vocês mesmo. Pode ser você, qualquer pessoa eu não acho certo mesmo não (Sr. Ramires, ajudante de carpinteiro, 38 anos com a 4ª série do ensino fundamental).

Além disso, minha presença enquanto mulher causou alguns constrangimentos e cuidados como:

Cuidado pra num machucar aqui Cristiane. Você quer provar que a mulher não agüenta? Se ela pegar isso aqui a mão dela vai sangrar até amanhã. Até que elas tão ocupando nosso espaço num sei quem deu o direito pra elas (Bruno, carpinteiro, 27 anos e com a 4ª série do ensino fundamental).

No sentido de valorizar suas ocupações, à destreza do corpo era atribuída ênfase. Batiam no peito para se compararem aos doutores engravatados e justificarem a superioridade pela capacidade de realizar um serviço pesado. Essa “força física”, além de ser um valorizado atributo para reforçar a identidade de “ser homem”, permite a construção de uma imagem positiva que possa compensar a identidade de ser peão-de-obra.

No espaço observado, embora a “força” e a “coragem” tenham sido impostas como barreira “natural” ao trabalho feminino na construção de edifícios, pôde-se perceber como comportamento comum o fato de trabalhadores ficarem encabulados quando não conseguiam alcançar determinado objetivo, mesmo usando da força e precisando contar com a ajuda de outros colegas.

Embora na virada do milênio a mulher já tenha ocupado o espaço que era tido como reduto exclusivo de homens, como no caso do setor de edificação da construção civil, na prática as expectativas e os julgamentos a respeito do que seja a “natureza” feminina e os papéis da mulher denunciam a igualdade de direitos e de oportunidades longe de constituir uma regra.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, 2004) apontou a função de acabamento realizada na construção de edifícios como uma atividade que deixou de ser exclusiva de homens, já que vem sendo realizado por mulheres. Com base em uma perspectiva de gênero, regride ao justificar essa conquista em função de ser elas mais “delicadas”, “mais atentas às falhas” e, por isso, “costumam deixar menos sujeiras nos locais”.

Na edificação selecionada para pesquisa, além dos trabalhadores, a estagiária também reforça a mulher como mais “delicada” e mais “jeitosa” do que o “homem”. Conforme o seu depoimento:

Eu acho que, por exemplo, assentar um azulejo. Um trabalho, até trabalhoso. Eu acho até que ela faria com mais cuidado. Porque eu acho que rá, num sei. Eu acho que a mulher tem mais jeito. Peão sai pisando em cima do que faz, num toma muito jeito. Então eu acho que mulher faria melhor (Carla, 23 anos, ensino superior incompleto e estagiária de Engenharia civil).



Outros dados do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, 2004) apontaram ainda que “donas de casa”, “desempregadas” e “com filhos para criar”, ao agarrarem a chance de ter uma nova profissão no setor de edificações da construção civil, começam a enfrentar preconceitos dos maridos que afirmam, segundo elas, que as profissões exercidas por elas “são coisas de homem”.

Como a identidade masculina é conquistada, conforme Trevisan (1998), pela afirmação constante de um modelo “viril”, “ativo” e “dominante”, um homem precisa aniquilar tudo que se aproxima da “subjetividade feminina”. Para tanto, torna-se necessário, para ser “homem”, sempre reafirmar seu espaço pela explicitação da natureza da mulher relacionada à capacidade de servir, de ceder e de cuidar.

No espaço analisado, o significado atribuído à presença feminina denunciou uma ambigüidade. Embora a mulher como mão-de-obra concorrente fosse negada com toda intensidade, a presença “dela” para provar a opção heterossexual na conquista da “virilidade” foi algumas vezes conclamada. Conforme o informante Bruno, *no verão*, pela visão que eles têm de cima do arranha-céu *das mulheres que passam*, não conseguem nem trabalhar, *o trabalho nem rende*. A afirmação desse informante permitiu mostrar o outro lado da moeda. Embora tenham negado a presença “delas”, deixaram escapar a incapacidade de conter os impulsos, fazendo aflorar a fragilidade quando “elas” estavam por perto, já que “elas” paralisavam a “agilidade” masculina.

A explicitação verbal de que o trabalho deixava de render, *no verão*, em razão das paradas para olhar as mulheres que passavam, provavelmente, com “menos” roupas, pareceu ter sido emitida para “sustentar” as expectativas que se têm de um “homem” ao aproximar de uma “mulher”, um argumento que não aconteceu no dia-a-dia da prática desses sujeitos sociais. Além disso, mesmo que não concordassem com uma mulher trabalhando no setor de edificações da construção civil, sempre respeitaram a presença da pesquisadora enquanto pessoa desse sexo. Mais uma informação que induz a pensar as representações que apontam as mulheres como

incapazes de realizar o trabalho braçal no setor de edificações como uma construção que varia em função da posição social desses indivíduos envolvidos e não algo fundamentado apenas na dominação do homem sobre a mulher. Um quadro de representação construído em função da socialização dessas pessoas enquanto “homens”.

Conforme o depoimento explicitado pela estagiária Carla,

(...) eles são super respeitosos. Eles nunca mexeram comigo e eu nunca vi eles mexerem com ninguém. Mas não, às vezes eles não mexendo comigo porque eu estou aqui dentro e pode dá alguma coisa pra eles, mas eu nunca vi. Todo mundo comenta. Tem piadas mesmo, de peão mexendo com mulher na rua (Carla, 23 anos, ensino superior incompleto e estagiária de Engenharia Civil).

Esses atributos que são veiculados socialmente fazem, muitas vezes, as mulheres sentirem “constrangidas” de frequentarem esses espaços. Uma idéia explicitada por Carla, estagiária da obra, quando ela falava do seu primeiro dia no setor de edificação:

Eu senti medo. Eu senti muito preconceito deles comigo, por ser mulher. Que eu não ia saber nada, uma menininha, filhinha de papai, eu senti muito medo, mas eu muito bem lá hoje. Eu tinha medo deles ficarem mexendo comigo. Porque é lógico que tem isso. Peão mexe com mulher na rua, mas eu nunca os vi mexendo com uma mulher na rua. Eu nunca vi. Naquela obra eu nunca vi. Todo mundo me pergunta isso. E os peões mexem com você na obra. Não gente eles são super respeitosos. Eles nunca mexeram comigo e eu nunca vi eles mexendo com ninguém (Carla, 23 anos, ensino superior incompleto e estagiária de Engenharia Civil).

No espaço de realização da pesquisa, torna-se necessário entender o binômio “homem/mulher” como uma construção social que explica porque alguns trabalhadores mencionam determinados atributos como próprios dos “homens” e outros como próprios das “mulheres”. A percepção desses atributos como “naturais” justifica o porquê de o trabalho braçal realizado no setor de edificações ser considerado de responsabilidade dos “homens”. Esses trabalhadores identificados como “homens” acabam tendo que assumir os comportamentos que

possam reforçar a construção de sua masculinidade, conforme a argumentação a seguir.

### 5.3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MASCULINA

No setor analisado, reduto exclusivo de homens, a visão heterossexual do mundo foi considerada como “normal” e “natural”, na qual a sexualidade esteve limitada às relações sexuais entre homens e mulheres.

Assuntos de futebol e de mulher eram motivos para que a maioria iniciasse freqüentes diálogos, que se desenrolavam “em tons de brincadeira” e tinham como conseqüência a exteriorização da heterossexualidade. Esses diálogos foram mencionados como responsáveis por fazer do trabalho deles *gostoso de fazer, animado e um serviço legal*, no qual *todo mundo enchia o saco um do outro*. A afirmação como: *no verão, não conseguimos trabalhar com mulher passando*, explicitada por Bruno, com consentimento dos outros trabalhadores, denunciando as artimanhas utilizadas para se aproximar do modelo dominante de “homem”. Um argumento que, em certa medida, se contradiz com a condição deles de assalariados e responsáveis por ter que fazer o trabalho “render” para não ser despedido. Contudo, trata-se de uma condição circunstancial.

Os freqüentes diálogos que enfatizavam a atração pelo sexo oposto e o gosto pelo futebol acabavam por a penetrar na subjetividade do “trabalhador da obra” e legitimar esse espaço como lugar de “homens”.

Elisabeth Badinter (1993, p. 34) falou dos comportamentos que um indivíduo do sexo masculino assume para convencer-se e convencer os outros de que não é uma mulher. Para ser identificado como “macho”, o menino desde muito cedo precisa “negar” todos os comportamentos tidos socialmente como femininos, bem como aprender aqueles que possam reforçar a sua identidade sexual.

A socialização em torno da identidade sexual visa, conforme Bourdieu (2003, p. 35-36), destacar no homem e na mulher os signos exteriores mais adequados à sua distinção sexual. Desde a infância são estimuladas as práticas que convêm a

cada sexo e proibidas ou desencorajadas aquelas consideradas condutas impróprias. Os meninos para afirmarem sua identidade sexual precisam incorporar todas as práticas que conduzem a virilização, práticas (esportes e jogos viris, caça etc.) que possam encorajar a ruptura com o mundo materno.

Os trabalhadores pesquisados, todos “homens”, identificavam-se uns com os outros, já que todos tiveram que aprender a gostar de futebol e de mulher para ser como os outros rapazes. Com órgão sexual masculino precisavam, para serem identificados socialmente como “homens”, assumir comportamentos que pudessem distingui-los do sexo oposto.

As experiências sociais em um corpo de “homem” fizeram com que esses indivíduos, a partir de comportamentos, tivessem que integrar corporalmente (incorporar), pelo *habitus* (BOURDIEU, 2003), determinados símbolos de identificação. Essa aprendizagem é, muitas vezes, conseguida supostamente com muito sofrimento, por exemplo de ter que assumir um corpo forte com uma estatura física magra. Essa realidade pareceu estar presente no setor analisado, no momento em que alguns, como no caso de Luciano, Mateus e Lucas, tiveram que alcançar algum resultado pela força, o que não conseguiram sem ajuda de outros trabalhadores. Esse constrangimento pareceu acontecer em função de ter sido esse atributo, explicitado por todos os trabalhadores, como fator limitante do trabalho da mulher na construção de edifícios.

As palavras “viado”, “gay” e “chifrudo”, que implicam afirmar que o “homem” tem opção pelo indivíduo do mesmo sexo ou que o “homem”, não dominando sua mulher, foi traído, foram muito utilizadas em “tom de brincadeira” ou para “ofender” os “companheiros de trabalho” quando estes assumiam atitudes “indesejadas”. Além de emitidas verbalmente, estavam escritas em algumas paredes do edifício como forma de realçar comportamentos que pareceram ser “negativos” para o grupo e, com isso, causar provocação.

Redcliffe Brown (1980, p. 202-203) ao discutir o método comparativo nas ciências sociais falou da *associação por contrariedade* como uma *característica universal do pensamento humano*. Nessa perspectiva está o pensamento que difere

o grupo dos “homens” do grupo das “mulheres”. Pensamentos socialmente construídos, que se expressam por meio dos comportamentos antagônicos entre esses grupos. Tais comportamentos, embora fundamentados na oposição, remetem à idéia de complementaridade, uma vez que a definição de uma das partes depende da existência da outra.

Nas próprias palavras de Brown (1980),

A oposição entre as metades pode ser expressa de várias formas. Uma delas é a instituição que os antropólogos denominaram ‘relações jocosas’. Permite-se e espera-se que os membros de divisões opostas zombem um dos outros, digam-se palavrões e troquem insultos. Sua função é manter contínua uma relação de hostilidade ou de antagonismo aparente, mas faccioso, entre duas pessoas ou dois grupos (*ibid*, p. 204).

Provocar o colega ao identificá-lo como “viado”, “gay” ou “chifrudo” aponta para a existência de um antagonismo entre o grupo de “homens” e o de “mulheres”. As brincadeiras em torno dessa oposição pareceu reforçar a idéia de que, para ser um verdadeiro “homem”, eles deveriam combater os comportamentos “femininos”, sob pena de não serem associados ao grupo das “mulheres” e, no entanto, reforçar aqueles que pudessem reafirmar a “masculinidade” e a “virilidade”.

Em um desses diálogos, Bruno gritou: *oh fulano você é bobo vai para a festa e arruma outro para ela*. No mesmo momento, uma voz de “homem” (sujeito desconhecido) retrucou do outro edifício: *Oh doido!* Bruno continuou: *Leva duas pra mim. Você é gay*. Ao fundo, ouviu-se a outra voz, que respondeu: *Ah gay!*

Pierre Bourdieu (2003), ao discutir a construção social dos corpos fundamentada nas diferenças sexuais, afirma que:

(...) a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher. E poderíamos lembrar aqui os testemunhos de homens a quem torturas foram deliberadamente infringidas no sentido de feminilizá-los, sobretudo pela humilhação sexual com deboches de sua virilidade e acusações de homossexualidade (...) (*ibid*, p. 16).

No entanto, estar com duas mulheres aos olhos de outros permite, ao “homem”, reafirmar sua “potência” e “virilidade”, uma vez que esse

comportamento implica afastar-se do “tipo” homossexual, que tem opção pelo indivíduo do mesmo sexo.

Nascer com o órgão sexual masculino significa apreender socialmente uma série de representações e práticas que possam reforçar a identidade de ser “homem”. A socialização em torno da identidade sexual e da identidade de classe dos trabalhadores implica experiências permitidas, inclusive a de trabalhar no setor de edificações como trabalhador braçal. Essa vivência funciona como forte definidora da visão de mundo desses sujeitos sociais e da compreensão das formas de uso e manipulação do Equipamento de Proteção Individual (EPI). A partir da discussão das categorias empíricas que foram interpretadas, percebeu-se que os sujeitos da pesquisa elaboravam e reconstruíam os significados atribuídos aos objetos do mundo social, em razão das suas práticas como produtos das possibilidades que lhes foram permitidas enquanto “homens” e “trabalhadores de obra”. A discussão fundamentada nos marcadores de gênero e de classe permitiu entender o “trabalhador de obra” como um sujeito social que atribui significado às coisas do mundo e age em função das experiências particulares que lhe foram permitidas durante sua socialização.

## CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo compreender os sistemas simbólicos e o quadro de representações que orientariam a prática de um grupo específico de trabalhadores do setor de edificações da construção civil do Município de Viçosa, MG, em torno do uso, eficiência e eficácia do Equipamento de Proteção Individual. Para tanto, procurou-se compreender tanto os significados atribuídos aos EPIs, quanto aqueles atribuídos aos riscos de se trabalhar, como armador e carpinteiro, no setor de edificações.

As informações obtidas a partir da inserção no grupo dos trabalhadores permitiram compreender as práticas e os discursos enunciados em torno do EPI como historicamente construídos pela experiência de serem “homens” e “trabalhadores de obra”. Essas informações permitem pensar os avanços tecnológicos, como no caso dos EPIs que são produzidos com o objetivo de controlar os riscos de acidentes, nem sempre como eficazes quando se considera os instrumentos e as razões de ordem subjetiva, como “torcer para dar certo” e explicações do tipo “foi fatalidade” ou “foi azar”.

Nesse espaço de reduto exclusivo de “homens”, a experiência adquirida em um corpo masculino responsável pelo trabalho “em obras” concorreu para que esses trabalhadores defendessem determinados valores de classe e de masculinidade. Esses valores transmitidos pelo processo de socialização orientam a interpretação,

pelos atores sociais, dos objetos à sua volta, inclusive dos EPIs. Assim, ao invés de classificar os comportamentos em torno desses equipamentos como certos ou errados torna-se necessário entendê-los como fundamentados em uma determinada experiência apreendida socialmente.

Conforme caracterizado, tratam-se de trabalhadores todos do sexo masculino, com idade entre 23 e 56 anos, a maioria com ensino fundamental incompleto e ex-residente do meio rural, só tiveram a oportunidade de realizar trabalhos braçais. O contato do corpo com os riscos comuns de um trabalho braçal fez com que os trabalhadores acostumassem com a presença desses riscos e acreditassem ser o próprio corpo e a agilidade dele responsável por evitar os acidentes.

Essa vivência social permitia ao trabalhador construir identidades de classe e de gênero que definem a sua visão de mundo. Mesmo que os trabalhadores tivessem consciência dos riscos do setor de edificações da construção civil, em razão de já terem sido vítimas de acidente no trabalho e presenciado essa fatalidade envolvendo alguns “colegas de trabalho”, explicitaram não terem medo de realizar o trabalho. Conforme informou a maioria, o tempo encarregou de fazê-los esquecer essas fatalidades. Trajetória que conduz esses trabalhadores a explicitarem a própria ação do corpo como responsável por evitar acidentes. Entre os riscos da profissão, a altura foi considerada a maior causadora de acidentes. Por isso, o cinto de segurança foi o EPI mais mencionado.

Entre os equipamentos de proteção presentes no setor analisado estavam o capacete, a bota bico de aço, a luva de raspa, o protetor facial, o protetor auricular e o cinto de segurança. Mesmo que esses equipamentos tenham sido considerados importantes por todos os trabalhadores, apenas o capacete e a bota eram usados com frequência. O cinto, embora mencionado como mais importante, nem sempre era usado.

Em um trabalho em que os trabalhadores precisavam estar com o corpo em constante movimento, já que “render” seria a forma de garantir o emprego, enquanto *trabalhadores de obra*, muitas vezes o EPI acabava atrapalhando os movimentos do corpo, que nessas atividades eram intensivos. Além disso, os



trabalhadores não confiavam na proteção de muitos dos equipamentos oferecidos. Achavam os equipamentos “fracos” e “inadequados” e, por isso, incapazes de proteger um corpo “forte”. Acreditavam que os equipamentos poderiam aumentar os riscos.

Sempre tendo trabalhado como empregados, acreditavam que o “bom trabalhador” precisasse ter *disposição*, *força física* e ser *esforçado*, uma vez que *enrolar no trabalho* seria condição para que fossem despedidos. A demissão de outros trabalhadores que haviam *fracassado* no emprego conjugada com a explicitação que transparece nas palavras do encarregado geral da obra, no momento em que ele fala dos aspectos considerados para contratar os trabalhadores, foi um elemento que definiu as práticas dos trabalhadores. Como o EPI restringia, conforme os informantes, os movimentos em um trabalho braçal ele anulava a *disposição* e a *agilidade* do trabalhador aumentando as chances de demissão. Dessa forma os EPIs representavam uma ameaça à condição dos atores sociais serem identificados como “trabalhadores” e “provedores”. Esse foi um dos motivos responsáveis pela não-aceitação dos EPIs.

A vivência dos trabalhadores que foi sendo historicamente construída por uma seqüência de acontecimentos foi forte definidora das expectativas futuras desses atores sociais. A maioria não pensava em sair da empresa pelas condições de salário que, conforme eles, era o “melhor” entre muitas das construtoras. No entanto, estando na situação de desempregados ou fazendo “bicos” antes do atual emprego, não pensavam em sair da construtora por ser um emprego estável, manifestado pela carteira assinada. Viver com a preocupação de perder o emprego com o término do edifício foi outra explicitação dos trabalhadores que reforçou a preocupação deles em ter *disposição*. Este atributo poderia ser determinante de boas referências que poderiam ser dadas em outro suposto emprego quando tivessem que sair.

Embora tenha sido o salário um dos critérios do rendimento no trabalho, ele foi relativizado pelo benefício moral conseguido com a realização dessa prática, já que esta permitiu a esses atores sociais se identificarem como “trabalhadores”. Esse grupo de trabalhadores valorizava as características como *disposição*, *esforço* e

*coragem*, que podiam constituir atributos de valor moral, uma vez que inferiam uma imagem positiva em torno da condição de ser “peão-de-obra”. Identificação que foi reforçada pela condição de “provedor” retirada dessa atividade. Como provedor, o trabalhador poderia conseguir manter a família e, em contrapartida, ser respeitado como chefe da família, imagem que reforça a identidade de ser “homem”.

O trabalho em “obra” significava para o trabalhador, como empregado, uma possibilidade de mostrar a capacidade do corpo de “fazer” e de superar as desvantagens de estar inserido em uma posição socialmente tão pouco privilegiada. Além disso, o trabalho como responsável por determinar o corpo alguma coisa para fazer acabava, conforme alguns informantes, por manter a cabeça ocupada, já que evitava o indivíduo cair em mundo de “desaprovações”.

Para se trabalhar nesse setor era preciso ter *coragem, força física, força de vontade e inteligência* para fazer o trabalho *pesado* com *disposição*, já que esse é o objetivo do “bom trabalhador”. Em razão disso, a maioria definiu como espaço de trabalho da mulher o ambiente doméstico e cuidado com a casa e com os membros familiares, supostamente por acreditar ser esse um serviço *leve*. Essas representações foram reforçadas pelo argumento do encarregado geral da “obra”, que negou a idéia de contratar mulheres para trabalhar na construção de edifícios. Ao realizar tais denominações, acabavam por legitimar as atividades domésticas como de responsabilidade das “mulheres”. Os depoimentos que evocaram o homem trabalhador braçal naturalmente mais *forte* e mais *disposto* do que a mulher, além de permitirem uma superação da moral do “pobre”, serviam para legitimar esses espaços como redutos masculinos.

Outros informantes deixaram transparecer uma preocupação com o controle da conduta sexual feminina. Acreditavam *que um lugar que tem muitos homens a mulher não deve trabalhar para não poder confiar*. Os poucos informantes que acreditavam na capacidade da mulher de trabalhar em uma edificação mencionaram o trabalho de faxina, azulejista e pedreiro. Justificavam esses depoimentos pelo fato de mulher ser “naturalmente” “caprichosa”, “sensível”, “paciente” e “tranqüila”, atributos esses que acabavam por legitimar o espaço doméstico como sendo

prioritariamente de mulheres. Com isso, os homens deveriam trabalhar nos espaços públicos.

Quanto às dificuldades enfrentadas na realização da pesquisa, deve-se mencionar a aproximação inicial, enquanto mulher, com o grupo de trabalhadores homens. Despir de uma visão etnocêntrica, construída socialmente, para compreender no outro, trabalhadores de um setor de edificações da construção civil, a prática deles definida por uma trajetória particular ordenada pelas suas condições de classe e de gênero, não foi etapa fácil.

Apesar de não ter sido tarefa fácil, compreender e interpretar fenômenos, a partir de seus significados e contextos, permitiu entender a prática de utilização do EPI explicada por formas distintas de perceber e interpretar significados e sentidos atribuídos a esse equipamento. Quadro de representações construído socialmente que podem servir para invalidar técnicas que invistam apenas na produção de EPIs.

Os resultados desta pesquisa conformam a idéia de ser igualmente importante no investimento em tecnologias de ponta para se produzirem esses equipamentos e, posteriormente, fazerem que os usuários se adaptem a eles, incrementar um conjunto de pesquisas que possam refletir em função das necessidades dos indivíduos, produzindo sistemas, equipamentos e treinamentos mais eficazes para a prevenção de riscos. Esses resultados reforçam a importância de pesquisas qualitativas para quem propõe trabalhar com sujeitos sociais. Muito mais do que julgar como certo ou errado do não-uso ou uso incorreto dos EPIs, torna-se necessário compreender o contexto desse comportamento.

Enfim, esta foi uma pesquisa de caráter qualitativo, realizada com 16 trabalhadores de um edifício em construção no Município de Viçosa, MG. Por isso, deve se considerar a impossibilidade de generalizar os resultados para compreender outros grupos sociais. Em consideração a essa trajetória específica de dado sujeito e/ou grupo social, deve-se mencionar que os resultados conseguidos com esta pesquisa são particulares a um contexto específico. Os resultados obtidos pela observação da prática e pelos discursos dialógicos dos sujeitos no trabalho

expressam a vivência desses indivíduos em função do que aprenderam pela sua ação no mundo social.

Embora os dados que informam o quadro de representações e as práticas de um grupo de trabalhadores específicos não possam ser generalizados para outros grupos, no entanto podem servir de referência para outros trabalhos, no intuito de facilitar a compreensão de marcadores de ordem simbólica, como os de classe e de gênero, que concorrem para informar determinadas atitudes e comportamentos dentro (e mesmo fora) do mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, D. O.; CORRÊA, J. A. P. **Manual de prevenção de acidentes de trabalho: aspectos técnicos e legais**. São Paulo: Atlas, 2001. 243p.

BARBOSA, L. **Cidadão**. Disponível em: < <http://vagalume.uol.com.br/letra/z/ze-geraldo/cidadao.html>.> Acesso em 12 Jan. 2005.

BADINTER, E. **XY: a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 266p.

BARTOLOMEU, T. A. **Sistema de informação sobre acidentes de trabalho baseado em data warehouse – um modelo para o setor da construção civil**, 2000. 89p. Qualificação de doutorado (tese em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. 178p.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1996. 247p.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.149p.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 361p.

BOURDIEU, P. **Dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 160p.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 247p.

BROWN, R. Método comparativo em Antropologia social. In: ZALUAR, A. **Desvendando máscaras sociais**, 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980, p 195-210.

CARDELLA, B. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística**. São Paulo: Atlas, 1999. 254p.

COSTELLA, M. F. C. **Análise dos acidentes do trabalho e doenças profissionais ocorridos na atividade de construção civil do Rio Grande do Sul em 1996 e 1997**. 1999. 150p. Tese (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

D`ÁVILA, S. M. G. **O significado do trabalho feminino para famílias de trabalhadoras de uma indústria de confecção em Fortaleza, CE**. 1999, 130p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa.

**DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DE VIÇOSA**. Viçosa: SEBRAE, CDL, UFV, PMV – 2000.

DURHAM, E. **Família e reprodução humana**. V.3. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1983. 43p.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 483p.

FREITAS, G. C.; OLIVEIRA, A. R. de. **Dinâmica imobiliária e efeitos setoriais: uma análise do mercado de trabalho da construção civil no 15. Município de Viçosa/MG**. 2002. (Projeto de Iniciação Científica) – Universidade Federal de Viçosa.

GOTTIA, V. **Acidentes de trabalho dão prejuízo de US\$76 bilhões por ano**. Disponível em <http://www.estadao.com.br/economia/noticias/2003/fev/26/126.htm> Acesso em: 13 Abril. 2004.

GOUVEIA, P. F. **Mulheres – comunitárias – viajantes. Classe, gênero, identidade e participação popular**. 2003. 154p. Dissertação (Doutorado no programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HOLZMANN, L. Divisão social do trabalho. In: **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 84-87.

KOSS, M. V. **Feminino + masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades**. São Paulo: Escrituras, 2000. 254p.

LÉVI-STRAUSS. C. **Sociologia e Antropologia**. V. 1. São Paulo: UPU/EDUSP, 1974.

LIMA, M. M. R. M. de. **Acidentes do trabalho: Responsabilidades relativas ao meio ambiente laboral**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/> Acesso em: 14 Janeiro. 2005.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 179p.

MATOS, A. A. **Representações de corpo na revista Trip para mulher**. 2003. 154p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa/MG.

MARX, K. **O capital**. 7 ed. São Paulo: LTC, 1982. 395p.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 342p.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 404p.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL **Acidente de trabalho**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br>> Acesso em: 13 Dez. 2004.

PALOCCI, A. **Palocci estuda compensar Cofins na construção civil**. Disponível em: <<http://www.consultores.com.br/noticias>> Acesso em: 13 Dez.. 2004.

Plano Diretor de Viçosa – PDV. **Aspectos históricos, demográficos e geográficos**. 2000. Disponível em <<http://www.ufv.br>> Acesso em: 10 dez. 2000.

ROCHA, E. **Jogo de espelhos: ensaios de cultura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 134 p.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 152 p.



Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial –SENAI. Senai oferece curso para formar azulejistas. 2004. Disponível em <<http://www.fiepa.org.br/senai/mostranoticia.asp?noticia=1493>> Acesso em: 15 set. 2004.

SOUZA, M. A. de A **“nação em chuteiras”**: raça e masculinidade no futebol brasileiro. 1996, 130p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Brasília.

TREVIRAN, L. Jovens, mentiras e desemprego. In: \_\_\_\_\_ **Desafios do trabalho**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p 70-77.

**ANEXOS**

**ANEXO A - Roteiro de Entrevistas: Trabalhadores**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_\_

Início da entrevista: \_\_\_\_\_

Término da entrevista: \_\_\_\_\_

**1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DO TRABALHADOR**

1.1. Sexo

1.2. Idade

1.3. Estado Civil

1.4. Existência e N<sup>o</sup> de Filhos

1.5. Escolaridade dos Filhos, caso freqüentem uma escola

1.6. Cidade e Estado de Origem

1.7. Local de Moradia

1.8. Escolaridade

1.9. Cor da Pele

1.10. Crença

1.11. Lazer

1.12. Qual sua função na obra?

1.13. Quantas horas você trabalha por dia?

1.14. Você faz hora extra? Quantas horas por semana?

1.15. Seu emprego é Fixo ou Eventual?

1.16. Tem carteira de trabalho assinada?

1.17. Qual sua renda?

1.18. Você recebe seu salário: ( ) Por dia; ( ) por quinzena; ( ) por mês; ( ) por semana; ( ) outros

1.19. Sua jornada principal de trabalho é ( ) Diurna ou ( ) Noturna

1.20. Trabalha nos feriados?

1.21. Trabalha nos fins de semana?

## **2. GRUPOS DE REPRESENTAÇÕES**

2.1. Como é seu trabalho?

2.2. Sempre trabalhou na construção civil?

2.3. Quem lhe ensinou a profissão?

2.4. Quando começou a trabalhar aqui na construtora?

2.5. Em que trabalhava antes?

2.6. Em quais lugares e funções você já trabalhou?

2.7. Gostaria de trabalhar em outro lugar? Em que?

2.8. Quais os outros trabalhos poderia fazer?

2.9. O que é um “bom trabalho” ?

2.10. O que é um “trabalho ruim” ?

2.11. Como veio trabalhar aqui?

2.12. Quais são suas obrigações aqui? E seus direitos?

2.13. Como acha que poderia melhorar o trabalho aqui na obra?

2.14. Você considera importante o que faz? Por que?

2.15. Sua família gosta do que faz? Por que?

2.16. Como é um “bom trabalhador”?

2.17. Tem mulher trabalhando aqui na construção? Por que?

2.18. O que uma mulher poderia fazer aqui? É possível uma mulher fazer o que você faz?

2.19. O trabalho aqui é “perigoso”? Por que?

2.20. Qual o maior risco dele?

2.21. Já passou por uma situação de risco no trabalho? Qual?

2.22. Como poderia ter evitado?

2.23. Como procura evitar os riscos?

2.24. Quais os equipamentos de proteção você usa aqui?

2.25. Você confia nos EPIs?

2.26. Sabe usar os EPIs?

2.27. Por que alguns trabalhadores não usam o equipamento de proteção?

- 2.28. É comum acontecer acidente aqui na obra?
- 2.29. Você já assistiu algum acidente aqui na obra? Já sofreu algum?
- 2.30. Quais outros trabalhos você considera arriscado?
- 2.31. Como você acha que poderia melhorar de vida?
- 2.32. Você acha que é possível uma vida melhor?

### **3. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS E DOS EPIs**

- 4.1 Realiza tarefas que produzem poeiras ou fica próximo a elas? (Cortar, talhar, furar, limpar com jato de areia, lixar, varrer, etc.).
- 4.2. Trabalha com substâncias perigosas ou trabalha próximo a alguém que trabalha? (Despejar, misturar, pintar, etc.).
- 4.3. Fica exposto a substâncias que possam irritar seus olhos ou sua pele? (Cortar, limpar com jato de areia, furar etc.).
- 4.4. Fica exposto a temperaturas altas por muito tempo? (Soldar, sol, etc.).
- 4.5. Alguma coisa pode cair em seus olhos, em sua cabeça ou em seu corpo?
- 4.6. Pode bater a cabeça contra barras, tubos ou outros obstáculos?
- 4.7. Trabalha com ou próximo a cabos elétricos ou seus componentes?
- 4.8. Trabalha com explosivos ou em ambientes que contenham explosivos?
- 4.9. Trabalha com massa de concreto?
- 4.10. Você trabalha com objetos cortantes ou com superfícies ásperas?
- 4.11. Fica exposto a ruídos intensos?
- 4.12. O que você utiliza para proteger seus olhos?
- 4.13. O que você utiliza para proteger sua face?
- 4.14. O que você utiliza para proteger sua respiração?
- 4.15. O que utiliza para proteger sua cabeça?
- 4.16. O que utiliza para proteger seus pés?
- 4.17. O que faz para proteger suas mãos?
- 4.18. O que utiliza para proteger seu corpo?
- 4.19. O que utiliza para proteger os ouvidos?

- 4.20. Quais os critérios utilizados pela empresa e/ou engenheiro de segurança na seleção dos EPIs?
- 4.21. Os EPIs são substituídos de quanto em quanto tempo?

#### **4. TREINAMENTO PARA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS EPIs**

- 5.1. Participou de algum treinamento sobre prevenção de acidentes no trabalho? Em caso afirmativo, qual o tempo de duração? Em qual local foi oferecido?
- 5.2. Quantos treinamentos você participou desde que começou a trabalhar aqui? Quando esses treinamentos foram oferecidos?
- 5.3. Qual o tempo de duração desses treinamentos?
- 5.4. De quanto em quanto tempo são oferecidos?
- 5.5. Quais os assuntos foram discutidos?
- 5.6. Quais são os responsáveis pelos treinamentos?
- 5.7. Onde esses treinamentos são oferecidos?
- 5.7. Em caso de acidente quais as providências tomadas pela empresa?
- 5.9. Você sabe como se proceder em casos de acidentes de trabalho?

**ANEXO B - Roteiro de Entrevistas: Estagiária**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_\_

Início da entrevista: \_\_\_\_\_

Término da entrevista: \_\_\_\_\_

**1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DO TRABALHADOR**

- 1.1. Sexo
- 1.2. Idade
- 1.3. Estado Civil
- 1.4. Cidade e Estado de Origem
- 1.5. Local de Moradia
- 1.6. Escolaridade
- 1.7. Cor da Pele
- 1.8. Crença
- 1.9. Lazer

**2. GRUPOS DE REPRESENTAÇÕES**

- 2.1. Qual a sua função na obra?
- 2.2. Como é seu trabalho?
- 2.3. Quando começou seu estágio na construtora?
- 2.4. Como conseguiu o estágio?
- 2.5. Você considera importante o que faz? Por que?
- 2.6. Tem mulher trabalhando aqui na construção? Por que?
- 2.7. O que uma mulher poderia fazer aqui?
- 2.8. É possível uma mulher trabalhar na profissão de armador, carpinteiro ou servente? Por que?
- 2.9. Qual a sensação de trabalhar no espaço da construção civil?

- 2.10. O que você sentiu quando entrou numa construção pela primeira vez?
- 2.11. Como os trabalhadores reagiram por você ser mulher?
- 2.12. Eles respeitam sua decisão enquanto profissional do sexo feminino?
- 2.13. Você conversa com os trabalhadores?
- 2.14. Na “obra” tem alguma diferença entre ser profissional “homem”, no caso de Reinaldo, ou ser “mulher”, como no seu caso?



## **ANEXO C - Categorias de Análise**

### **Categorias de Caracterização da Empresa**

Para caracterizar a empresa selecionada utilizou-se de dados secundários que identificaram o histórico da empresa e o número de trabalhadores contratados no período de realização da pesquisa.

### **Aspectos Socioculturais**

Para obter as características sócio-cultural e econômicas do “trabalhador da obra”, utilizou-se de categorias como:

sexo: masculino e feminino;

Idade: data de nascimento;

Estado civil: solteiro, casado, separado, desquitado/divorciado e viúvo;

Número de filhos;

Escolaridade dos filhos;

Grau de instrução formal – nenhum, ensino fundamental (de 1ª a 8ª série), ensino médio (1º a 3º ano);

Local de origem: cidade, estado e endereço;

Raça/cor;

Religião freqüentada;

Lazer;

Tipo de atividade exercida na construção civil;

Número de horas que trabalha por dia;

Número de horas extras semanais;

Emprego fixo ou eventual;

Carteira assinada ou não;

Remuneração: valor recebido da empresa em reais;

Forma de pagamento: hora/diário/semanal/quinzenal/mensal/outros;

Jornada principal de trabalho: dia/noite;

Trabalho nos feriados;

Trabalho nos fins de semana.

### **Aspectos Relativos ao Grupo de Representações**

Foram analisadas as representações sobre trabalho, corpo, risco e prevenção por EPIs pelas questões que contemplaram os seguintes critérios:

- Descrição da atividade realizada, no edifício, pelo trabalhador;
- Tempo de trabalho na construção de edifícios;
- Com quem e como aprendeu a profissão;
- Início da profissão;
- Funções e locais que trabalhou anteriormente;
- Outra profissão que gostaria de ter/outro local de trabalho;
- Trabalhos que poderia realizar;
- Significado de “bom” trabalho;
- Significado de trabalho “ruim”;
- Como conseguiu o emprego na construtora analisada;
- Exigência do encarregado da obra feita ao trabalhador na atividade que exerce;
- Percepção da importância do seu trabalho;
- Como de ser um “bom” trabalhador;
- Trabalho feminino na construção civil;
- Percepção da existência de perigos;
- Sentimento ao se trabalhar com perigo;
- Maior risco do trabalho;
- Situações/momentos de risco no trabalho;
- Proteção utilizada no trabalho;
- Uso do equipamento de proteção individual no momento do acidente;
- Instrumentos e situações de confiança do trabalhador;
- Como “aprendeu” a “se cuidar melhor no trabalho”;
- Frequência de utilização, da proteção, pelo trabalhador;
- Ocorrência de acidentes na obra;
- Experiência de acidente vivenciada pelo trabalhador;
- Trabalhos arriscados;
- Significado de “melhorar de vida”;

Possibilidade dessa melhoria.

### **Aspectos Identificadores dos riscos e da realidade dos EPIs**

Para identificação dos riscos e da realidade dos EPIs utilizados na construção civil analisada, os funcionários foram submetidos a um roteiro de entrevistas (Anexo 01) com 21 questões elaboradas, conforme a realidade pesquisada, com o objetivo de identificar riscos e EPIs para a proteção dos olhos, da face, da cabeça, das mãos, do corpo, dos ouvidos e do sistema respiratório

### **Aspectos relativos aos treinamentos para a utilização dos EPIs**

Os treinamentos foram identificados e analisados mediante a utilização de um roteiro de entrevista que contemplou os seguintes critérios:

- Existência dos treinamentos;
- Número de treinamentos;
- Carga horária (tempo de duração);
- Periodicidade de oferecimento;
- Assuntos abordados;
- Responsáveis pelo treinamento;
- Local de realização;
- Procedência em caso de acidentes.

## Anexo D – Perfil Sócio-Cultural dos Trabalhadores

Tabela 1D – Perfil Sociocultural

Trabalhador	Sexo	Idade	Estado Civil	Nº de Filhos	Cidade de Origem	Local de Moradia	Escolaridade	Cor	Crença	Lazer
<b>Carpinteiros</b>										
<b>Marcelino</b>	M <sup>1</sup>	33	C. <sup>2</sup>	3	Viçosa	Maria Eugênia	E. F. I. <sup>3</sup> (5ª Série)	Amarela	Católico	Jogar bola
<b>Lucas</b>	M	25	C.	1	Viçosa	Dr. Brito	E. F. C. <sup>4</sup> (8ª Série)	Morena	Católico	Ficar em casa Divertir e ficar com filho
<b>Luciano</b>	M	23	S. <sup>5</sup>	0	Porto Firme	Laranjal	E. F. C. (8ª Série)	Morena	Católico	Jogar bola Assistir na TV jogos
<b>Bruno</b>	M	27	C.	2	São Miguel	Santa Clara	E. F. I. (4ª Série)	Morena	Católico	Jogar bola
<b>Mateus</b>	M	28	C.	2	Presidente Bernardes	Cajurí	E. F. I. (4ª Série)	Branca	Católico	Jogar sinuca Ficar em casa
<b>Antônio</b>	M	42	C.	2	Viçosa	São Sebastião	E. F. I. (4ª Série)	Negra	Católico	Passear na casa dos amigos e na casa da mãe
<b>Ramires</b>	M	38	C.	1	Guaraciaba	Santa Clara	E. F. I. (4ª Série)	Morena	Católico	Assistir jogos na TV Jogar baralho Ir ao forró Ficar em casa descansando
<b>Edvaldo</b>	M	36	C.	2	Viçosa	São Sebastião	E. F. I. (4ª Série)	Negra	Católico	Jogar bola

<sup>1</sup> M - Masculino<sup>2</sup> C - Casado<sup>3</sup> E. F. I. – Ensino Fundamental Incompleto<sup>4</sup> E. F. C. – Ensino Fundamental Completo<sup>5</sup> S. - Solteiro

<b>Armadores</b>										
<b>João</b>	M	35	C.	0	Viçosa	Amoras	E. M. I. <sup>6</sup> . (1º Ano)	Parda	Católico	Jogar bola
<b>Rodrigo</b>	M	27	C.	1	Viçosa	Marli Azevedo	E. F. I. (5ª Série)	Morena	Católico	Forró na cabana e Teixeira Tomar cerveja com amigos
<b>Carlos</b>	M	26	C.	2	Viçosa	São Sebastião	E. F. I. (5ª Série)	Moreno	Católico	Ouvir música Ir ao baile de forró e fank com a mulher Sair com o filho para Universidade
<b>Juvenal</b>	M	48	C.	2	Viçosa	São Sebastião	E. F. I. (5ª Série)	Moreno	Católico	Sair de casa para tomar uns “goles”
<b>Vítimas de Acidente na Empresa</b>										
<b>Juca</b>	M	54	C.	6	Viçosa	Laranjal	E. F. I. (1ª Série)	Morena Clara	Católico	Tirando o trabalho, o esporte Futebol de campo Fórmula 1
<b>Pedro</b>	M	43	C.	2	São Miguel	Novo Silvestre	E. F. I. (3ª Série)	Morena	Católico	Assistir esportes, jogos do Cruzeiro e do Flamengo
<b>Encarregado Geral</b>										
<b>Justino</b>	M	56	C.	3	Musambinho/Divisa com São Paulo	Laranjal	E. M. I. (1ª Ano)	Morena	Católico	Esporte Andar apara “roça”

<sup>6</sup> E. M. I. – Ensino Médio Incompleto



<b>João</b>	Ajudante de Armador	19	9	7	Fixo	Sim	R\$722,00	Mensal	Diurna	Pai pedreiro e mãe doméstica	Sim
<b>Rodrigo</b>	Ajudante de Armador	15	9	7	Fixo	Sim	R\$260,00	Mensal	Diurna	Pai pedreiro e mãe doméstica	Não
<b>Carlos</b>	Ajudante de Armador	8	9	7	Fixo	Sim	R\$390,00	Mensal	Diurna	Pai armador e mãe doméstica	Não
<b>Juvenal</b>	Armador	32	9	7	Fixo	Sim	R\$1040,00 a R\$1560,00	Mensal	Diurna	Pai pedreiro e mãe doméstica	Sim
<b>Juca</b>	Servente	5	9	7	Fixo	Sim	R\$260,00	Mensal	Diurna	<u>Lavrador</u>	Sim
<b>Pedro</b>	Pedreiro	25	9	7	Eventual	Sim	R\$458,00	Mensal	Diurna	Lavrador	Sim
<b>Justino</b>	Mestre de Obra	30	9	7	Fixo	Sim	R\$1430,00	Mensal	Diurna	Pai lavrador e mãe doméstica	Não

**ANEXO E – Fotos dos Trabalhadores e do Setor de Edificação**



**Sr. Antônio: Carpinteiro**



**Lucas: Ajudante de Carpinteiro**





**Sr. Ramires: Carpinteiro**



**Carlos: Ajudante de Armador**



**Bruno: Ajudante de Armador**



**Sr. Juvenal: Armador**



**Sr. Pedro: Servente Vítima de Acidente**



**Encarregado Geral**



**Refeitório da “Obra”**



**Banheiros da “obra”**